

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
MUSEU AMAZÔNICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

QUANDO ESSE TAL DE SPI CHEGOU
O Serviço de Proteção aos Índios na formação de Rondônia

Eliaquim Timóteo da Cunha

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Orientadora: Professora. Dra. Maria Helena Ortolan

Manaus
2016

Eliaquim Timóteo da Cunha

QUANDO ESSE TAL DE SPI CHEGOU
O Serviço de Proteção aos Índios na formação de Rondônia

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Orientadora: Professora. Dra. Maria Helena Ortolan

Manaus
2016

Quando esse tal de SPI chegou:

O Serviço de Proteção aos Índios na formação de Rondônia

Eliaquim Timóteo da Cunha

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Data: ____/____/____

Profa. Dra. Maria Helena Ortolan – Orientadora PPGAS/Museu Amazônico/UFAM

Prof. Dr. Antonio Carlos de Souza Lima PPGAS/Museu Nacional/UFRJ

Profa. Dra. Ana Carla Bruno PPGAS/Museu Amazônico/UFAM

Suplente:

Prof. Dr. Frantomé Bezerra Pacheco, PPGAS/Museu Amazônico/UFAM Suplente

Manaus
2016

Ficha Catalográfica

(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

Timóteo da Cunha, Eliaquim. **Quando esse tal de SPI chegou: O Serviço de Proteção aos Índios na formação de Rondônia.** /Eliaquim Timóteo da Cunha - 2016. f. : il. color. ; 31 cm. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) — Universidade Federal do Amazonas.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Helena Ortolan

1. Antropologia 2. Etnologia 3. Amazônia 4. Serviço de Proteção aos Índios. 5. Indigenismo.
6. Rondônia. I. Orientadora Ortolan, Maria Helena. II. Universidade Federal do Amazonas.

“Durante todos esses anos, o índio tem servido para construir o nosso próprio prestígio. Temos posado de heróis, dão à nossa humilde atividade adjetivos épicos e o pior é que passamos a acreditar nessa ridícula mitologia. O índio mesmo, desamparado, continua morrendo e vendo minguar suas terras de caça. Porque no fundo o problema não é étnico, é social”. Francisco Meirelles. (Jornal do Brasil, 26/06/1973).

Em memória:

Daqueles que viveram durante as atrocidades
feitas na construção desse país.

Daqueles que morreram e não sabemos ao
menos os seus nomes enquanto saúda-se
meia dúzia de heróis construtores da nação.

Resumo:

O objetivo da pesquisa é descrever políticas e projetos do Serviço de Proteção aos Índios – SPI, no que diz respeito a sua participação no processo da construção de Rondônia. Exercito o procedimento da etnografia histórica; servindo-me de instrumentos antropológicos, sociológicos, historiográficos e geográficos. Deste modo, busco romper com a ausência dessa instituição indigenista no que concerne aos estudos sobre a região em destaque. Para tanto, divido a pesquisa da seguinte forma: no primeiro capítulo, “Rondônia: um trecho do grande cerco de paz” trato sobre “Rondônia” na condição de um projeto político, trazendo Edgard Roquette-Pinto (1915), quando formulou o projeto da construção de uma *província antropogeográfica* denominada como “Rondônia” homenageando um herói nacional, Cândido Mariano da Silva Rondon. No capítulo dois “A construção da Nona Inspeção Regional: A política da tutela indigenista na formação de Rondônia”, a partir de documentos produzidos pelos agentes do SPI. Nesta oportunidade, ao passo que o texto é formado pela reunião dos elementos para o estudo da formação de Rondônia, sublinho o contexto no qual a Nona Inspeção Regional foi construída (1940-1945) chegando a abordar eventos ocorridos na década de 1950. Essa Inspeção esteve sob jurisdição do Território Federal do Guaporé. O terceiro capítulo, “O SPI nas memórias indígenas: A trajetória Cassupá na formação de Rondônia”, apresento a experiência de um grupo que viveu vários deslocamentos acompanhando o SPI, chegando a viver na cidade de Porto Velho e que nos últimos anos participaram do “Programa de Proteção aos Povos Indígenas Cassupá e Salamã, na área de influência da UHE Santo Antônio Porto Velho, Rondônia”. A leitura que proponho, além de construir uma cronologia da vida político-administrativa do SPI, focando na construção da Nona Inspeção, trata-se de compreender sobre uma complexa rede de ações militares e científicas, amalgamadas a um processo de formação de Estado, produtoras de alteridades e mudanças sociais que estruturaram em determinadas proposições a formação de Rondônia.

Palavras-chave: Indigenismo; Formação de Rondônia; Serviço de Proteção aos Índios.

Abstract

The goal of this research is to describe policies and Protection Service Projects to Indians - SPI, with regard to their participation in the process of construction of Rondônia. Army historical Ethnography procedure; serving me of anthropological, sociological instruments, historical and geographic. In this way, seek to break with the absence of indigenous institution with regard to studies on the highlighted region. To do this, divide the search as follows: in the first chapter, "Rondônia: an excerpt from the great siege of peace" deal on "Rondônia" provided a political project, bringing Edgar Roquette-Pinto (1915), when he formulated the project of construction of a antropogeográfica called province as "Rondônia" honoring a national hero, Cândido Mariano da Silva Rondon. In chapter two, "the construction of the ninth Regional Inspectorate: the politics of indigenous in Rondônia tutelage", from documents produced by the agents of the SPI. In this opportunity, while the text is formed by the meeting of the elements to the study of the formation of Rondônia, I emphasize the context in which the ninth Regional Inspectorate was built (1940-1945) coming to events occurring in the 1950. This Province was under the jurisdiction of the Federal territory of Guaporé. The third chapter, "the SPI in the memoirs: Cassupá trajectory indigenous in the formation of Rondônia", present the experience of a group that lived several offsets accompanying the SPI, coming to live in the city of Porto Velho and that in recent years participated in the "indigenous peoples protection program Cassupá and Salamã, in the area of influence of the Santo Antônio Porto Velho , Rondônia. The reading that I propose, in addition to build a chronology of political and administrative life of the SPI, focusing on the construction of the ninth Province, it is about understanding a complex network of scientific and military actions, amalgamated to a State formation process, otherness and producing social change that have structured in certain propositions the formation of Rondônia.

Keywords: Indigeneity; Formation of Rondônia; The Indian protection service.

Agradecimentos

O percurso foi longo, e por mais que muitos trechos exigissem passadas solitárias, lembro-me daqueles momentos que recebi ajuda.

A Maria Helena, pela confiança e liberdade.

A Inara pela presença. Sempre presente na vida que orbitou a “tão esperada e trabalhosa dissertação”.

Ao meu grande amigo e mestre Alberto Lins Caldas, por todos os pôr na grafia: literatura: enfrentar o horror.

Ao Mestre Delcimar, por todo o Karatê-Do. OSS!

Ao PPGAS/UFAM que obtive todo apoio necessário. Os recursos financeiros concedidos através da Bolsa CAPEM e do auxílio pesquisa foram mais que necessários à realização desse empreendimento. A Franciane que exerce a função de secretária, mas na verdade é uma salva-vidas. Aos meus colegas do PPGAS/UFAM Adan Martins, Anderson Rocha, Auriedina Costa, Marcos Ramires, Juliana Almeida, Nicolas Victorino, Adelson Gonçalves, Deyse Rubim, Dimas Pereira Iranilde Barbosa, May Anielli, Adailton Silva, Alvatir Silva, Audirene Cordeiro, Miguel Aparicio, Angélica, Rosseline, Valéria, Luiz Davi, Mary, Glauca Brauna, Elieyd Menezes, Emmanuel. Aos colegas do PPGAS/MN Raul Alejandro Delgado, Simone Eloy, Taiguara Souza Moreira, Maria Rossi, Samara Freire, Luna Gámez, Dirceu Cadena, Luísa Sobral, Bruno Pacheco, María Cecilia Díaz, Jeanneth Alexandra, Luiza Aragon, Raffaella Moreira, Mariana Bruce, Cinthya Motta, Barbara Rossin, May Waddington, Maria Lúcia Cardoso e Emanuel Ferreira. Conheci muita gente boa. Sou grato aos colegas que compartilharam textos, leituras, angústias, certezas e incertezas.

A Debora Coutinho, pela ajuda na assistência com envio pelos correios de alguns documentos e nessa atividade também obtivi ajuda de Maria Rossi.

Aos professores Ana Carla, Sidney, Frantomé, Sergio Ivan, Thereza Menezes, Priscila Faulhaber, Marta Amoroso, Edmundo Pereira. Ao professor Alfredo Wagner com sua leitura atenta na versão do texto no período de qualificação.

A Sdiney Peres e Ana Flávia Santos por terem compartilhado parte dos seus trabalhos por e-mail e pelas conversas em Manaus e no Rio de Janeiro.

Pela minha participação no projeto Casadinho/Procad, sou grato pela atenção dada pelos professores João Pacheco e Antonio Carlos, mesmo com agendas bastante requisitadas, deram, atenção para algumas das minhas preocupações práticas e teóricas na realização da minha pesquisa.

E claro não me esqueço de toda a atenção dada pela equipe da biblioteca, tendo em vista a atual conjuntura, foi uma aventura reunir a bibliografia que consegui reunir aqui. Dulce Maranha Paes de Carvalho, pela atenção e paciência em me auxiliar a encontrar alguns livros na Biblioteca Francisca Keller.

A equipe do museu do índio, principalmente Rodrigo Piquet, Núcleo de Biblioteca e Arquivo – NUBARQ/Museu do Índio/FUNAI.

PNUD. “curso de direitos indígenas previstos na Convenção 169 Organização Internacional do Trabalho - OIT”. Projeto: processos diferenciados de territorialização e ação pedagógica junto a povos e comunidades tradicionais. Apoiado pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia – PNCSA, Núcleo de Estudos de Políticas Territoriais na Amazônia – NEPTA e Instituto Madeira Vivo – IMV.

Grato!

Lista de siglas

AM - Amazonas
 BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais
 CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
 CDEAMPRO - Centro de Documentação e Estudos Avançados sobre Memória e Patrimônio de Rondônia
 CIMI – Conselho Missionário Indigenista
 CLTEMGA - Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso e Amazonas
 CNPI - Conselho Nacional de Proteção aos Índios
 CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
 DGPI - Departamento Geral do Patrimônio Indígena
 DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral
 DNPV – Departamento Nacional de Produção Vegetal
 EFMM – Estrada de Ferro Madeira Mamoré
 FUNAI - Fundação Nacional do Índio
 GT – Grupo de Trabalho
 I. R. - Inspetoria Regional
 IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
 IIRSA – Integração das Infraestruturas Regionais Sul-Americanas
 INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
 IR 1 - Inspetoria Regional do estado do Amazonas e Território do Acre
 IR 6 – Inspetoria Regional do estado do Mato Grosso
 IR 9 - Inspetoria Regional do Território do Guaporé
 MAIC - Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio
 MAIC – Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio
 MI - Museu do Índio
 MN - Museu Nacional
 MT - Mato Grosso
 NEPTA - Núcleo de estudos de políticas territoriais na Amazônia
 NUBARQ - Núcleo de Biblioteca e Arquivo
 OPICS – Organização dos Povos Indígenas Cassupá e Salamã
 P.I - Posto Indígena
 P.I.A - Posto Indígena de Atração
 P.I.C - Posto Indígena de Criação
 P.I.N - Posto Indígena de Nacionalização
 PAD - Projetos de Assentamentos Dirigidos
 PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
 PIC - Projetos de Incentivos a Colonização
 PLANAFLORO – Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia
 POLONOROESTE – Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil
 PPGAS - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
 R.IHGB - Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
 RBCS - Revista Brasileira de Ciências Sociais
 RBG - Revista Brasileira de Geografia
 RO - Rondônia
 SIAN - Sistema de Informações do Arquivo Nacional
 SPI - Serviço de Proteção aos Índios

SPILTN - Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais
SPVEA - Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia.
TI – Terra indígena
UFAM - Universidade Federal do Amazonas
UNIR - Fundação Universidade Federal de Rondônia

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| Introdução: Objetivos, materiais e alcances desta pesquisa | 14 |
| I. O Serviço de Proteção aos Índios na formação de Rondônia | 15 |
| II. A construção da problemática | 24 |
| III. O SPI nas memórias indígenas: a trajetória Cassupá | 27 |
| III. A divisão dos capítulos | 32 |
| CAPÍTULO UM | 35 |
| RONDÔNIA: UM TRECHO DO GRANDE CERCO DE PAZ | 35 |
| 1.1 Introdução | 36 |
| 1.2. Rondônia, um trecho do grande cerco de paz | 40 |
| 1.3. Rondônia: um projeto de Edgar Roquette-Pinto | 44 |
| 1.4. A historiografia dos pioneiros | 50 |
| 1.5. Ameaças, protegidos e protetores: A escola de pensamento sobre o SPI | 55 |
| 1.6. A escrita da tutela indigenista | 61 |
| CAPÍTULO DOIS | 67 |
| A CONSTRUÇÃO DA NONA INSPETORIA REGIONAL | 67 |
| 2. 1. Introdução | 68 |
| 2. 2. A reorganização da Primeira Inspeção Regional | 71 |
| 2. 3. A Ajudância Rio Madeira | 78 |
| 2. 4. A construção da Nona Inspeção Regional | 83 |
| CAPÍTULO TRÊS | 90 |
| O SPI NAS MEMÓRIAS INDÍGENAS | 90 |
| 3.1. Introdução | 91 |
| 3.2. “A História do Grupo Cassupá”, escrita por José Inácio Cassupá | 93 |
| 3.3. A expedição Urucumacua: as intervenções do SPI | 98 |
| Considerações Finais | 129 |
| REFERÊNCIAS | 134 |
| Bibliografia citada | 134 |
| Bibliografia Consultada | 144 |
| Documentação citada | 149 |
| Relatórios Ministeriais | 153 |
| Legislação | 155 |
| ANEXOS | 157 |

INTRODUÇÃO

Objetivos, materiais e alcances desta pesquisa

I. O Serviço de Proteção aos Índios na formação de Rondônia

Este trabalho resulta da reflexão estruturada a partir da questão: em quais proporções o Serviço de Proteção aos Índios – SPI teve participação na formação do território que hoje é denominado como Rondônia?

Esta pergunta foi construída na condição de uma agulha de marear, na medida em que avancei no percurso da pesquisa. Entretanto, é necessário ressaltar que a questão não é esgotada completamente neste trabalho. Isto ocorre pelos seguintes fatores: o tempo estipulado para concluir uma dissertação de mestrado no Brasil e a quantidade de documentos necessários para leitura¹. Diante dessas condições materiais, essa dissertação é situada como parte da agenda de pesquisa mais dilatada, isto é, exige mais tempo e mais experiência do pesquisador diante do tema discutido.

Por *formação de Rondônia* entendo sob um ponto de vista segundo o qual é necessário compreender um conjunto de elementos do imaginário e de práticas discursivas na formação do Estado-Nação. Esta concepção é guiada por um amálgama interdisciplinar. Trata-se de um exercício hermenêutico orientado pela antropologia, tendo o indigenismo² como resultado de produções científicas e projetos políticos, calcado no humanismo positivista de assimilação; exercício que destaca principalmente o *habitus*³ dos agentes indigenistas e as produções de

¹ Inspetoria Regional – IR 1 (Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima) 52.748 páginas; Inspetoria Regional – IR 6 (Mato Grosso e Rondônia) 169.837 páginas e Inspetoria Regional – IR 9 (Rondônia) 12.350 páginas. Mais adiante demonstrarei como realizei a classificação e leitura dessa documentação.

² O conceito de indigenismo aqui utilizado é orientado por Souza Lima, quando afirma: “[...] Pode-se considerar indigenismo o conjunto de ideias (e ideais, i.e., aquelas elevadas à qualidade de metas a serem atingidas em termos práticos) relativas à inserção de povos indígenas em sociedades subsumidas a Estados nacionais, com ênfase especial na formulação de *métodos* para o tratamento das populações nativas, operando, em especial, segundo uma definição do que seja *índio*. A expressão *política indigenista* designaria as medidas práticas formuladas por distintos poderes estatizados, direta ou indiretamente incidentes sobre os povos indígenas. Isto exclui outros aparelhos de poder da esfera da definição, implicando em não se falar em uma *política indigenista* eclesiástica, nem tampouco condicionar a ideia de atos oficiais afetando populações autóctones à existência de uma racionalidade onde as ações práticas correspondem a um planejamento implícito e, sobretudo, explícito. De modo mais claro: não há uma correspondência necessária entre os planos para os *índios* e as ações face a eles”. (SOUZA LIMA, 1995: p.14-15 – ênfases dadas pelo autor).

³ Sobre as técnicas corporais, Marcel Mauss (2003) designa o termo *habitus* para compreender a interiorização das diferentes técnicas corporais. Para Mauss: “Assim, durante muitos anos tive a noção da natureza social do “habitus”. Observem que digo em bom latim, compreendido na França, “habitus”. A palavra exprime, infinitamente melhor que “hábito”, a “exis” (hexis), o adquirido e a “faculdade” de Aristóteles (que era um psicólogo). Ele não designa hábitos metafísicos, a “memória” misteriosa, tema de volumosas ou curtas e famosas teses. Esses “hábitos” variam não simplesmente com os indivíduos em suas imitações, variam,

alteridades entre as categorias índios e civilizados. Evidenciam-se ações pontuais que aparentam ser relativamente dispersas que envolvem conjunturas históricas anteriores ao momento da atuação do SPI, como por exemplo, a construção do Forte Príncipe da Beira (século XVIII) ou ainda os registros cartográficos e localização de minérios realizados por Ricardo Franco também no século XVIII orientaram a ocupação realizada pelo SPI no século XX. Desta maneira, compreender tal *formação* só é possível avaliando os processos que estabeleceram novas relações jurídicas entre o Estado e os povos indígenas⁴, políticas que resultaram em deslocamentos compulsórios de inúmeros povos indígenas⁵, projetos de mineração (cassiterita, ouro e diamante), construção de pequenas hidrelétricas, formação dos grandes latifúndios, as demarcações de Terras Indígenas corroborando para execução dos projetos agrários do Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

No cenário contemporâneo, de forma geral, em Rondônia foram registrados 13.076 indígenas. Vivendo em Terras Indígenas contabiliza-se 9.217, de acordo com o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. A FUNAI registra dezenove etnias (Aikanã, Akuntsu, Cinta Larga, Djeoromtxi-Jabuti, Gavião de Rondônia, Kanoé, Karipuna, Karitiana, Kaxarari, Kujubim, Kwazá, Laiana, Makuráp, Pakaa Nova, Puroborá, Sakurabiat, Suruí, Tupaiu e Uru-Eu-Wau-Wau⁶) vivendo em vinte e cinco Terras Indígenas, ocupando 6.356.680 hectares, essas Terras estão demarcadas ou em fase de estudo. Dessas Terras, as duas terras Kaxarari, com a etnia “Kaxarari”, compreendem os estados de Rondônia e Amazonas, nos municípios de Porto Velho e Lábrea, outras três Terras compreendem os estados de Rondônia e Mato grosso; a Terra Parque do Aripuanã nos municípios de Juína e

sobretudo com as sociedades, as educações, as conveniências e as modas, os prestígios. É preciso ver as técnicas e a obra da razão prática coletiva e individual, lá onde geralmente se vê apenas a alma e suas faculdades de repetição”. (MAUSS, 2003: p. 404). Já Bourdieu afirma: “O habitus é, com efeito, princípio gerador de práticas objetivamente classificáveis e, ao mesmo tempo, sistema de classificação de tais práticas. Na relação entre as duas capacidades que definem o habitus, ou seja, capacidade de produzir práticas e obras classificáveis, além da capacidade de diferenciar e apreciar essas práticas e esses produtos (gosto), é que se constitui o mundo social representado, ou seja, espaço dos estilos de vida”. (BOURDIEU, 2008: p.162). As duas perspectivas são orientadoras para pensar sobre o *habitus indigenista*, que me refiro às técnicas apreendida para realizar as políticas indigenistas.

⁴ No decorrer do trabalho utilizo o termo “povo” seguindo a definição da convenção 169 da OIT e pelo motivo de inúmeras organizações se autodeclaram com essa categoria. Encontramos as descrições realizadas por Tomei & Sewpston: “Durante três anos, a OIT trabalhou para a adoção da Convenção, discutido se na nova Convenção Mudaria por “povos” o termo “populações” utilizando na Convenção 107. A decisão de usar o termo “povos” resultou de longas discussões e consultas dentro e fora das reuniões. Acordou-se finalmente que o termo correto seria o de “povos” já que se este reconhece a existência de sociedades organizadas com identidade própria, em vez de simples agrupamentos de indivíduos que compartilham algumas características raciais ou culturais”. (TOMEI & SEWPSTON, 1999: p. 29).

⁵ Cf. (ALMEIDA, 2008: p. 49) problematiza os usos dos termos “povo” e “populações”.

⁶ Essas etnias são as reconhecidas oficialmente pela FUNAI. Entretanto é limitada diante as inúmeras outras que reivindicam o reconhecimento étnico. Tema que requer estudo acurado com meios de etnografia e observação direta.

Vilhena, a Terra Roosevelt nos municípios de Espigão D'Oeste, Rondolândia e Pimenta Bueno, nessas duas vive a “Cinta Larga”, já a terceira é Terra Indígena Sete de Setembro, com o “Suruí de Rondônia” correspondendo aos municípios de Cacoal, Espigão D'Oeste e Rondolândia.

Essa dissertação está inserida em uma agenda da pesquisa que venho desenvolvendo desde a graduação, intitulada: “*A conquista da Rondônia: A presença indígena nas colonizações do SPI, FUNAI e INCRA*”. O objetivo é discutir e descrever a presença indígena nos projetos de colonização que confluíram na formação do território denominado Rondônia, dando destaque as políticas do SPI, Fundação Nacional do Índio – FUNAI e INCRA. Não obstante, o escopo desta dissertação é descrever sobre as práticas discursivas, as relações objetivas e as redes de interdependências das políticas e dos agentes do SPI que, em várias proporções, constituíram a “formação de Rondônia”. Nesta oportunidade, ao passo que o texto é formado pela reunião dos elementos para o estudo da formação de Rondônia, sublinharei o contexto no qual a Nona Inspeção Regional foi construída (1940-1945) e eventos ocorridos na década de 1950. Essa Inspeção esteve sob a jurisdição do Território Federal do Guaporé, criado em 1943 e em 1954 passou a ser denominado Território Federal de Rondônia.

O primeiro passo é criticar a supervalorização do Estado. O “Estado” não é um sujeito com uma consciência agindo, atuando, ou ainda, não se trata de uma entidade que realiza feitos; antes disso, “o Estado” é encontrado nas ações das pessoas em suas práticas cotidianas, nas representações e nos espaços de disputadas, como Foucault descreveu sobre a supervalorização do Estado⁷.

Orientado por abordagens da Antropologia Social produzida no Brasil, dialogo com outras áreas das Ciências Humanas, tais como a Sociologia, Ciência Política, História e Geografia. Em consonância com esta perspectiva, destaco que os temas: relações de poder, Estado, dominação, políticas indigenistas, mudanças sociais e transformações territoriais são

⁷ “Encontramos essa supervalorização do problema do Estado essencialmente sob duas formas, parece-me. Sob uma forma imediata, afetiva e trágica: é o lirismo do monstro frio diante de nós. Existe uma segunda maneira de supervalorizar o problema do Estado - e sob uma forma paradoxal, por ser aparentemente redutora -, que é a análise que consiste em reduzir o Estado a um certo número de funções como, por exemplo, o desenvolvimento das forças produtivas, a reprodução das relações de produção: e esse papel redutor do Estado em relação a outra coisa toma, apesar de tudo, o Estado absolutamente essencial como alvo a atacar e, como vocês sabem, como posição privilegiada a ocupar. Ora, o Estado, sem dúvida não mais hoje em dia do que no curso da sua história, nunca teve essa unidade, essa individualidade, essa funcionalidade rigorosa e, diria até, essa importância. Afinal de contas, o Estado talvez não seja mais que uma realidade compósita e uma abstração mitificada cuja importância é bem mais reduzida do que se imagina” (FOUCAULT, 2008: p. 144).

estudadas em cooperação entre diferentes arcabouços teóricos e metodológicos que ampliam os materiais analíticos e os recursos para compreensão dos contextos de sua produção.

Para realizar a proposta, um ponto chave é compreender como os agentes de Estado pensavam as dimensões cotidianas e as grandes dimensões territoriais e temporais, e de quais maneiras essas ações foram documentadas; simultaneamente a esta questão procuro compreender de quais maneiras essas ações estão nas memórias e nas reivindicações das políticas indígenas. Ver-se-á como atividades cotidianas organizavam as exegeses do indigenismo praticado pelos agentes do SPI, desta forma longe de afirmar “*foi o SPI quem fez*” o esforço é construir uma descrição de parte da rede de interdependência da política indigenista executadas pelos indigenistas e sertanistas. A atenção é direcionada simultaneamente para dois aspectos: o primeiro é apontado às normas de condutas estabelecidas aos agentes sobre como proceder em campo; o segundo trata do ponto de vista dos agentes a partir dos documentos que registravam suas práticas. Sobre esse aspecto, considero-o como sendo uma exegese resultante das experiências dos agentes no exercício de suas atividades, tendo que seguir as normas diante das adversidades e improvisações do dia a dia.

Portanto, uma dimensão é sublinhar o ponto de vista dos agentes indigenistas diante os impasses na aplicação das normas de condutas, e a segunda dimensão é as ações dos agentes nas memórias indígenas, no intuito de dar atenção aos elementos estruturais daquele determinado indigenismo.

É notório que os projetos e políticas indigenistas tiveram fortes influências na formação do Brasil, tratando do século XX, e o SPI foi uma agência⁸ que induziu profundas transformações sociais. Faz-se relevante para as discussões antropológicas quando nos deparamos com indígenas questionando o que foi o SPI e quem foram seus agentes; esses questionamentos vêm sendo calcados em releituras das transformações promovidas pelo indigenismo do século XX. Pôr em pauta os eventos nos quais os protagonismos das políticas indígenas, principalmente a partir da Constituição Federal de 1988, questionam e buscam recontar suas histórias mobilizando argumentações de reivindicações étnicas baseadas em documentos e em pesquisas sobre os vínculos das agências estatais no passado.

Com a noção de *sistema de classificação do SPI* indico os recursos que foram utilizados para classificar as populações indígenas a partir do conjunto de práticas indigenistas

⁸ Nesse trabalho utilizo “agência indigenista” referindo ao SPI. Essa agência indica a capacidade dos agentes do SPI de agir com o efeito de efetivar a política indigenista; que nesse caso era realizada com base nos dispositivos do *poder tutelar*.

estruturante da agência indigenista. Classificações como “índios hostis”, “arredios”, nômades entre outras denominações que estavam inseridas em contextos nos quais os agentes deviam avaliar quais medidas o SPI deveria adotar.

Neste trabalho realizo o exercício de apresentar o cenário acima descrito, visto que os eventos aqui abordados estavam inseridos em projetos de colonização com ambições de atingir todo território nacional, com abordagens e escalas de atuação específicas para cada região. O recurso da comparação era uma constante nas argumentações dos agentes indigenistas; ora dedicados a uma população, ora olhando para um estado da federação e comparando os resultados (de sucesso e/ou de fracasso) com outros estados. Destarte, se trata de discutir que *Rondônia* não é simplesmente uma homenagem a um “grande patriota”, Cândido Mariano da Silva Rondon, é uma expressão da densa rede de interdependência de poderes e políticas indutoras de mudanças direcionadas as populações indígenas.

Assim sendo, mesmo que fiquem lacunas ou críticas sobre a amplitude dessa questão para uma dissertação, considero fértil exercitar mais de uma escala na leitura, contemplando na reflexão a abrangência da estrutura do Estado e o cotidiano de um Posto Indígena. Quero dizer que não darei preferência a uma postura holística, nem é o caso de estudar a trajetória de uma única unidade integrante do SPI e as etnias que por ela passaram, ou ainda não se trata de “um estudo de caso”; todas as abordagens são válidas, desde que esteja claro o lugar de fala de cada agente e agência, inclusive do pesquisador.

Procuro exercitar uma etnografia histórica das fontes reunidas neste trabalho, considerando que tais documentos foram produzidos por agências e agentes distintos, localizados em contextos diversos de produção. Atentar para quem se dirigem os documentos revela o inter cruzamento de práticas e processos que podem ser relacionados em redes locais e/ou mais amplas, a exemplo, os relatórios das atividades dos postos indígenas, produzidos por agentes do SPI, e os documentos produzidos pelos indígenas por intermédio de agências não governamentais e projetos de pesquisa.

Em tal empreendimento, a quantidade e diversidade das fontes apontam os caminhos pelos quais construí a pesquisa: **(A)** Documentação feita pelos agentes do SPI: relatórios das atividades dos postos, das inspetorias, das expedições, das remessas de materiais, relatos dos conflitos, disponibilizados no banco de dados sobre o SPI. **(B)** Produções Acadêmicas: literatura antropológica que aborda política, poder, Estado e indigenismo, historiografia e etnologia sobre Rondônia, pesquisas sobre o SPI e a historiografia sobre o Brasil republicano. **(C)** imprensa: jornais, revistas, entrevistas. **(D)** Documentos utilizados nas reivindicações

étnicas, disponível em acervos particulares com variadas formas de registros, quase sempre são documentos e fotografias guardadas por amigos ou descendentes daqueles que viveram aqueles eventos, tratando-se tanto dos indígenas quanto dos agentes do SPI.

Por conseguinte, ressalto dois pontos importantes sobre a estruturação desta dissertação. O primeiro sob a orientação feita por Cardoso de Oliveira (2006) quanto o lugar do pesquisador quando escreve com a primeira pessoa do plural e a do singular.

“Escrever na primeira pessoa do singular [...] não significa, necessariamente, que o texto deve ser intimista. Deve significar, simplesmente – e quanto a isso creio que todos os pesquisadores podem estar de acordo –, que o autor não deve se esconder sistematicamente sob a capa de um observador impessoal, coletivo, onipresente e onisciente, valendo-se da primeira pessoa do plural: *nós*. É claro que sempre haverá situações em que esses *nós* podem ou devem ser evocados pelo autor. Não deve, contudo, ser o padrão na retórica do texto. Isso me parece importante porque com o crescente reconhecimento da pluralidade de vozes que compõem a cena de investigação etnográfica, essas vozes têm de ser distinguidas e jamais caladas pelo tom imperial e muitas vezes autoritário de um autor esquivo, escondido no interior dessa primeira pessoa do plural [...]”. (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006: p. 30).

Portanto, seguindo essa perspectiva uso a primeira pessoa do singular para marcar o distanciamento do esforço da minha interpretação das outras vozes que compõem a discussão.

O segundo ponto sobre a estrutura do trabalho tem como orientação Souza Lima (1985) no que diz respeito aos usos das fontes, nesse caso tratando especificamente do SPI, tendo em vista que são partes de um “sistema de representações altamente investido deste teor ideológico” (SOUZA LIMA, 1985: p. 10). A postura epistemológica que orienta a condução da pesquisa dialoga com a “busca de um enfoque sociológico que efetue uma ruptura com a representação da história da política indigenista que a toma sempre como remetida ao seu ‘momento de apogeu’ a sua ‘idade heroica’ [...]” (*Idem*). Essas ponderações, feitas por Souza Lima, são inspiradas nas críticas exercidas pelo historiador francês François Furet (1976). Assim, seguindo esta perspectiva, ressalto que será usada de forma intencional:

“[...] como estratégia de desmitificação um abundante número de extensas citações [...], o que poderia ser, inocentemente, confundido com uma postura empirista de ‘deixar as fontes falarem’. Ora, o que se esconde por trás de posições supostamente ‘teoricistas’ como esta, é uma visão naturalizada da construção científica de seus objetos, que pressupõe a existência de levantamentos de dados ‘brutos’ que se refiram a fatos totalmente objetivos e que não sejam produto de uma construção, consciente ou não. [...] Trata-se, pois, de evitar os expedientes que possibilitaram a

reificação do ‘mito’ em versão científica, isto é, a paráfrase dos textos que frequentemente substitui a intervenção interpretativa, sendo aceita como tal na medida do desconhecimento dos textos originais; a escolha de citações, cuja arbitrariedade acha-se, em grande parte, explicada por pressupostos não explicitados que devem ser depreendidos, sobretudo a partir das posições sociais do autor; da conjectura e das suposições, tão úteis a construções teleológicas destinadas à apologética e a justificativa de fins [...]. Nesse sentido, as longas citações, os quadros [...] extensas notas de rodapé [...] são tão importantes nesta dissertação quanto as tabelas para um texto calcado em procedimentos estatísticos. Se muitas vezes a leitura se tornar exaustiva, a exaustão corresponde a preocupação com a profundidade da inculcação de certas representações e esquemas de interpretação que suportam discursos e práticas”. (SOUZA LIMA, 1985: p. 11, 12 e 13).

Essa crítica cabe a problematização que realizo ao que tange a historiografia sobre Rondônia e os trabalhos que propuseram explicar sobre a formação de Rondônia, dando destaque a construção do Território Federal. Reúno esse conjunto de obras com a chave *historiografia dos pioneiros*. *Pioneiro*, em determinadas circunstâncias também denominado como *desbravador*, é uma categoria acionada nesses textos para indicar as pessoas que construíram Rondônia. Os produtores da *historiografia dos pioneiros* se inscrevem em seus textos como *pioneiros* e *desbravadores* no registro da história da região.

No prefácio do livro “Cinquenta anos do Território Federal do Guaporé 1943-1993” (HUGO, 1995), Jayme Ferreira⁹ afirmou:

“Você [Vitor Hugo] é desbravador da história e da gente que fez e construiu o Território do Guaporé. Buscou a verdade dos fatos e perscrutou o perfil dos homens que possibilitaram a existência, o desenvolvimento, a caminhada do Território do Guaporé, entregando-o, adulto, ao Estado de Rondônia”. (FERREIRA, 1995).

Procuro ter uma postura crítica e fazer uma leitura mais atenta em relação a determinadas pesquisas dedicadas a Rondônia, como por exemplo: (CANTANHEDE, 1950), (HUGO, 1959, 1995), (LEAL, 1984, 1986), (LIMA, 1997), (MENEZES, 2001), pois esses autores atribuem uma imagem heroica a determinados agentes de Estado; não incluindo em suas agendas de pesquisa as disputas de poder e os conflitos protagonizados por aqueles agentes. Esses conjuntos de estudo estão denomino como a *historiografia dos pioneiros*, pois são os primeiros estudos que se propuseram a explicar a construção de Rondônia; chamo de pioneiros tendo em vista que muitos desses estudiosos se autodenominam pioneiros nessas atividades. Por conseguinte, ao propor estudar essa temática constroem imagens heroicas dos

⁹ A única indicação sobre Jayme Ferreira é que era promotor de justiça.

personagens políticos e militares como sendo os desbravadores e os pioneiros na construção de Rondônia. A questão é que se tratando de compreender a conquista de um território fica evidente uma falha quando encontramos a ausência de problematizações quanto aos projetos direcionados especificamente às populações indígenas, isto é, políticas indutoras de mudanças territoriais.

A realização da minha proposta é possível somente quando exercida a crítica desses trabalhos científicos reprodutores das imagens e conceitos produzidos pelos agentes de Estado, quando as pesquisas dão continuidade aos mitos desses que são considerados heróis e seus feitos em prol da nação.

Isto posto, ressalto que esta pesquisa discute, construindo uma etnografia histórica a partir da escrita da tutela indigenista, que a política indigenista promovida pelos agentes do SPI coadunou com a formação de Rondônia na medida em que esses agentes intervinham redirecionando o lugar do indígena no contexto da formação do Estado nacional.

A *mediação* do SPI era uma prática de institucionalizar, por meio de sua expertise, conflitos. Uma vez o conflito inserido no monopólio da tutela e nos seus dispositivos administrativos a atividade de “amansar o índio” e torná-los dóceis inserindo ao progresso num lugar subalternizado e sob um ambiente controlado¹⁰.

O cenário foi formado pela execução dos projetos estatais e por investimentos privados direcionados ao controle dos recursos naturais, tais como: linhas telegráficas, reconhecimento e delimitação de fronteiras, construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré EFMM¹¹, adaptação para reutilizar obras construídas séculos antes como foi o caso do Forte Príncipe da Beira¹², investimentos de migração para exploração da borracha, o sistema de aviamento, o comércio de regatão, consolidação dos aparatos administrativos com a construção do Território Federal, grilagem e vendas de terras devolutas, construção de

¹⁰ Para uma discussão detalhada quanto a noção de “mediação” e “conflito” Cf. Almeida (1993).

¹¹ A Ferrovia foi construída no auge da produção gomífera, com acordos entre Brasil e Bolívia, tinha como finalidade agilizar o transporte da borracha extraída da região do Alto Madeira, do rio Mamoré e da Bolívia. Existiram inúmeras tentativas, por várias empresas, para sua construção que foi iniciada em 1878. No entanto, teve muita dificuldade e foi finalizada somente em 1912, quando a borracha da região havia desvalorizado. Havia um conflito sobre a posse do território que hoje é o estado do Acre; o conflito foi concluído com o tratado de Petrópolis em 1903 e o Acre foi anexado a Federal. Cf. (COSTA, 1940). Na década de 1930 a companhia inglesa declarou falência e o Brasil assumiu a administração da Ferrovia, suas atividades foram interrompidas aos poucos e tendo fim em 1966. Para a história da Ferrovia Cf. (CRAIG, 1947), (FERREIRA, 1987), (FONSECA & TEIXEIRA, 2002), (FONSECA, 2014). No segundo capítulo deste trabalho são descritas as atividades de desmonte da Ferrovia com a compra e venda dos dormentes que sustentavam os trilhos, usando mão de obra indígena com intermédio do SPI.

¹² Fortificação construída entre 1776 e 1783 com o intuito de marcar a posse da coroa portuguesa no Guaporé-Mamoré.

rodovias e exploração de mineração, essas e outras atividades foram readequadas conforme cada plano de governo exigia e tinha interesse.

As intervenções da política tutelar procuravam retirar o indígena da condição de entrave ao progresso, inserindo-o na marcha da formação do Estado nacional e esse novo lugar estava condicionado às conveniências do SPI. No decorrer dos próximos capítulos essas questões serão mais aprofundadas.

Esta pesquisa propiciou elaborar a noção “cartografia social da tutela indigenista” no intuito de descrever os mecanismos do *poder tutelar* que estruturava a tutela indigenista na redefinição dos territórios indígenas ao longo do século XX. Neste trabalho, a atenção está direcionada a Rondônia. Ao propor descrever a formação da “cartografia social da tutela indigenista” parto da premissa na qual “região” e “território” são preceitos produzidos socialmente (BOURDIEU, 1989), (FOUCAULT, 2008). Nesse sentido, a escola de pensamento sobre o SPI é tomada como um ponto basilar, que por meio de suas etnografias históricas evidencia a redefinição dos territórios indígenas, elaborada pelos agentes do SPI, onde a política tutelar delimitava fronteiras reconhecendo-as e firmando-as com atos do poder simbólico (discursos de integração e nacionalização) e pela força da lei (a tutela nos dispositivos constitucionais) na formação do Brasil. A cartografia social da tutela indigenista corresponde as transformações quanto aos tipos de vigilância e documentação da presença indígena, construídas nos dispositivos do *regime tutelar*¹³, no que diz respeito a circulação de pessoas, circulação das matérias primas, estabelecendo novas ocupações de maneira fixa e rigorosamente delimitadas, descontextualizando as relações estabelecidas entre os povos indígenas e os recursos naturais.

Quando uso o termo “território indígena” sigo orientações proposta por Almeida (2008: p. 29) quanto à “territorialidade específica” indicando que são “[...] *delimitações físicas de determinadas unidades sociais que compõem os meandros de territórios etnicamente configurados [...]. Como resultantes de diferentes processos sociais de territorialização e como delimitando dinamicamente terras de pertencimentos coletivos que convergem para um território*”. Na elaboração de seu trabalho, Almeida estava pensando nas novas configurações após a Constituição de 1988. Não obstante, neste trabalho aciono o conceito para auxiliar na descrição das mudanças induzidas pelo SPI. As terras definidas pela agência indigenista como sendo “reservadas aos índios” ou ainda como “as áreas indígenas”,

¹³ (OLIVEIRA FILHO, 1988).

categorias encontradas na escrita da tutela indigenista, reduziam a territorialidade dos povos indígenas.

Primeiramente, não havia um rigor em compreender o modo *como* os povos indígenas estabeleciam relações com os recursos naturais; “as áreas indígenas” eram indicações mais ou menos aproximadas com base na circulação desses povos, classificando como “nômades”. O “nomadismo” era considerado parte do atraso em que viviam os indígenas e essa situação, de acordo com o regime tutelar, deveria ser modificada. Portanto, fixar e delimitar o uso dos territórios seria a estratégia mais eficaz de assimilação dos povos indígenas a sociedade dominante. No discurso do SPI sobre a “reserva de terras” tinha finalidade de proteção, assegurando o direito dos povos indígenas. No entanto, na prática a escolha da localização e a circulação eram arbitrárias, desta forma promovendo inúmeros conflitos.

II. A construção da problemática

Prosseguindo na descrição do percurso que realizei ao construir essa problemática faz-se necessário indicar, resumidamente, o contexto de duas pesquisas anteriores.

É muito comum encontrarmos pesquisas que indicam como o início da construção de Rondônia pelos projetos de colonização do INCRA (1970 - 1980), ou ainda pelos programas POLONOROESTE¹⁴ e PLANAFLORO¹⁵. Entretanto, um ponto basilar desta pesquisa é discutir como conhecimentos produzidos pelo SPI nos âmbitos científico, político, burocrático e administrativo construíram cartografias sociais contribuindo à formação de Rondônia. Tais

¹⁴ Sobre o Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil – POLONOROESTE, Cf. O Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII, do Artigo 7º e o Artigo 10 do Decreto nº 88.351, de 1º de Junho de 1983, com a redação dada pelo Decreto nº 91.305, de 03 de junho de 1985. Considerando que a estratégia do Programa POLONOROESTE é manter um razoável equilíbrio social e ambiental na Região Noroeste do País, e considerando a necessidade de se compatibilizar as atividades desse Programa com as diretrizes do Conselho Nacional do Meio Ambiente, Resolve: I - Criar uma Comissão Especial com o objetivo de compatibilizar as atividades do Programa POLONOROESTE relativas a preservação ambiental com as diretrizes do CONAMA.

¹⁵ Sobre o Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia – PLANAFLORO. A pesquisa de (OTT, 2002), foi dedicada a este programa.

ações formaram uma estrutura que foi aproveitada pelo INCRA¹⁶ e pela FUNAI¹⁷ na década de 1970 e 1980. Não obstante, tratando-se especificamente desse aspecto, não serão abordadas neste trabalho as atuações dessas agências; todavia tal referência é necessária devido à agenda de pesquisa que esta dissertação se insere.

Por sua vez, considero o SPI como ponto de partida dado que foi a primeira instituição republicana a ter como foco de sua principal política “Os Índios do Brasil”, induzindo profundas mudanças territoriais, demarcando fronteiras e construindo unidades sociais.

O início da aproximação com o tema “SPI em Rondônia” deu-se na graduação¹⁸, quando iniciei a pesquisa “*A (RE) Construção da História em Rondônia no Processo da Colonização Recente: A Trajetória das Famílias do PIC Ouro Preto – RO 1970 – 1990*”¹⁹, realizada entre 2008 a 2010. A pesquisa estava vinculada ao Centro de Documentação e Estudos Avançados sobre Memória e Patrimônio de Rondônia – CDEAMPRO, tanto o projeto quanto o Centro, estavam sob a coordenação da Prof.^a Dra. Lilian Maria Moser, professora do departamento de História.

Naquele momento, a atenção estava direcionada a interpretar o processo da colonização desenvolvido em Rondônia, iniciado na década de 1970. As principais fontes de estudo eram as *histórias de vida* e as trajetórias das famílias que participaram dos Projetos de Incentivos a Colonização – PIC e Projetos de Assentamentos Dirigidos – PAD. Somavam-se a essas fontes os relatórios elaborados pelo INCRA entre os anos de 1971 a 1986. O eixo temático da discussão advinha das narrativas dos interlocutores, as pessoas que foram beneficiadas pelos programas, também são chamadas de colonos ou migrantes. Os procedimentos estavam estruturados com as abordagens da história oral, discutimos sobre História, Memória, Trabalho e Cotidiano. Procuramos compreender a flexibilidade institucional familiar do agricultor, sua estrutura, características sociais, culturais e econômicas, para tanto, destacamos o cotidiano do enfrentamento da mata na “abertura do

¹⁶ Regulamentado pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970, atualmente o Incra está implantado em todo o território nacional por meio de 30 superintendências regionais. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Incra, é uma autarquia federal cuja missão prioritária é executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional.

¹⁷ Fundação Nacional do Índio – FUNAI é o órgão indigenista oficial do Estado brasileiro. Criada por meio da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, vinculada ao Ministério da Justiça.

¹⁸ Graduação de Ciência Sociais, na Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR.

¹⁹ Desempenhei as atividades da pesquisa na condição de pesquisador voluntário, vinculado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/UNIR/CNPq nos anos de 2008 a 2010. A pesquisa supracitada estava vinculada ao Centro de Documentação e Estudos Avançados sobre Memória e Patrimônio de Rondônia – CDEAMPRO.

lote”, a construção do primeiro “barraco” e os desafios das doenças tropicais (TIMÓTEO DA CUNHA, 2009; 2010a; 2010b).

Compreender a dimensão do cotidiano foi importante para discutir os distintos projetos e ações de Estado e as atuações de seus agentes. Deste modo, a pesquisa descreveu os cenários do contexto social em que viviam as famílias no início das efetivações dos *projetos de colonização*, como a escassez de estradas que dificultava o transporte dos produtos, as atividades das pessoas, desde abrir picadas para chegar ao lote, derrubar a mata, construírem a moradia e preparar a terra para produção.

Era fundamental entender o conceito/categoria de *Terras Devolutas*. Todos os projetos geridos pelo INCRA estavam justificados e legitimados nessa categoria. Foi nesse contexto que surgiram às questões: como foi realizado o processo de transformar determinados territórios a categoria Terras Devolutas? O que eram esses territórios, antes de ser “Terra da União”? O primeiro passo foi responder: “Qual instituição atuou na região antes do INCRA e FUNAI?” Essas questões me levaram aos elementos sobre o SPI.

O que torna esses pontos relevantes para este momento é a legitimação de mudanças territoriais, os projetos de integração, a colonização como sinônimo de reforma agrária, fundamentado na definição de *Terras Devolutas*. O conceito de terra devoluta é “patrimônio fundiário público”, também na definição de “terras da União”, no Decreto-Lei Nº 9.760, 1946 (período de atuação do SPI), é conceituado “*São devolutas, na faixa da fronteira, nos Territórios Federais e no Distrito Federal, as terras que, não sendo próprias nem aplicadas a algum uso público federal, estadual territorial ou municipal, não se incorporaram ao domínio privado*” (BRASIL, 1946). Isso demonstra as concepções da colonização realizada pelo SPI, e indica como as terras devolutas foram produzidas. Compreender esse modo de produção é uma chave para entender as mudanças sociais promovidas pela agência indigenista em destaque.

Nessas políticas de Estado, em determinados contextos mais que um direito constitucional, terra devoluta se tornava uma noção operacional²⁰. Podemos observar com clareza nas regiões onde o SPI executou arrendamentos terras, ou quando transferiu grupos indígenas, com a justificativa da proteção e incorporação, retirando-os dos seus territórios e

²⁰ “[...] isto é noção operacional, que utiliza uma lógica no seu “estado prático”, que serve basicamente para fins operacionais imediatos ou de aplicação genérica e direta” (ALMEIDA, 2008a: p. 18). Almeida, discutindo sobre “degradação ambiental”, elaborou essa argumentação a partir de sua participação no *Workshop Internacional* “Iniciativas promissoras e fatores limitantes para o desenvolvimento de sistemas agroflorestais como alternativa à degradação ambiental na Amazônia”.

levando-os para outros territórios que desconheciam. Esta segunda situação foi vivida pelo grupo Cassupá em Rondônia.

III. O SPI nas memórias indígenas: a trajetória Cassupá

Após a experiência de iniciação científica, a minha aproximação com a trajetória do grupo Cassupá ocorreu em uma disciplina cursada na graduação sobre “Etnicidades na Amazônia”. Minhas preocupações iniciais tratavam de discutir as reivindicações feitas pelo grupo Cassupá que vive na cidade de Porto Velho, tendo como fio condutor as ações da Organização dos Povos Indígenas Cassupá e Salamã – OPIC`S. Tomei conhecimento do grupo por meio de colegas da graduação que indicaram uma aproximação com Clóvis Cassupá. Ele era o presidente da Organização. Com todas as pessoas com quem eu conversava sobre os Cassupá, perguntavam-me: “já falou com Clóvis? ”. Logo percebi que era uma pessoa de referência para ter acesso ao que se passava sobre as ações da Organização. Com alguns pontos reunidos, iniciei um esboço sobre a trajetória do grupo e apresentei em eventos de antropologia.

No levantamento bibliográfico sobre a trajetória dos Cassupá, acessei o trabalho “*A Construção de uma identidade: História Oral com os Cassupá*” (MACIEL, 2000). O trabalho apresenta oito histórias de vida: Maria Tadeu Aikanã, José Ribeiro Aikanã, Maria Luíza Aikanã, Severino Cassupá, Maria Luíza Cassupá, Maria Lúcia Cassupá, Clóvis Cassupá e João Massaká.

Vale sublinhar que a pesquisadora Márcia Maciel acompanhou Clovis Cassupá²¹ no período em que visitou vários de seus parentes quando ele apresentava propostas para ser eleito ao cargo da presidência da OPIC`S, entre 1998 a 2000. Concomitante a essas atividades de campanha, com o apoio da pesquisadora, disse que estava à procura dos “*mais velhos, para conhecer a história do povo Cassupá*” (CLOVIS CASSUPÁ, 2000: p. 95); nesse contexto entende-se o conteúdo que formam as histórias de vida, que se dedicam a

²¹ Clovis Cassupá foi uma liderança bastante ativa na consolidação da Organização dos Povos Indígenas Cassupá e Salamã – OPIC`S. Clóvis, faleceu em 2015 em decorrência de câncer.

comprovar/confirmar que os Cassupá são realmente “índios brasileiros”, e encontra-se nessas narrativas vários eventos sobre os contatos com agentes do SPI.

Produzido como requisito para conclusão do curso de licenciatura em História pela Universidade Federal de Rondônia, a pesquisa foi realizada entre os anos de 1998 a 2000, seguindo uma vertente da História Oral que prima por dedicar um capítulo inteiro com as narrativas na íntegra, proporcionando releituras além daquelas elaboradas pelo autor do trabalho. Desta forma, com base nas histórias de vida presentes em Maciel (2000) organizo o conjunto de reivindicações étnicas, questionamentos e explicações presentes nessas histórias de vida, sob a noção de “*narrar Cassupá*”.

Considero esse *narrar* como uma prática discursiva que proporciona a problematização que diz respeito a mudanças sociais induzidas e sobre modalidades do indigenismo praticados no século XX; trata-se do conjunto de argumentações das reivindicações étnicas dos Cassupá, que vivem em Porto Velho, Rondônia – grupo que foi deslocado acompanhando atividades do SPI a partir da década de 1940.

Cabe discutir a composição do *narrar Cassupá* e debater de quais formas documentos estatais, trabalhos científicos, mitos e explicações históricas compõem a razão argumentativa que embasa essa reivindicação étnica. É um processo reflexivo com e a partir das experiências dos indígenas sobre as práticas indigenistas do SPI. Problematizando o lugar do SPI nas memórias indígenas, proponho pensar as práticas indigenistas concomitantemente sob outras perspectivas além do aparato documental elaborado pela própria agência indigenista.

Outro conjunto de materiais que compõem o *narrar Cassupá*, são atas e ofícios emitidos e recebidos pela OPIC`S, Organização criada em 1995. Essas atas estão guardadas no Conselho Missionário Indigenista – CIMI, em Porto Velho, o Conselho foi parceiro nos primeiros passos da OPIC`S auxiliando na realização das reuniões e nos registros das mesmas. Naquele pequeno acervo, encontrei também trechos de relatórios da Fundação Nacional do Índio – FUNAI e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, referente aos Cassupá. Esses trechos de relatórios estavam anexados às respostas, dadas por essas agências, sobre os questionamentos e reivindicações do grupo Cassupá quanto ao acesso dos seus direitos.

Somam-se a esse conjunto de documentos as citações do jornal “Alto Madeira” com a publicação da matéria: “*Expedição Urucumacuan, Notas do Diário de Viagem*”, 1988, quando Victor Dequech, engenheiro do SPI, confirmou que o grupo Cassupá fez parte de atividades realizadas pelo Serviço. Por fim, a última base documental é o “Diagnóstico

socioambiental participativo”, realizado pela Gameleira Consultoria Ltda., para realização do “Programa de Proteção aos Povos Indígenas Cassupá e Salamã, na área de influência da UHE Santo Antônio - Porto Velho, Rondônia”. A parceria foi estabelecida entre FUNAI, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e Santo Antônio Energia – SAE²².

No que diz respeito às ações do SPI, tornou-se mais presente quando conheci a trajetória dos indígenas Cassupá, momento no qual elaborei o projeto: “Em busca da ‘vida de índio’: Um estudo sobre mudanças sociais pensadas pelo grupo Cassupá em Rondônia” (TIMÓTEO DA CUNHA, 2012, 2014a, 2014b) realizada entre 2011 a 2013. Iniciei o Mestrado em 2013, com o intuito de estudar a trajetória desse grupo, dando destaque ao conjunto de relações estabelecidas entre aqueles indígenas e instituições governamentais e não governamentais. Nessa oportunidade, considero necessário apresentar alguns pontos, pois são passos dessa dissertação.

No início da década de 1940, algumas famílias *Aikanã*²³, deslocadas pelo SPI, iniciaram um percurso partindo do Sul em direção ao norte do estado de Rondônia. Participavam das diferentes “frentes de atração e pacificação” promovidas pelo SPI nos Postos Indígenas instalados as margens do rio Guaporé – fronteira do Brasil com a Bolívia. Nesse percurso os descendentes daquelas famílias *Aikanã* construíram o etnônimo *Cassupá*. De acordo com algumas narrativas que estão presentes no trabalho de Maciel (2000), sabe-se que a origem desses etnônimos remete-se a década de 1950, quando algumas das famílias deslocadas estiveram na região de Guajará-Mirim, sendo tratados por bolivianos, habitantes da margem esquerda do rio Guaporé, por tal referência. Outra versão para a origem do uso do etnônimo *Cassupá* remete ao nome de um líder do grupo, que paulatinamente, passaram a compor os nomes daqueles que se identificavam como tal. Nessas narrativas, os funcionários do SPI são citados como os principais agentes das mudanças.

Estruturei minha pesquisa seguindo a noção de *situação histórica* (OLIVEIRA FILHO, 1988); propunha a divisão dos eventos a partir dos seguintes tópicos: A) Os Cassupá e o SPI (1940 a 1967); B) As reivindicações, iniciadas em 1995, que visavam o reconhecimento étnico junto a FUNAI, por meio do Ministério Público, com o apoio do Conselho Indigenista Missionário – CIMI; C) Nos anos de 2012 e 2013, as relações vividas a

²² Processo IBAMA 02001.00508/2008-99; processo FUNAI: 08620.00550/2006 e Gameleira (2012).

²³ Os descendentes das famílias que ficaram na região vivem juntamente com grupos *Sabanê*, *Kwazá* e *Latundê* na Área Indígena Tubarão *Latundê*, localizada no Município de Vilhena, Estado de Rondônia. In: Decreto Nº 99.170, DE 13 de março de 1990. Relatório da FUNAI sobre essa terra indígena. Cf. (VASCONCELOS, 2002), (PRICE, 1981) e “*Aikanã*” in: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/aikana>.

partir da parceria da FUNAI e IBAMA com a Usina Hidrelétrica Santo Antônio Energia, visando integrar os Cassupá ao programa de medidas compensatórias referentes aos impactos da estação hidrelétrica no rio Madeira (TIMÓTEO DA CUNHA, 2012; 2013; 2014a; 2014b). Essa estruturação é seguida no terceiro capítulo onde trato sobre esse tema.

Portanto, a trajetória dos Cassupá me levou a discutir sobre o SPI no mestrado (PPGAS/UFAM) e a reformulação do projeto inicial. Dei início à pesquisa documental, no acervo do Núcleo de Biblioteca e Arquivo – NUBARQ²⁴ do Museu do Índio/FUNAI, localizado no Rio de Janeiro²⁵. O “fundo SPI”, como é identificado pelo Núcleo, está organizado conforme as Inspetorias Regionais acompanhando a última estrutura administrativa do SPI. O material foi digitalizado e armazenado em CD`s (*compact disc*) no formato de imagem²⁶, facilitando a leitura do material, tendo em vista que há poucos anos a leitura só era possível no local. Uma vez no formato de imagem, pude fazer cópias dos arquivos e assim organizar o material para minha leitura.

Trata-se de um conjunto diversificado de documentos, escrito por vários funcionários e com diferentes níveis de experiência das políticas indigenistas; telegramas, relatórios anuais das Inspetorias, relatórios mensais de Postos Indígenas, boletins internos, inquéritos, relatórios de expedições, cartas cartográficas e *croquis*, entre outros que serão detalhados mais adiante. Destaque aos documentos produzidos pelos agentes de Estado nos relatórios dos Ministérios nos quais o SPI esteve durante sua existência.

Para pesquisar sobre o SPI em Rondônia é necessário estudar as Inspetorias Regionais (IR. 1, IR. 6 e IR. 9). A primeira IR., exerceu suas funções no então estado do Amazonas e Território do Acre, correspondendo ao que são hoje os estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima. Por sua vez, a sexta IR operou na região central e norte do estado do Mato Grosso, território que corresponde hoje os estados do Mato Grosso e de Rondônia. Após três décadas e meia de sua criação, o SPI em 1945, construiu a IR 9, a partir do desmembramento da IR 1 e da IR 6, atuando sob o Território Federal do Guaporé.

²⁴ O acervo é composto de 195.737 documentos textuais (795.602 páginas), 519 desenhos originais, 87 impressos aquarelados, 14.766 negativos fotográficos de 35 mm, 4.066 negativos fotográficos 6x6 cm, e 3.432 fotografias, além de 23 filmes cinematográficos de 35 mm e um de 16 mm.

²⁵ No período, de março a junho de 2014, realizei as consultas ao Acervo. Tive o apoio por meio do projeto Ação Transversal Nº 06/2011 – Casadinho/Procad, parceria entre o PPGAS/UFAM e PPGAS-MN/UFRJ. Foram realizadas atividades de missão de estudos, participei dos cursos MNA - 833 - Antropologia e Ética, ministrado pelo professor João Pacheco de Oliveira Filho e MNA - 831 - Antropologia dos processos de formação de Estado. Políticas Governamentais e Direitos Diferenciados. Políticas culturais para a diversidade (patrimônio inclusivo) e políticas indigenistas, ministrado pelo professor Antonio Carlos de Souza Lima.

²⁶ *TIFF (Tagged Image File Format)* é um formato de imagem popular entre profissionais, por ser muito bom para edição e impressão. Por ter uma baixa ou quase nenhuma compressão, a imagem não perde em detalhes.

Elaborei a organização do acervo documental por Postos Indígenas em décadas, da primeira e sexta I.R. montando uma trajetória dos Postos Indígenas que compuseram a região da IR 9. Após essa divisão a atenção foi dada ao material que tratava dos Postos Indígenas da região norte do Mato Grosso, Sul do Amazonas e das bacias dos rios Guaporé e Mamoré. Entretanto, os documentos não estão com divisões exatas, nessas fronteiras encontram-se algumas centenas de páginas sobre outras regiões, dessa forma acaba-se tendo contato com documentos que tratam de diferentes assuntos, regiões e etnias; fato que demanda tempo e atenção.

Outra coluna de materiais consultados são as produções publicadas no Boletim Geográfico e na Revista Brasileira de Geografia – RBG²⁷, publicações que iniciaram no fim da década de 1930. Para o presente trabalho, os temas em destaque são as produções sobre: divisões regionais do Brasil, seus potenciais econômicos e as pequenas homenagens dedicada a personagens (políticos e cientistas) que contribuíram nesses projetos. Também é incluída às fontes a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – R. IHGB²⁸, este periódico teve início no século XIX (primeira publicação em 1839) espaço onde discutiu de quais formas devia-se estudar e descrever o Brasil²⁹.

Ao analisar esses materiais é possível com base na trajetória dos Cassupá abordar a atuação do SPI e discutir sobre a formação de Rondônia, dando destaque as transformações

²⁷ A Biblioteca Central do IBGE tem sua origem com a publicação da Resolução nº 84, de 18 de julho de 1938, da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Estatística, que orienta providências para ampliação da biblioteca existente de modo que não só as obras clássicas, mas ainda, publicações técnicas estivessem disponíveis a vários ou a todos os serviços coordenados pela instituição. Nesse sentido, a Presidência do IBGE ficava autorizada a solicitar aos Ministérios a cessão das publicações encaminhadas às respectivas bibliotecas gerais ou pertencentes a serviços de estatística que pudessem ser úteis à Biblioteca Central do IBGE. A biblioteca do Centro de Documentação e Disseminação de Informações – CDDI que conhecemos hoje foi criada em 1975 como Biblioteca Central – BICEN unindo o acervo das bibliotecas Waldemar Lopes, nome da biblioteca do Instituto Brasileiro de Estatística – IBE e da Biblioteca de Geografia do Instituto Brasileiro de Geografia – IBG. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/sobre-a-biblioteca.html>.

²⁸ “Circulando regularmente desde 1839, a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é uma das mais longevas publicações especializadas do mundo ocidental. Destina-se a divulgar a produção do corpo social do Instituto, bem como contribuições de historiadores, geógrafos, antropólogos, sociólogos, arquitetos, etnólogos, arqueólogos, museólogos e documentalistas de um modo geral. Possui periodicidade trimestral, sendo o último número de cada ano reservado ao registro da vida acadêmica do IHGB e demais atividades institucionais. A coleção completa da Revista encontra-se disponível para consulta *online*, <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php>”.

²⁹ A internet foi uma excelente ferramenta na realização do trabalho, na indicação das referências o leitor encontrará a lista de todos os bancos de dados e bibliotecas digitais que consultei. Nessa introdução destaquei os mais usados. *Subject Guide to Statistics in the Presidential Reports of the Brazilian Provinces, 1830-1889*. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/index.html>. Boletim Geográfico e na Revista Brasileira de Geografia – RBG disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/sobre-a-biblioteca> A coleção completa da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – R. IHGB encontra-se disponível para consulta online, no endereço: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php>. Alguns documentos do SPI encontram-se no projeto: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=DocIndio&PagFis=10716&Pesq=> e outra coleção importante é a Coleção Brasileira Eletrônica <http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao> e também o banco de teses e dissertações da CAPES: <http://bancodeteses.capes.gov.br/>.

promovidas por essa agência. Nesse sentido, a trajetória dos Cassupá passou a ser considerada como um exemplo, dentro dos eventos das transformações induzidas pelo SPI. Assim, entra na discussão a perspectiva presente no discurso dos agentes do SPI e as perspectivas indígenas de um povo indígena que vivenciou aquelas mudanças. Nessa jornada, a trajetória Cassupá deixou de ser o centro da problemática, passando a ser considerada como um exemplo das transformações entre política indígena e política indigenista.

III. A divisão dos capítulos

Uma imagem que ajuda a compreender o formato desse trabalho seria compará-lo a um colar. Primeiro, forma-se um feixe de fios entrelaçados em espiral. São três fios formando um só fio, unidos com o propósito de agrupar um conjunto de miçangas. Num segundo momento, as miçangas são dispostas em determinadas sequências conforme o percurso realizado para adquiri-las. Neste caso, uma primeira divisão do agrupamento das miçangas são os *elementos estruturais do SPI*³⁰ e os *elementos da formação de Rondônia*.

O primeiro fio é o ordenamento do conteúdo que está presente no *narrar Cassupá*. O segundo fio é o material produzido pelos agentes do SPI, são os eventos documentados por meio dos dispositivos burocráticos da agência indigenista. Trata-se de um conjunto de materiais diversificado, escrito por vários funcionários e com diferentes níveis de experiência das políticas indigenistas; telegramas, relatórios anuais das Inspetorias, relatórios mensais de Postos Indígenas, boletins internos, inquéritos, relatórios de viagens/expedições, cartas cartográficas e croquis e os relatórios de Ministérios aos quais o SPI esteve durante suas atividades³¹. Mais adiante, demonstrarei como obtive acesso e realizei a classificação e a leitura dessa documentação.

³⁰ Indico como elementos estruturais do SPI os conceitos tutela, pacificação, atração e nacionalização.

³¹ Documentação que compõe o Núcleo de Biblioteca e Arquivo – NUBARQ/Museu do Índio/FUNAI, documentos da Inspetoria Regional – IR 1 (Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima) 52.748 páginas; Inspetoria Regional – IR 6 (Mato Grosso e Rondônia) 169.837 páginas e Inspetoria Regional – IR 9 (Rondônia) 12.350 páginas. Essa leitura ainda não foi realizada por completo, essa parte da pesquisa apresenta e discute sobre os eventos documentados que até esse momento tive contato.

E o terceiro fio é o recorte do contexto histórico que realizo direcionado a primeira metade da década de 1940. Essa escolha dar-se pelo fato de que o SPI passou por uma reestruturação no início daquela década, conforme registrado pelos agentes, após um período de colapso na década de 1930. O outro marco é a homologação dos Territórios Federais ocorrido em 1943 e o terceiro elemento é a criação da Inspetoria Regional IR 9 sob jurisdição no Território Federal de Guaporé. Com esses eventos indico alguns dos aspectos das execuções dos projetos indigenistas, o exercício do *poder tutelar*³² (SOUZA LIMA, 1995) e as cartografias sociais construídas pelo SPI relacionadas à formação de Rondônia.

Para alcançar os objetivos propostos, divido a dissertação da seguinte forma: no primeiro capítulo “*Rondônia: um projeto de Edgar Roquette-Pinto*”, trato sobre “Rondônia” na condição de um projeto político, onde o autor exalta, com adjetivos nacionalistas, a bravura da gente que vive no interior do Brasil, homenageando um herói nacional e principalmente montando uma agenda de pesquisas para mudar aquela realidade “O que nos falta é conhecer o que se tem descoberto e conquistado” (ROQUETTE-PINTO, 1913, p. 588, 1927, p. 85;).

Ainda no primeiro capítulo discuto sobre os elementos da *formação de Rondônia*. Outro tópico importante para o trabalho é a discussão direcionada para o que denomino como “*A Escola de pensamento sobre o Serviço de Proteção aos Índios*”, onde descrevo, brevemente, os objetivos e as abordagens das pesquisas que foram dedicadas a essa agência indigenista, nas quais encontramos vários elementos da conjuntura dos primeiros vinte anos do SPI, ou seja, a grande maioria dessas pesquisas está voltada ao período de 1910-1930. Essa reunião é um ponto de partida para discutir o processo histórico e os recursos teórico-metodológicos que orientam o presente trabalho.

O segundo capítulo “*A construção da Nona Inspetoria Regional: O que nos falta é conhecer o que se tem descoberto e conquistado*”, tem como objetivo descrever, com recursos da etnografia histórica, a conjuntura da construção da Nona Inspetoria Regional (IR-9) do Serviço de Proteção aos Índios. O recorte histórico realizado direciona-se a primeira metade

³² Seguindo a definição de Souza Lima (1995) “Com a categoria poder tutelar pretendo, pois, descrever uma forma de ação sobre as ações dos povos indígenas e sobre seus territórios, oriunda e guardando continuidades implícitas com as conquistas portuguesas e sua administração por aparelhos de poder que visavam assegurar a soberania do monarca lusitano sobre terras dispostas em variados continentes. Modalidade de poder de um Estado que se imagina nacional, ou melhor, de uma comunidade política dotada de um exército profissional, comunidade está entendida aqui como um conjunto de redes sociais estatizadas, com pretensões a abarcar e submeter a multiplicidade de comunidades étnicas diferenciadas e dispostas num território cuja predefinição face a outras comunidades políticas igualmente heteróclitas é relativa e instável. O poder tutelar pode ser pensado como integrando tanto elementos das sociedades de soberania quanto das disciplinares. Mas é antes de tudo um poder estatizado num aparelho de pretensa abrangência nacional, cuja função a um tempo é estratégica e tática, no qual a matriz militar da guerra de conquista é sempre presente. (SOUZA LIMA, 1995: p. 73-74).

da década de 1940. Essa escolha dar-se pelo fato de que o SPI passou por uma reestruturação no início daquela década, o segundo marco é a homologação dos Territórios Federais ocorrido em 1943 e o terceiro é a criação da Inspetoria Regional IR 9 sob jurisdição no Território Federal de Guaporé. Com esses eventos ver-se-á as execuções dos projetos indigenistas, o exercício do poder tutelar e as cartografias sociais construídas pelo SPI relacionadas a formação de Rondônia.

O terceiro capítulo, “*O SPI nas memórias indígenas: A trajetória³³ Cassupá na formação de Rondônia*”, toma como um caso de estudo a trajetória do grupo Cassupá. Por esta trajetória elaborei um esboço introdutório para problematizar e reunir elementos de várias relações que envolveram o SPI na formação de Rondônia. Partindo do início da década de 1940, descrevendo os esforços das expedições que buscavam as minas de Urucumacua e estabelecer contato com as etnias da bacia do rio Guaporé, e demonstrando de quais maneiras as expedições e o indigenismo do SPI no século XX utilizaram os estudos geográficos do período colonial, que foram aproveitados por Rondon para reescrever a cartografia do Mato Grosso. No decorrer do capítulo discuto das relações entre dos agentes de estado, os indígenas, as empresas da borracha, a mineração, os reconhecimentos cartográficos, os projetos de elaboração de estradas e as orientações para a elaboração dos registros das políticas indigenistas.

Uma das ponderações centrais que orientam a pesquisa parte da premissa que os primeiros passos dados na formação de Rondônia foram realizados mediante os conhecimentos construídos a partir das práticas dos agentes indigenistas, por meio das políticas do desbravamento do Sertão e das execuções da proteção fraternal que acarretaram em reconfigurações (políticas, econômicas e culturais) dos territórios indígenas da região.

³³ Quando me refiro à trajetória estou orientado pelas considerações de Bourdieu (1996), quando diz que: [...] não podemos compreender uma trajetória (ou seja, o envelhecimento social que, ainda que inevitavelmente o acompanhe, é independente do envelhecimento biológico), a menos que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ele se desenrolou; logo, o conjunto de relações objetivas que vincularam o agente considerado – pelo menos em certo número de estados pertinentes do campo – ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e que se defrontaram no mesmo espaço de possíveis. Essa construção prévia é também condição de qualquer avaliação rigorosa de personalidade designada pelo nome próprio, isto é, o conjunto de posições simultaneamente ocupadas, em um momento dado do tempo, por uma individualidade biológica socialmente instituída, que age como suporte de um conjunto de atributos e de atribuições que permitem sua intervenção como agente eficiente nos diferentes campos (BOURDIEU, 1996: p. 81).

CAPÍTULO UM

RONDÔNIA

UM TRECHO DO GRANDE CERCO DE PAZ

1.1 Introdução

Em sua origem, o termo Rondônia esteve ligado ao contexto da formação do Brasil no século XX. A primeira utilização do termo foi proposta de Edgard Roquette-Pinto (1915), quando formulou o projeto da construção de uma *província antropogeográfica*³⁴ denominada como “Rondônia”. Segundo ele, designava a zona compreendida entre os rios Juruena e Madeira sendo cortada pela “Estrada Rondon”. Para o autor os aspectos que justificavam a criação da província eram de ordem geológica, botânica, zoológica, antropológica e etnográfica que a referida região era composta.

Pela primeira vez era formulada uma circunferência territorial na administração republicana que homenageava um brasileiro: trata-se de Cândido Mariano da Silva Rondon. Da proposta inicial de Roquette-Pinto até a criação do Território Federal de Guaporé (1943), o SPI protagonizou políticas indutoras de mudanças na gestão de territórios e promoveu amálgamas entre as políticas tutelares e as ciências com perspectivas positivistas formularam categorizações às sociedades indígenas dentro de escalas do evolucionismo social. Deste modo, promoveram-se novas cartografias sociais e fortes transformações territoriais.

Neste primeiro capítulo apresento a ideia de Edgard Roquette-Pinto sobre a formação de Rondônia, percorrendo pela historiografia deste território, trazendo à tona alguns elementos sobre a construção de Rondônia, problematizando que as transformações realizadas pelas políticas indigenistas do SPI foram relevantes nos projetos posteriores de constituição deste território, tais como: a Estrada de Ferro Madeira Mamoré EFMM³⁵, os ciclos de extração da borracha, a construção da rodovia Brasília-Acre, a exploração da cassiterita, os projetos de colonização do INCRA, entre outros.

³⁴ Mesmo que Roquette-Pinto não tenha detalhado qual influência o auxiliou na sua definição antropogeografia, não é errado afirmar que a obra “*Geografia do Homem (Antropogeografia)*” de Friedrich Ratzel, teve grande influência na obra de Roquette-Pinto. Ratzel com essa obra reuniu questões fundantes da Geografia Humana (CLAVAL, 2006).

³⁵ Esta Ferrovia causou uma grande diminuição populacional há vários grupos indígenas. Sobre essa Ferrovia há os trabalhos de (CRAIG, 1947), (FERREIRA, 1987), (FONSECA & TEIXIRA, 2002) e (FONSECA, 2014).

Justifico a composição desse capítulo na intenção de fazer jus aos trabalhos anteriores (alguns provenientes de outras com outras áreas, tais como História, Ciência Política, Ciência Jurídica, Sociologia e Geografia) que orientaram o meu percurso nesta discussão, desta forma descrevo o campo no qual meu trabalho está inscrito. O segundo ponto é trazer elementos do contexto histórico entre 1910 a 1930 para poder então discutir sobre a participação do SPI na formação de Rondônia.

Antes de apresentar os elementos acionados por Roquette-Pinto para delimitar o território geográfico denominado Rondônia, no campo da etnologia, este território é abordado pela categoria *áreas etnográficas*. A região é dividida em: “Mamoré-Guaporé”, “Amazônia Centro-Meridional” e “Aripuanã”, todas essas *áreas* estão inseridas ao “Anel Tupi” (MELATTI, 2001). Sobre a “Área Mamoré–Guaporé”, (MELATTI, 2001) afirma que:

A área aqui tratada constitui apenas uma pequena parte daquela que Galvão traçou com o nome de Guaporé. Nela distingui dois setores. Um inclui os índios que vivem junto aos afluentes da margem direita do rio Guaporé, quase todos falantes de línguas integrantes de pequenas famílias do tronco tupi. Denise Maldí (1991: 210-211) chamou a este setor de "complexo cultural do marico", porque todos os índios do mesmo, inclusive os isolados da Reserva Biológica do Guaporé, usam bolsas de vários tamanhos, chamadas de "marico", de fibras de tucum, feitas com pontos miúdos ou médios, que não se encontram em outras áreas [...]. O outro setor inclui os rios que correm para o Mamoré, junto aos quais vivem os uáris e os oro uin, da família linguística txapacura; do outro lado do rio, em território boliviano, na confluência do Mamoré com o Guaporé, está um outro povo txapacura, os morés. (MELATTI, 2001, p. 1).

Nas literaturas historiográfica e etnológica encontramos definições que procuraram caracterizar a região com perspectivas cartográficas amalgamadas a características culturais, como por exemplo, “Mosaico da Amazônia Meridional” (BRASIL, 2001), “Complexo Cultural Maricó” (MALDI, 1991), “Área Etnográfica Guaporé” (GALVÃO, 1960), “Área Etnográfica Guaporé” (MELATTI, 2001).

No bojo dos trabalhos que objetivam caracterizar o território de Rondônia, a pesquisa de (VANDER VELDEN, 2010) mapeou a produção etnológica sobre os grupos Tupi na região de Rondônia, faz um destaque a contribuição de Roquette-Pinto:

“Aqui estaremos, portanto, considerando esta “Grande Rondônia” – mais ou menos no espírito daquela “Rondônia” de Roquette-Pinto

(1935) – como uma unidade, em função das relações mais ou menos permanentes, das trajetórias histórico-culturais comuns e dos alinhamentos políticos recentes – todos afetados por macro-processos históricos, sociais e políticos semelhantes (cf. Santos-Granero & Barclay 1994) –, além das proposições teóricas que destacam a importância estratégica desta zona-tampão entre a floresta amazônica e o cerrado centro-brasileiro para o estudo das sociedades e culturas nativas da América do Sul [...]”. (VANDER VELDEN, 2010: p. 120).

Ainda são incipientes as pesquisas ao tema que pode ser intitulado como “a atuação do SPI em Rondônia”. Aqui, me refiro sobre o contato estabelecido pelos agentes de Estado vinculados a programas de colonização estabelecidos no século XX. Encontram-se trabalhos que abordam esse tema de forma tangencial, quer dizer, o fio condutor é uma determinada população indígena e não a instituição indigenista, no caso o SPI. A literatura etnológica tem muito a contribuir na composição dessa problemática, como por exemplo, (PRICE, 1972), (MOSER, 1993, 1997), (LEONEL, 1996), (MALDI, 1989, 1991, 1996, 1997), (MINDLIN, 1985), (PINTO, 2009), (VANDER VELDEN, 2010a, 2010b), (VILAÇA, 2006), (FRANÇA, 2012), (DAL POZ NETO, 1991, 2004) entre outras.

Sobre a diversidade étnica da região, o complexo de áreas etnográficas é reunido no tronco *Tupí*, famílias *tupi-guarani*, com as etnias: *Kawahib: Parintintin, Diahoí, Juma, Karipuna, Tenharin* e *Uru-Eu-Wau-Wau*; a família *Arikém*: com as etnias *Karitiana*; a família *Mondé*: com as etnias *Aruá, Cinta-Larga, Gavião, Mondé, Suuruí* e *Zoró*; a família *Ramarama*: com a etnia *Káro (Arara)*, ainda no tronco *Tupí*, há família *Tuparí*: com as etnias *Aruju, Makurap, Mekém, Sakirabiar* e *Tuparí*.

Outras famílias linguísticas citadas são: família *Aikanã*, com as etnias *Aikanã, Massaká* e *Cassupá*; a família *Kanoê*, com a etnia *Kanoê (Kapixaná)*; a família *Koazá (Kwazá)*: com a etnia *Koazá*; a família *Mura*: com as etnias *Mura* e *Piranã*; a família *Nanambikwára*: tendo três divisões, a primeira é a *Sabenê*. A segunda divisão é a família *Nambikwara do Norte*, com as etnias *Tawandê, Lacondê, Mamaidê, Negarotê*. A terceira divisão é a família *Nambikwara Do Sul*, com as etnias *Galera, Kabixi, Munduka* e *Nambikwara do Campo*; a família *Txapakura: Orowari, Torá, Urupá* e *Wari (Pakaanova)*.

Essa diversidade de povos indígenas da região está presente nos textos do SPI, em destaque nos relatórios dos Postos Indígenas. Entretanto, a perspectiva tutelar e assimilacionista desta agência, onde a estratégia de homogeneizar as diversidades era um modo de reforçar as relações de poder, muitos etnônimos foram aglutinados uns aos outros,

principalmente no contexto dos deslocamentos pelo território induzidos pelo SPI. Este é o caso do grupo Cassupá, que apresentarei com mais detalhes no terceiro capítulo.

A pesquisa demonstrou que é relevante estabelecer aproximações entre os debates estabelecidos com as pesquisas que se propõem compreender as mudanças territoriais e econômicas entre as pesquisas que se dedicam às relações e concepções cosmológicas com os elementos do “mundo dos brancos”, como dito, independente das escolhas teóricas e conceituais é inevitável que se esbarre em questões que dizem respeito às consequências dos processos de colonização, promovidos pelas políticas do SPI e pelos projetos realizados pelo INCRA e FUNAI.

A proposta de trabalho de (SCHETTINO, 2005: p. 147-187) em atualizar as informações sobre as áreas etnográficas, a fim de apoiar os grupos de trabalho da FUNAI nos processos de identificação e delimitação de terras indígenas, mediante o levantamento de dados etnográficos, é pertinente por considerar as mudanças, os fluxos migratórios regionais e os grandes projetos latifundiários que afetam diretamente as demarcações de terras indígenas:

Essa área, cuja superfície engloba praticamente todo o estado de Rondônia e pequena faixa do noroeste do estado de Mato Grosso, caracteriza-se pela alta diversidade étnica, instalada num contexto ambiental de floresta amazônica, sob grande impacto do recente processo de colonização iniciado na década de 1970, caracterizado pela devastação ambiental, distribuição de terras e intenso fluxo migratório. Processo através do qual vários grupos indígenas foram extintos e tantos outros estão ameaçados de extinção. Tal característica, que contrasta alta sociobiodiversidade com o violento processo de colonização, resulta hoje em um quadro bizarro: encontramos aí vários grupos indígenas isolados e já são muitos os grupos desaldeados, desassistidos e marginalizados. Do ponto de vista fundiário, apesar de ser relativamente grande o número de territórios indígenas já regularizados, é vasta a demanda por regularização das cerca de 18 situações que compreendem mais de 50 % das questões fundiárias da região; portanto, área a demandar grande intervenção do Departamento de Identificação e Delimitação [...]. (SCHETTINO, 2005: p.184-185).

A reflexão de Schettino (2005) aponta os vários processos de transformações recentes do território de Rondônia, que exigem uma leitura processual dando destaque ao SPI, para compreender a execução das políticas indigenistas promovidas pelo Serviço.

A temática do contato entre o Estado e os Povos Indígenas é, no mínimo, interessante (pode-se dizer como muitos etnólogos gostam de afirmar “é bom para pensar”) para

compreender e questionar o lugar das populações indígenas diante as dinâmicas contemporâneas dos projetos de colonização, nacionalização e ocupação da região e também para repensar o lugar das agências políticas presentes nas memórias e nas reivindicações étnicas.

1.2. Rondônia, um trecho do grande cerco de paz

Na transição da monarquia portuguesa para a república brasileira havia uma geração que tomou para si a incumbência de construir e em determinadas regiões reconstruir o país. Desvinculando-se de séculos da dominação monárquica portuguesa, uma geração que teve suas formações escolares nesse período de transição, entre as duas últimas décadas do século XIX e na primeira do século XX.

Esse tipo de mudança, seja por meio de combates revolucionários ou ainda do modo como foi no Brasil, requer um complexo de variados mecanismos políticos. Não se trata apenas de medidas oriundas de uma cúpula onde meia dúzia de pessoas tomam decisões. É muito mais complexo. Imagine os cálculos e os equipamentos usados para mudar a órbita de um cometa, são anos de estudos. Agora imagine mudar a concepção, por exemplo, da ideia de *trabalho*, tendo como referência a manutenção de um sistema escravocrata que perdurou por séculos. Ou ainda como definir o que é do Brasil? Quem é do Brasil? Quem está apto a responder tais perguntas? Cada conceito precisava ser redefinido, como se fosse um cometa que precisasse ter sua órbita redirecionada. Nesse bojo, a geração que marchava rumo ao progresso, a formação da Nação, e não mais na condição de colônia, tem questões práticas como as estradas, a comunicação etc., porém, existiam aqueles que estavam no caminho, os diferentes, os selvagens, os fetichistas, os índios do Brasil. Aqueles que a igreja não conseguiu civilizar, conforme a nova perspectiva. E agora, como proceder? Eis outra órbita que, segundo o árbitro positivista, necessitava ser transladada. Era necessário readequar o lugar do indígena aos novos projetos.

Por meio do SPI foi construído um complexo de canteiros de obras, com a incumbência de contribuir na construção do Brasil apartando-se da colonização portuguesa, orientando-se pela perspectiva científica. Um dos seus engenheiros foi Cândido Mariano da Silva Rondon; ele formulou uma descrição dessas ações com o projeto *grande cerco de paz*, segue uma parte dessa descrição que compôs o relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio – MAIC de 1910:

Serviço que tem para campo de ação toda a vastidão do território nacional, desdobrando-se em uma sequência de atos que não podem ser interrompidos, sob pena de malogro de todo o trabalho em andamento, de todo esforço despendido, Serviço que se dirige a um tempo à natureza selvagem do solo e à natureza selvagem de seu habitante, necessitando do emprego de métodos experimentais de cultura e da prática de processos científicos de civilização no desbravamento das terras e no trato da alma humana, Serviço que, para ser eficaz, para desenvolver-se, para produzir e consolidar-se, carece de um exercício continuado distribuído por uma multiplicidade de órgãos convergentes, um tal Serviço, assim caracterizado, atenta a enormidade do território nacional, ou melhor, a disseminação das tribos indígenas na grande órbita de sua vida nômade por esse imenso território, só pode ser executado por crescido número de funcionários de várias categorias, num grande cerco de paz, num assédio extenso e paciente. (RONDON, 1910: p. 259).

A ideia expressada por Rondon inspirou o título do trabalho de doutoramento de Souza Lima (1992) “*Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*”. Sobre os aspectos físicos e simbólicos desse projeto, Souza Lima diz que

A imagem do grande cerco de paz revela-se em toda a sua complexidade nas palavras do militar, sumarizando numerosos mecanismos ainda hoje em ação: técnica militar de pressionamento e forma de manter a vigilância, ao mesmo tempo assédio de um inimigo visando cotar-lhe a liberdade de circulação [...]. [...] Além de defesa contra os de fora de cerco, como num cercado para as crianças, estabelecendo limites e constrições aos por ele incluídos/excluídos, numa amplitude que deveria justificar um numeroso quadro administrativo de fato hoje em dia existente. Modo tático de sublimação da guerra e forma de denegar a violência aberta, construída sobre os alicerces da ciência da época e não mais da religião, a imagem do cerco, estabelecido pelo terceiro elemento constituído idealmente pela administração [...] da divisão imposta, produzindo índios e civilizados. (SOUZA LIMA, 1995: p. 131).

Efetivamente não existiu a construção de um cerco de cimento e barro. Porém, o *grande cerco de paz* descrito por Rondon é uma metáfora com o intuito de construir uma imagem que ajudaria a explicar o que viria a ser o SPI. Ao longo de sua atuação, a própria

ideia de um *cercos* não aparece nos registros da agência. Sobre as construções físicas, podem-se elencar os seguintes elementos: as práticas burocráticas (produções de documentação, registros das atividades, bem como mecanismo de vigilância para garantir as execuções das mesmas), as estradas; as demarcações de fronteiras; as unidades sociais como os Postos Indígenas, formados por roças e pomares, criação de animais, construção de casas, escolas, enfim todo o mecanismo das políticas de incorporação do índio à nação brasileira. O *cercos*, mesmo na condição de metáfora, não foi construído de forma contínua, o SPI – pela descrição em seus documentos – esteve ausente em várias regiões; um exemplo é o estado do Acre.

Ainda assim, o *grande cercos de paz* é uma imagem apropriada para abordar o tema. Nesse sentido, para ajudar a descrever essa estampa, recorro a um conto de Franz Kafka (2002) “*Durante a construção da grande muralha da China*”. A narrativa é conduzida por um dos trabalhadores da construção, que assume a condição de historiador e mesmo em um sistema de censura arrisca descrever parte do sistema de construção do empreendimento.

A muralha da China foi terminada no seu trecho setentrional. A construção avançou de sudeste e do Sudoeste e ali se uniu. Esse sistema de construção por partes também foi seguido em pontos menores dentro dos dois grandes exércitos de trabalho, o exército do Leste e o exército do Oeste. Sucedeu assim que foram formados grupos de aproximadamente vinte trabalhadores que precisavam erguer uma muralha parcial de cerca de quinhentos metros de comprimento, enquanto um grupo vizinho construía em sua direção outra muralha do mesmo comprimento. Mas depois de completada a união não se prosseguiu mais a construção no final desses mil metros; em vez disso os grupos de trabalhadores foram deslocados para regiões totalmente diferentes visando à construção da muralha. Desse modo surgiram naturalmente muitas brechas grandes que só foram preenchidas de maneira gradativa e vagarosa, algumas delas só depois que já tinha sido anunciada a conclusão da muralha. Sem dúvida devem existir brechas que não foram absolutamente cobertas – para muitos, bem maiores que as partes construídas –, uma afirmação, porém que possivelmente faz parte das muitas lendas que surgiram em torno da construção e que, ao mesmo para o indivíduo isolado, não pode ser verificada com os próprios olhos e segundo um critério pessoal, em virtude da sua dimensão. (KAFKA, 2002: p.73-74).

O narrador afirma: “[...] nós, da construção, conhecemos o assunto de outro ângulo e nos calamos” (p. 83), a narrativa estabelece um contraponto entre as lendas que envolve a construção a muralha e a versão oficial. Devido a censura, o narrador identifica-se apenas como um dos trabalhadores sem indicar o nome próprio, assumindo o anonimato. Tal empreendimento deveria ser executado por gerações, a muralha era uma proteção, a

materialização da ideia de unidade, como se fosse uma “uma ciranda do povo”, conforme denomina o narrador.

No caso do SPI não houve um projeto para relatá-lo como um todo, não existiu trabalhador que revestisse a capa de Clio para descrever os detalhes da agência, bem como a hierarquia e o *habitus* dos seus agentes.

Darcy Ribeiro (1962) foi quem montou um projeto para explicar a política indigenista. No entanto, é preciso compreender o contexto político daquele momento, dando continuidade na escrita ufanista sobre os feitos do SPI; para ter contato com uma crítica detalhada sobre esse trabalho de Ribeiro (1962; 1979) sugiro a leitura de Souza Lima (1985). A título de exemplo, cito três obras que podem ser consideradas como “produções sobre o SPI, feitas pelos seus agentes”. Pela ordem de publicação: Rondon, 1954, “Índios do Brasil”, são três volumes, esta obra tem o aspecto de relatório, repletos de fotografias com o intuito comprobatório da civilização. Tem um teor de divulgação do trabalho do SPI, distante de critérios críticos. A segunda obra “Rondon conta sua vida”, foi organizada por Esther Viveiros (1969) trata-se de compilados de registros feitos por Rondon, isto é, não é uma obra editada por Rondon (sobre esse trabalho sugiro a leitura de Souza Lima, 1990). A terceira obra que indico é a tese de Freire (2005) dedicada a história de vida de sertanistas. Esse trabalho tem uma postura crítica ao indigenismo e procura trazer à tona o ponto de vista dos sertanistas que vivenciaram as práticas do SPI.

Por sua vez, o material que vamos encontrar sobre os detalhes e cotidiano dessa agência são os registros que abordam questões pontuais, cumprindo com as práticas administrativas e não com o teor historiográfico. Entretanto, como serão apresentados mais adiante, os relatórios elaborados pelos agentes indigenistas dedicavam-se a várias críticas sobre os arranjos políticos e as condições de realização das políticas indigenistas com esforços de aprimorá-las. Esses relatórios são os principais materiais utilizados nas pesquisas sobre o SPI, é de interesse e relevância, pois se trata da construção de um determinado conhecimento, com específica forma e conteúdo, fundamentados em conceitos, métodos e técnicas na execução da *tutela indigenista*; uma linguagem usada de forma moderada e instituída pelo ufanismo do SPI na produção da sua versão oficial.

Com intento de compreender como *Rondônia* fez parte do *cerco de paz* segundo pontos definidos pelo seu idealizador como indispensáveis para a realização da empreitada, faço as seguintes perguntas: de quais maneiras às ideias do *cerco* foram rearranjadas ao longo

das execuções das políticas indigenista do SPI? Como ocorreu a convergência entre órgãos? Quais foram esses órgãos? Quais foram os empregos e métodos nos procedimentos científicos de civilização? Sobre os funcionários, quais as suas especialidades e *habitus* desses agentes?

O projeto político de redefinir o lugar do indígena “no destino da nação brasileira” esteve repleto de introjeção da poética nacionalista republicana. Essas práticas e discursos foram peças chave para construção de unidades sociais e, claro, construção de fronteiras, tanto físicas quanto culturais. Nessas diferentes figurações, podemos questionar qual o lugar do indígena nessa formação, pois, aquelas mudanças são frutos de práticas e representações do indigenismo e seus dispositivos. Por exemplo, o SPI esteve subordinado a diferentes Ministérios, nos seus primeiros vinte anos, integrou o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Entre 1930 a 1934, esteve no quadro do Ministério do Trabalho. Em meados dos anos 1930 (1934 a 1939), ficou vinculado a Inspetoria de Fronteiras no Ministério da Guerra. Na década de 1940, retorna ao reformulado Ministério da Agricultura e, ainda naquela década, passou a compor o Ministério do Interior (Brasil, 1918; 1930; 1934; 1939; 1940). Ter em vista essas diferentes passagens ajuda a compreender os momentos de intensificação ou diminuição da atuação do SPI em determinadas regiões, pois estava fortemente ligada a organização orçamentária do Ministério que compunha.

1.3. Rondônia: um projeto de Edgar Roquette-Pinto

No ano de 1905 Edgar Roquette-Pinto, aos 21 anos de idade, se formou em Medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Nesse mesmo ano foi admitido como professor no Museu Nacional, onde foi diretor entre os anos de 1926 a 1935 encerrando trinta anos de trabalhos na instituição. A ele são atribuídos vários títulos e especializações, tais como: médico legista, professor, naturalista, antropólogo, etnólogo e ensaísta. Foi membro da Academia Nacional de Medicina, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Sociedade de Geografia, da Academia Brasileira de Ciências e da Associação Brasileira de Antropologia, nesta última como Presidente honorário.

Como já foi dito na introdução, a primeira vez em que a palavra Rondônia foi usada para identificar uma circunferência administrativa da república brasileira ocorreu no ano de 1915 quando Edgar Roquette-Pinto, então professor de etnologia no Museu Nacional³⁶, apresentou algumas de suas experiências vividas na Expedição “Serra do Norte” – ocorrida entre os meses de julho a novembro de 1912³⁷. Quatro anos depois, é publicado “*A Rondônia*” na Revista do Brasil, naquela oportunidade o texto é construído com uma abordagem resumida sobre Expedição. No ano seguinte, em 1917, aquelas experiências formaram a primeira edição do livro “*Rondônia: etnografia, etnologia*” publicado no vigésimo volume do periódico Arquivos do Museu Nacional³⁸.

Rondônia teve sete edições em português e uma em alemão, dou destaque a terceira, sexta e sétima edições que trouxeram modificações significativas, como por exemplo, acréscimos de mapas e comentários de outros pesquisadores; outras edições tiveram poucas modificações feitas pelo autor. A sexta edição, quando em 1975 compôs o trigésimo nono volume do projeto editorial “Brasiliana”. Naquela oportunidade a obra teve contribuições, com acréscimos de detalhes em notas de rodapé, feitas por Heloisa Alberto Torres, Alberto José de Sampaio, Olímpio da Fonseca Filho, Fábio Werneck, Raimundo Lopes, Álvaro Osório de Almeida e Melo Leitão. A edição Alemã ocorreu em 1954, a tradução foi feita por Etta Becker-Donner.

Na condição de um projeto político, *Rondônia* é exaltada com adjetivos nacionalistas, a bravura da gente que vive no interior do Brasil, homenageando um herói nacional, no caso trata-se de Candido Mariano da Silva Rondon, e principalmente montando uma agenda de pesquisas para mudar aquela realidade “*O que nos falta é conhecer o que se tem descoberto e conquistado*” (ROQUETTE-PINTO, 1913: p. 588; 1927: p. 85).

No contexto de sua criação *Rondônia* tem duplo papel: fazer ciência e política. O ato de delimitar uma “*província antropogeográfica*” estava fazendo mais que uma descrição, fazia-se um projeto político que visava ações estatais. A ordem do dia era *conhecer*. E esse conhecimento não é mera contemplação da exuberância da natureza ou da diversidade das organizações sociais. Esse conhecer é tomar o controle é, pois, conquistar efetivamente o

³⁶ Sobre o contexto da admissão e trajetória Roquette-Pinto no Museu Nacional, sugiro a leitura da tese (SOUZA, 2011) “*Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935)*”.

³⁷ Para mais detalhes sobre essa expedição, sugiro a leitura da dissertação (SANTOS, 2011) “*No “Coração do Brasil”: Roquette Pinto e a Expedição à Serra do Norte (1912)*”.

³⁸ Alguns dos exemplares desse periódico estão disponíveis em: http://www.portaldeperiodicos.sibi.ufrj.br/unidades_museu.htm.

controle das circulações das pessoas e das ideias. Conhecer, naquele contexto é dominar. Isto quer dizer aprimorar dispositivos de governança. Esses elementos apontam a construção do território Rondônia e os elementos estruturais do SPI.

A descrição territorial mencionada por Roquette-Pinto foi o traçado da primeira expedição da Comissão Rondon, programada em 1907. Gagliardi (1995) dedicou um capítulo do seu trabalho para descrever essa expedição. A cartografia é um dos instrumentos elementares tratando-se de empreendimentos governamentais. Fronteiras são reforçadas e outras são construídas, assim, demarcam-se circulações de pessoas, mercadorias, ideias e circulação de projetos políticos.

Com as orientações das teorias evolucionistas, Roquette-Pinto encontrou material empírico comprovando o estágio primitivo do “índio brasileiro”, constatando empiricamente a necessidade de guia-los à civilização. “Guia-los a civilização” estava no campo do desempenho discursiva, pois na prática, no cotidiano, essa incorporação gerou resultados desastrosos. Guiar o índio a civilização estava amalgamada a estratégias de dominação, controle de populações e territórios. A expedição “Serra do Norte”, conduzida por Rondon, já expressava os objetivos do SPI enquanto política indigenista.

A obra de Roquette-Pinto é um ponto importante desses primeiros passos, pois têm como foco “conhecer o que se tem descoberto e conquistado”. Encontramos saberes científicos amalgamados a governamentalidades de um Estado-Nação. Esse projeto, do autor referido acima, é um projeto oferecido ao Brasil enquanto um Estado republicano, nessa obra ele reuniu elementos para uma dada governança, construindo uma região e uma população: construindo uma cartografia social. Temos uma obra onde conhecimento científico, mais especificamente sobre as sociedades indígenas que ali viviam, visando como melhor governar aquele território e aquelas pessoas.

Nesse sentido, mais que uma obra, *Rondônia* é uma das expressões predicativas da geração de projetistas da nação brasileira³⁹ atuante no início do século XX. Geração que configura uma complexa rede de interdependência ideológica na formação do Estado Brasileiro. Sobre a geração que tomou para si a incumbência de trabalhar na construção do

³⁹ Recorro a reflexão de (PARESCHI, 2002) sobre a ideia de projetismo. “O *projetismo* como uma forma de intervenção social especialmente vinculada à ideologia do desenvolvimento, manifestando estruturas tecnoburocráticas e as hierarquias nelas contidas, imprimindo uma dinâmica própria, geralmente alheia às condições reais em que é aplicada, contrariando, de certa forma, os objetivos que o justificam”. (2002: p.108).

Brasil no século XX, trago a fala de Ramiz Galvão⁴⁰ quando Roquette-Pinto foi incorporado ao quadro do IHGB, em 1913:

[...] O ilustre consocio [Roquette-Pinto], que acabamos de ouvir e aplaudir, é um dos poucos da nova geração que se votam amorosamente aos estudos etnográficos, e ainda bem que sua predileção científica tomou este rumo. A seara, a que me refiro, foi até aqui mais aproveitada pelos sábios e viajantes europeus do que por filhos da nossa terra. E, todavia, é mister que ela se não descure, porque o campo de observação se vai todos os dias estreitando a proporção que os elementos civilizadores penetram o sertão e que o sangue da raça aborígene se vai caldeando com o de outra raça mais adiantada. É tempo ainda, mas cumpre não perdê-lo, de completar o estudo das tribos que conservam o tipo ancestral e mantem língua costumes e crenças primitivas. Tudo isso será, talvez dentro de um século, pura arqueologia, mas, por isso mesmo, se faz mister que a geração contemporânea redobre de esforço para deixar a posteridade a notícia completa da raça autóctone. Ela não deixa monumentos, sem papiros, nem pagodes, nem inscrições que transmitam ao futuro a sua história. Captar, portanto, esta lympha [sic] preciosa que ainda corre da nascente e que amanhã se terá sumido da terra, é uma obra de alto valor que merece os nossos aplausos e cuja gloria não devemos deixar a estranhos. (GALVÃO, 1913: p. 599-600).

Outra frase famosa sobre o tema é do próprio Roquette-Pinto:

Venho das últimas gerações da monarquia. Assisti aos 5 anos as primeiras festas da República. Penso que o país deve um grande serviço à minha geração: foi a primeira a descrer das ‘fabulosas riquezas’ do Brasil, para começar a crer nas ‘decisivas possibilidades do trabalho’. Recebemos a noção de que um moço bem nascido e bem criado não devia precisar trabalhar [...]. Ouvimos ainda o eco dos eitos. Diziam-nos que nosso céu tem mais estrelas que os outros [...]. Minha geração começou a contar as estrelas. E foi ver se era verdade que nos nossos bosques havia mais vida. E começou a falar claro aos concidadãos. Com minha geração, o Brasil deixou de ser tema de lirismo. (ROQUETTE-PINTO, 1939: p.45).

Ter em vista a categoria geração auxilia ao olhar para o amálgama do que foi considerada vocação política e vocação científica. Quando se encontra essa definição, ao menos no contexto abordado, verse-se que ao utiliza-la estão marcando uma linha temporal entre o presente e o futuro, desta forma produzindo uma autoimagem.

Os elogios de Monteiro Lobato na Revista do Brasil, e o laureamento com o prêmio Pedro II⁴¹ e tantos prefácios e comentário exaltando o patriotismo e a grandiosidade oferecida

⁴⁰ Ramiz Galvão (Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Barão de Ramiz), foi médico, professor, filólogo, biógrafo e orador. Nasceu em Rio Pardo - RS em 1846 e faleceu no Rio de Janeiro - RJ, em março de 1938. Dirigiu a Biblioteca Nacional e também foi sócio grande benemérito e orador perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

a Nação, é possível dizer que foi construída uma poética nessa conjuntura. Quando me refiro à expressão predicativa, quero indicar que faz parte dos projetos de classificar e descrever, de forma a atribuir adjetivos, aos atributos das terras e das gentes do Brasil.

O discurso de Roquette-Pinto na cerimônia onde ele foi incorporado ao IHGB deixa claro o de seu lugar de fala, demonstrando seus posicionamentos quanto aos estudos e políticas direcionados aos indígenas, aos sertanejos, a ciência e aos cientistas. Trago alguns trechos do discurso, encontra-se aí boa parte da base argumentativa da antropologia feita por Roquette-Pinto

A bordo do vosso barco me destes um lugar, tendes naturalmente o desejo de saber de um modo mais preciso quem é o novo tripulante desta nave antiga e respeitável, quais são suas ideias, ou mesmo si ele as tem. Não conheci de mim senão aquele pouco que transparece nas diversas notas despreziosas que tenho publicado, acreditando servir a terra em que nasci. O desejo de trabalhar por ela, que não é qualidade e sim dever, vós o encontrastes talvez nos meus ensaios. [...]. Depois que Rondon varou a grande zona do extremo Noroeste do Mato Grosso, entre o Juruena e o Madeira, [...]. O que nos falta é conhecer o que se tem descoberto e conquistado. Abra-se o melhor mapa do Brasil; por pouco que se tenha pelas terras do colosso ver-se-á quantas coisas falta nessa carta para que ela possa orientar um naturalista, um industrial, um comerciante ou um estadista. [...]

[...]. As cartas do Brasil, porém, fiéis ao seu molde primitivo, continuam a repetir apenas o que havia no tempo em que o seringueiro não pensava ainda na borracha. [...] O problema é tão sério, que para o resolver não bastou a erudição de Candido Mendes nem a documentação e o patriotismo avisado do barão homem de Melo, precisa do concurso do país inteiro. [...]. Será trabalho de muita gente, de muito tempo, de muito dinheiro, que importa? [...]. Realizado, não terá sido uma obra sumptuária e inútil, senão o complemento do sistema nacional que o barão do Rio-branco planejou e começou a construir, não direi alargando, mais fixando os limites do país.

Seria uma carta, senão mais certa, menos omissa do que as que existem, portadores de grandes claros, algumas das quais pretendem apresentar territórios onde há estradas e povoações que elas não mencionam.

[...]. O Estado de São Paulo, eterno bandeirante dos nossos ideais já vai realizando, no que lhe diz respeito, esse trabalho fecundo da sua carta geográfica. É um exemplo a seguir pela União, porque aí ela terá uma das suas futuras garantias. Paralelamente a essa construção, meus senhores, nós todos sentimos que a outra se apresenta com foros da mesma urgência. O Brasil precisa de nosso esforço para sua nacionalização definitiva.

[...]. Quem vos fala, meus senhores, não é nem há de ser um nacionalista extremado. Interessado nas questões da antropologia, no que se não separa do ponto de vista social, não pode deixar de se ocupar com os problemas que

⁴¹ Ver sobre tese de (SOUZA, 2011: p. 145), comentário de Monteiro Lobato sobre a *Rondônia*, no ano de 1917 na revista do Brasil, e sobre a observação da nacionalidade militante. Na mesma cerimônia foram laureados com a premiação Basílio de Magalhães com *A expansão geográfica do Brasil até fins do século XVII* e João Capistrano de Abreu com *A linguagem dos Caxinauás*.

encontra no seu próprio país. A antropologia não se limita mais a medir crânios e a calcular “índices” discutíveis, na esperança de poder separar as “raças superiores” das “raças inferiores”.

[...]. Hoje a doutrina da igualdade vai ganhando terreno; “superiores” e “inferiores” são agora “adiantadas” e “atrasadas”. A últimas lucraram com a mudanças, pois que ficou, assim, reconhecido o seu direito a existência que a ciência bastarda andou procurando contestar.

[...]. E a antropologia, desanimando de encontrar a verdade naquele mal caminho, enveredou em outros atalhos mais felizes e agora, de maneira muito mais promissora, procura, entre outras coisas verificar como as raças se transformam pela migração, pelo cruzamento e por outras influências.

[...]. Compreendeis agora, meus senhores, porque a etnografia no Brasil, hoje, não se pode mais prender somente ao aborígene. Não é que o índio seja tema exausto, incapaz de interessar por mais tempo. Longe disso, é um assunto que se renova. Quando a atenção do etnógrafo começa a dormitar sobre as aquisições realizadas estalam novas notícias. Quem poderia imaginar que, procedendo a locação de uma linha telegráfica, determinando-lhe o trajeto, sob garantias de seguras observações astronômicas, fosse Rondon passar com o seu feio mesmo no meio de aldeias de índios tão puros, tão primitivos como aqueles, que o Português acabou aqui pela primeira vez no século XVI?

Quando a etnografia supunha poder se entregar calmamente ao estudo de tantas tribos secularmente conhecidas, aparece-lhe do chofre, como o um problema novo, o índio da Serra do Norte, vivendo na idade da pedra.

A etnografia do Brasil, mais que a sua história, está no período da análise trabalhosa e inglória. Amontoamos material para o futuro. Poucas generalizações resistem a uma crítica cerrada.

[...]. As classificações não me parecem firmes, as migrações que já se julgavam conhecidas cada vez me parecem mais incertas.

Dos fatos gerais adquiridos, os definitivos são a unidade do tipo antropológico, com uma variação limitada, e a dualidade da situação mental das tribos, umas ainda no mais baixo fetichismos e outras já em decidido período de astrologia (ROQUETTE-PINTO, 1913. Trechos retirados entre as páginas 590 a 597).

Sobre o discurso do Roquette-Pinto, destaco alguns elementos. Em “*O Brasil precisa de nosso esforço para sua nacionalização definitiva [...]*” Roquette – Pinto se posiciona ao lado dos vários cientistas daquela época, que compreendiam o papel da ciência, atuando por meio de aparatos administrativos, na construção de Estados Nacionais, e nesse caso, em um projeto definitivo de construção da nação brasileira. Esse não é um projeto isolado. Ele é um dos vários que compõem a formação do Estado-Nação no Brasil no início do século XX.

Ainda em suas palavras “*não é nem há de ser um nacionalista extremado [...]*”, nota-se o exercício da narrativa de nação, apontado por Benedict Anderson (2008), como um dos elementos que constitui essa ideia. A narrativa se expressa em imagens, panoramas, cenários,

eventos históricos, símbolos e rituais nacionais que simbolizam ou representam as experiências partilhadas, as perdas, os triunfos e os desastres que dão sentido à nação.

Em suma, o Livro “*Rondônia*” (1917) já teve dezenas de leituras; aqui, torna-se necessário tecer alguns comentários devido a sua importância na proposta dessa pesquisa. É importante porque é a primeira vez que “Rondônia” foi idealizada, um espaço específico com populações específicas e com potências para o progresso da “Nação Brasileira”. Esse projeto só foi possível, no contexto do processo de formação do Estado brasileiro no século XX. Os conhecimentos geográficos e etnológicos acumulados pela atuação do SPI e do IBHG foram fundamentais para pôr em prática os rascunhos de Roquette-Pinto. Ressalto que livro não é fruto de um relatório destinado ao governo, em primeiro lugar é produzido como um fruto de pesquisa e seu objetivo era divulgar trabalhos científicos, no entanto, fazia parte de uma ideologia de entender “os índios do Brasil” para haver condições de conduzi-los em direção à civilização. Destarte, foi produzido em um contexto de produção de uma ciência para governar sociedades indígenas.

1.4. A historiografia dos pioneiros

Uma forte característica do que nomeio como historiografia dos pioneiros é uma escrita ufanista, os personagens estudados por esses estudiosos, (alguns com formações acadêmicas, outros foram pesquisadores autodidatas), são aqueles considerados como ordenadores da política e das organizações das unidades estatais. Portanto, trata-se de uma perspectiva que procura explicar a formação de Rondônia com base em feitos individuais e exaltando uma elite política de forma heroica. Relembrando que “pioneiro” faz parte deste arcabouço ufanista, e é uma categoria acionada nessas literaturas.

Por ora, estou tratando das obras dedicadas a explicar a formação do Território Federal do Guaporé. Essas dividem resumidamente a formação de Rondônia em três fases. A primeira é a criação do Território Federal de Guaporé, (Decreto-Lei Nº 5.812 13/07/1943), sendo uma

formação do desmembramento do sul do estado do Amazonas e do norte do estado do Mato Grosso; a segunda fase quando passa a ser denominado como Território Federal de Rondônia, (Lei Nº 21.731 17/02/1956), e a terceira e última fase trata-se da elevação a estado (Lei complementar Nº 41 22/12/1981). Entretanto, quando citamos uma lei ou decreto, temos que ter claro que para chegar nessa etapa (Lei, Decreto, Portaria) aquela ideia passou por várias agências e é fruto de uma complexa rede de poderes e saberes.

O decreto é um dos elementos das redes de disputas; é necessário ter em vista os alcances das abordagens jurídicas e das abordagens sociológicas, como observou Weber (1964). Além disso, a crítica deve ser feita visando às ações dos agentes de Estado que encarnavam os diferentes projetos de “desenvolvimento” e “integração” voltados a região.

Encontramos pesquisas com abordagens que exaltam e reproduzem os agentes de Estado com “pioneiros”, “desbravadores” e “civilizadores”, adjetivos que correspondem ao arquétipo do herói nacional. Nesses casos cabe a crítica de Souza Lima (1985), quando diz que “[...] a paráfrase dos textos que frequentemente substitui a intervenção interpretativa, sendo aceita como tal na medida do desconhecimento dos textos originais”. Paráfrase, no sentido de maneira diferente de dizer algo que foi dito, calcada no ufanismo dos “pioneiros”, como por exemplo:

“Nas suas *andanças Rondon* percorreu grande parte dessas esticando de Cuiabá ao Amazonas a *sua linha telegráfica*. Encontrou o *bravo soldado*, por estas paragens, *os construtores* da lendária Estrada de Ferro Madeira Mamoré [E.F.M.M], um dos mais arrojados empreendimentos levados a cabo no mundo. A nacionalização ocorreu em 10 de julho de 1931. *Outros desbravadores despontam*, sobressaindo-se entre eles os padres salesianos pelo vulto da obra que empreenderam no campo social [...]. Foi durante a [segunda] guerra que Rondônia se constituiu em Território Federal com a primitiva denominação de Guaporé. O então Presidente Getúlio Vargas, que aí esteve em 1940, a 13 de setembro de 1943 assinou o Decreto-Lei n. 5812, cômico da alta responsabilidade que assumia com o futuro da região” (MENEZES, 2001: p.105. Destaques meus).

O termo “*andanças de Rondon*” reduz e descontextualiza o longo e engenhoso processo de conquista territorial por aquele agente. Chama os trabalhadores da E.F.M.M de “*bravo soldado*”, amenizando o contexto de exploração e as péssimas condições sanitárias diante às doenças tropicais. “*Sua linha telegráfica*”: referindo-se a Rondon, o uso do pronome possessivo “*sua*” indicando como se a linha telegráfica fosse a conquista de um homem só; outro adjetivo é “*Outros desbravadores despontam*”, Menezes se refere aos salesianos, mas aí encontramos um ponto importante de sua obra, a ideia do *desbravamento*. Quando diz “outros

desbravadores” está adjetivando os personagens mencionados anteriormente, como Rondon, os construtores da Estrada de Ferro, as construções das linhas telegráficas, misturando contextos diferentes cometendo alguns anacronismos.

Em 1978, Menezes participou do concurso “Monografia sobre a História, Geografia e o momento atual do município de Porto Velho”. Foi o único inscrito, mas não foi laureado com a premiação. Entretanto, o prefeito Luiz Gonzaga Farias Ferreira e os secretários de educação Jerzy Badocha em conjunto com algumas empresas incentivaram a publicação da obra “Retalhos para a História de Rondônia” (MENEZES, 2001: p. 23-24).

Por vezes, o estilo de escrita lembra um agente de Estado exercendo suas funções, produzindo uma propaganda dos feitos dos seus superiores na hierarquia estatal; no entanto trata-se de uma pesquisa de um autodidata, sendo o autor considerado como um *pioneiro*.

“[...] não sou escritor, por isso o trabalho contém muitas imperfeições que vão sendo corrigidas à medida que forem sendo observadas, mas acredito que servirá para consultas das pessoas que queiram conhecer alguns detalhes da História do Território Federal de Rondônia [...]. Envaide-me ter sido o primeiro a expor-me às canseiras de fazer pesquisa nesse campo, que é muito vasto e cheio de dificuldades, para conseguir alguns documentos. O que pude obter está aí para os estudantes aprimorarem os estudos das coisas de sua terra. [...] O Território de Rondônia ainda não tem sua história nem sua geografia. Nas escolas são ensinadas essas disciplinas baseando-se apenas nos conhecimentos que tem alguns professores das coisas de nossa Terra, por isso muitas narrações feitas pelos Mestres não encontraram embasamento para firmar a sua veracidade. [...] isso não é a História e a Geografia de Rondônia, são apenas retalhos colhidos aqui e ali. Alguém teria que começar. Isso estou fazendo, agora”. (MENEZES, [1979] 2001: p. 24).

Essas frases iniciam a introdução da obra, considero um esforço de Menezes para se situar enquanto um estudioso da história de Rondônia.

Outro exemplo, dentro da historiografia dos pioneiros, é “Terras de Rondônia” encontrado em

“O Território Federal de Rondônia foi criado por Decreto-Lei número 5.812 de 13 de setembro de 1943, com o nome de Guaporé, mudando posteriormente para o de Rondônia, pela Lei Nº 21.731, de 17 de fevereiro de 1956, em homenagem ao marechal Cândido Mariano da Silva Rondon” (LIMA, 1997: p. 13).

Esse trecho é citado, pois dá o tom da abordagem sumarizada que forma a obra. Como já dito, minha proposta é problematizar as relações, os conhecimentos produzidos para se

chegar à formação de Rondônia. Caso as pesquisas deem continuidade em apenas parafrasear decretos e leis, reproduzir-se-á os sistemas de classificação dos agentes de Estado. O intuito é promover avaliações atentas e minuciosas aos processos de colonização.

Lima (1997) no preâmbulo da terceira edição define que o livro “Terras de Rondônia” “é um trabalho didático”. O objetivo da obra foi “divulgar o Território federal de Rondônia, sua potencialidade econômica, sua história, sua gente, não só nos demais Territórios e Estado da União, mas junto ao próprio povo de Rondônia”.

“Esperamos ser útil colegas de magistério, aos estudantes, às autoridades, aos empresários e a todas as pessoas que vieram de todas as regiões brasileiras, participar na construção de mais novo Estado na Amazônia Ocidental, superando seus problemas vivendo e fazendo sua história e contribuindo com seu trabalho, com sua inteligência para o seu desenvolvimento, o desenvolvimento da Amazônia e sua efetiva integração ao Brasil” (*Idem*)

Com essa citação vemos para quem o livro é dedicado. Não estou afirmando que os objetivos do autor são errados, longe disso, minha crítica é que se faz necessário problematizar como os estudos sobre a região são construídos e quais temas são eleitos como os temas primordiais para construir essa história e principalmente quais temas ficam de fora.

Além de Rondon, teremos em tela Aluizio Ferreira⁴². Encontram-se nessas obras a busca de construir uma espécie de mito fundador, preparam o cenário, os personagens maquiados de forma apropriada a ocasião, suas falas estão no ritmo adequado, até mesmo os imprevistos são acrescentados a trama:

“No dia 13 de setembro de 1943, atendendo a um chamado que lhes fizera o Presidente da República, Aluizio Ferreira compareceu em Petrópolis, onde encontrou Getúlio Vargas passeando nos jardins do Palácio Rio Negro, na companhia de um Oficial da Marinha, seu Ajudante de Ordens, e de dois menores moradores na vizinhança do Palácio e que haviam pedido para tirar uma fotografia com Getúlio. Depois de receber os respeitosos cumprimentos do então major Aluizio, o Presidente, juntando as mãos das crianças como um compromisso formal de testemunho, anunciava que naquele dia seriam criados os territórios e convidava Aluizio para governar o Território do Guaporé [...] por sugestão do Ministro de Viação e Obras Públicas, Mendonça Lima, receberia o nome de Rondônia, em homenagem ao general Cândido Mariano da Silva Rondon: este, ao ter conhecimento da indicação, obstinadamente recusou a homenagem, desgostoso com o governo Vargas [...]. (HUGO, 1995: p. 49-50).

⁴²

A trajetória de Aluizio Ferreira será abordada no capítulo dois.

Para compreender os projetos de colonização é importante entender os projetos de lei construídos após Vargas, como o Projeto de Lei 008/1947 e Decreto-lei 411/69. Outro fator indispensável para esta pesquisa é ter em vista que os Territórios Federais foram criados e mantidos em contextos políticos relacionado à integração do território nacional, à proteção das fronteiras e a sua ocupação. Essa escala mais ampla demonstra que esses projetos estavam muito além de um acordo entre Aluísio Ferreira e Getúlio Vargas.

Nessas obras citadas encontra-se uma perspectiva que constrói Aluísio Ferreira como uma figura heroica, como se a criação daquele Território Federal fosse o trabalho de apenas um homem. Com isso, excluem da discussão o contexto político e as estratégias geopolíticas mais amplas, como a construção de cinco Territórios Federais nas regiões de fronteira⁴³, negligenciam as imposições das ações de Estado diante as sociedades indígenas e comunidades tradicionais.

Portanto, ao apresentar os elementos já expostos sobre a historiografia dos pioneiros, problematizando a *crystalização* de certas informações, como os Decretos – Leis objetivam mostrar que a construção de Rondônia apresenta eventos, aparentemente dispersos, que podem ser observados como parte de um processo de formação de Estado.

Nesse sentido, o SPI foi uma das agências que fazem parte da configuração deste território e sua ausência na historiografia apresentada, ou a personificação da atuação do Serviço na figura de Rondon e a explícita homenagem “Rondônia”, fazem parte de descrever nessa configuração quais práticas, representações, agências e burocracias agem para a formação desse território. Aponto como marco para engendrar essa reflexão a construção da Nona Inspeção Regional, a ser abordada no capítulo dois.

⁴³ Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943. Cria os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú.

1.5. Ameaças, protegidos e protetores: A escola de pensamento sobre o SPI

A *escola de pensamento sobre o SPI*⁴⁴ é um recurso que utilizo para me referir a um conjunto de pesquisas dedicadas a estudar sobre o SPI com premissas subjacentes a questionamentos do papel social e político das ciências na formação do Brasil. Dois pontos centrais convergem para reunir essas pesquisas e inseri-las em uma “escola”. O primeiro é o empreendimento de restituir os aspectos paradoxais das políticas tutelares. O segundo ponto de confluência é a problematização que diz respeito a desnaturalização das fronteiras étnicas e territoriais.

Para tanto, é preciso ter claro que existem duas vertentes da escrita sobre o SPI⁴⁵. A primeira vertente foi produzida no período da vigência do SPI (1910-1967), e são caracterizados pelo ufanismo nacionalista e pelo humanismo positivista, os compiladores dessa escrita podem ser divididos nas seguintes categorias: etnólogos, militares, políticos, jornalistas, engenheiros e propagandistas.

A segunda vertente é o conjunto de pesquisas sobre o SPI realizadas por antropólogos, sociólogos e historiadores; desenvolvidas desde a década de 1980. Essas pesquisas fazem um recorte histórico do período entre 1910 (criação do SPI) chegando a 1930 (vésperas do início do “Estado Novo”). Souza Lima (1995) fez uma descrição sobre esse período histórico.

Ao reunir essas pesquisas e denominá-las como uma escola de pensamento sobre o Serviço de Proteção aos Índios, o propósito é expor as obras em si e fazer uma discussão a respeito das fontes e dos recursos para leitura das mesmas. Não se trata de realizar uma interpretação detalhada das trajetórias dos autores e autoras.

⁴⁴ Becker, Howard (1996), na conferência “*A Escola de Chicago*”, lembra de Samuel Guillemard, definindo que “uma *escola de pensamento*, na terminologia de Guillemard, consiste em um grupo de pessoas que têm em comum o fato de que outras pessoas consideram seu pensamento semelhante; é possível que nunca tenham se encontrado, mas o que caracteriza uma *escola de pensamento* é que alguém, geralmente muitos anos mais tarde, decide que essas pessoas estavam fazendo a mesma coisa, pensando da mesma maneira, que suas idéias eram semelhantes. [...]”. (BECKER, 1996: p. 179).

⁴⁵ Neste ponto indico os trabalhos de (ARRUDA, 2003; 2011), (BAGOLIN, 2009), (BERNARDINO, 2013), (BIGIO, 2003), (FREIRE, 1990; 2005; 2007; 2011), (GAGLIARDI, 1989), (ERTHAL, 1992), (HOERHANN, 2005; 2011), (MARTINS, 2012), (MELO, 2007), (OLIVEIRA, HUMBERTO, 1947), (OLIVEIRA, J. P. 1988; 2011), (PERES, 1992; 2011), (RIBEIRO, 1962; 1977), (ROCHA, 2003), (RONDON, CÂNDIDO. 1953), (RONDON, FREDERICO. 1938), (SANTOS, 2009), (SOUZA LIMA, 1985, 1992, 1995, 2011).

Compreendo a escola de pensamento sobre o Serviço de Proteção aos Índios como recurso escolhido para indicar uma corrente de pesquisas problematizadoras do lugar do pesquisador (no campo político) diante os temas que envolvem Estado, poder, dominação, formação do Brasil e políticas indigenistas. Os trabalhos aqui reunidos terão indicações dos critérios utilizados para apontar suas aproximações; os critérios são: objetivos, fontes e métodos, correntes teóricas e conceitos, período de realização da pesquisa, universidades onde as pesquisas foram desenvolvidas.

O caráter geral essas pesquisas são fundamentadas na restituição dos aspectos paradoxais da tutela indigenista. Nesse ponto estou partindo do ponto “o paradoxo da tutela”, tratado por Oliveira Filho (1988) e de modo geral, as demais pesquisas sobre o SPI, mesmo que não tenham como foco principal “o paradoxo da tutela”, esbarram no tema; uma vez que expõem e discutem sobre as disputas políticas e econômicas que envolviam as políticas indigenistas do SPI.

É interessante lembrar-se da crítica elaborada por Oliveira Filho (1988: p. 24-59), quando apresentou a problemática de sua tese, sobre “os obstáculos ao Estudo do Contato”. Dessa crítica um dos pontos que auxiliam a compreender sobre essas obras e perspectivas citadas nesses últimos tópicos. Diz Oliveira Filho:

Os autores evolucionistas e funcionalistas, ao definirem o marco da disciplina, inauguram e prescrevem uma forma própria de olhar e pensar sobre as sociedades humanas. Os conceitos elaborados por eles e seus discípulos imediatos decorrem dessa percepção elementar, raramente sendo explicitados os seus pressupostos. Os obstáculos ao estudo do contato derivam de percepções desse tipo, localizadas na base dos principais quadros teóricos de referência existentes na antropologia, de onde precisam ser desentranhadas e submetidas a uma postura crítica. (OLIVEIRA FILHO, 1988: p. 25).

Denomino os elementos estruturais do Serviço de Proteção aos Índios com as categorias: *ameaças*, *protegidos* e *protetores*. Conforme foi apontado anteriormente, a escola de pensamento sobre SPI tem como base instituir o paradoxo das políticas indigenistas e desta forma questiona-se as dimensões do âmbito discursivo que regiam as normas e o âmbito do cotidiano com a prática ou o desvio de conduta por parte dos agentes indigenistas. Em todas as suas fases o SPI estava fundado na missão denominada como *proteção aos índios*, essa dita proteção ora ocorria com programas que visavam a sobrevivência física conforme apontou (SOUZA LIMA, 1985), ocorria também com a efetivação da incorporação do indígena a

sociedade brasileira por meio da agricultura, e transformações nos usos dos recursos naturais e usos territoriais. No entanto, é necessário compreender de quais formas essas ações ocorriam e quem as realizava, pois ao passo que visavam mediar conflitos eram promovedoras dos mesmos.

Os índios, “os fetichistas”, os tutelados eram os protegidos. Os protetores guiados pelo humanismo positivista tinham os quesitos contra as ameaças que vinham a galope, o progresso era eminente e a expansão do capitalismo na América Latina causaria a extinção dos indígenas como afirmava os construtores do SPI e outros pensadores como Ribeiro (1962). A proteção poderia ser tão somente um esforço de preservação física (SOUZA LIMA, 1985) procurando minimizar os impactos do progresso. Ainda na categoria das ameaças estão os “gananciosos”, (procurar mais termos) termos utilizados, pelos agentes do SPI, para descrever aqueles que exploravam a mão de obra e os territórios indígenas sem o aval do SPI.

Os materiais produzidos por Chauvin, Barroncas e Xerez, agentes do SPI, são exemplos da reflexividade da tutela indigenista. São produtos das atuações indigenistas que seguiam as normas e apontavam suas falhas, isto é, se as ações cumpriam a missão do Serviço bem como quais eram as ameaças específicas aos índios.

Ameaças, protegidos e protetores formam uma estrutura, a escrita dos agentes do SPI não utilizava essa nomenclatura. Utilizo essa ideia de estrutura para apontar o sistema de classificação utilizado pelos agentes do SPI, classificações que corroboraram para a efetivação de transformações territoriais, uma vez os atores considerados parceiros na proteção aos índios tinham aval do Serviço para realizar suas atividades comerciais correspondentes a cada região do país.

Para ressaltar o sistema de classificação do SPI é válido lembrar sobre o contexto de criação do SPI. No governo de Nilo Peçanha⁴⁶, em 1910, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN) foi regulamentado por meio do Decreto nº 8.072, nos dois primeiros artigos define-se o principal escopo da agência e a sua a definição de proteção:

Art. 1º a) prestar assistência aos índios do Brasil, quer vivam aldeados, reunidos em tribus, em estado nomade ou promiscuamente com civilizados; b) estabelecer em zonas férteis, dotadas de condições de salubridade, de mananciaes ou cursos de agua e meios faceis e regulares de comunicação,

⁴⁶ Nilo Procópio Peçanha (1867-1924) em 1906 assumiu o cargo de vice-presidente da República e a presidência da República, em 1909, em decorrência da morte do presidente Afonso Pena. Consultado em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/biografias/nilo_pecanha.

centros agricolas, constituídos por trabalhadores nacionaes que satisfaçam as exigencias do presente regulamento.

Art. 2º A assistencia de que trata o art. 1º terá por objecto: 1º, velar pelos direitos que as leis vigentes conferem aos indios e por outros que lhes sejam outorgados; 2º, garantir a effectividade da posse dos territorios occupados por indios e, conjunctamente, de que nelles se contiver, entrando em accôrdo com os governos locaes, sempre que fôr necessario; 3º, pôr em pratica os meios mais efficazes para evitar que os civilizados invadam terras dos indios e reciprocamente; 4º, fazer respeitar a orgonização interna das diversas tribus, sua independencia, seus habitos e instituições, não intervindo para alteral-os, sinão com brandura e consultando sempre a vontade dos respectivos chefes; 5º, promover a punição dos crimes que se commetterem contra os indios; 6º, fiscalizar o modo como são tratados nos aldeamentos, nas colonias e nos estabelecimentos particulares; 7º, exercer vigilancia para que não sejam coagidos a prestar serviços a particulares e velar pelos contractos que forem feitos com elles para qualquer genero de trabalho; 8º, procurar manter relações com medio dos inspectores do serviço de protecção aos indios, velando pela segurança delles, por sua tranquillidade, impedindo, quanto possivel, asguerras que entre si manteem e restabelecendo a paz; 9º, concorrer para que os inspectores se constituam procuradores dos indios, requerendo ou designando procuradores para represental-os perante as justiças do paiz e as autoridades locaes; 10, ministrar-lhes os elementos ou noções que lhes sejam applicaveis, em relação ás suas occupações ordinarias; 11, envidar esforços por melhorar suas condições materiaes de vida, despertando-lhes a attenção para os incios de modificar a construcção de suas habitações e ensinando-lhes livremente as artes, officios e os generos de producção agricola e industrial para os quaes revelarem aptidões; 12, promover, sempre que fôr possivel, e pelos meios permittidos em direito a restituição dos terrenos que lhes tenham sido usurpados; 13, promover a mudança de certas tribus, quando fôr conveniente e de conformidade com os respectivos chefes; 14, fornecer aos indios instrumentos de musica que lhes sejam apropriados, ferramentas, instrumentos de lavoura, machinas para beneficiar os productos de suas culturas, os animaes omesticos que lhes forem uteis e quaesquer recursos que lhes forem necessarios; 15, introduzir em territorios indígenas a industria pecuaria, quando as condições locaes o permittirem; 16, ministrar, sem character obrigatorio, instrucção primaria e profissional aos filhos de indios, consultando sempre a vontade dos paes; 17, proceder ao levantamento da estatistica geral dos indios, com declaração de suas origens, linguas, profissões e estudar sua situação actual, seus habitos e tendências (Brasil, 1910. Mantive a ortografia da época).

Em 1918, ocorreram mudanças ministeriais e o houve um desmembramento entre o Serviço de Protecção aos Índios e a Localização dos Trabalhadores Nacionais, passando a ser duas frentes de ação, cada uma com um “público alvo”. Contexto no qual houve uma reorganização do Serviço de Povoamento no país. O primeiro, (Serviço de Protecção aos Índios), ficando sob jurisdição da seção de obras, custeio, e desenvolvimento das povoações indígenas e o segundo, (Localização dos Trabalhadores Nacionais), passando a executar suas atividades vinculadas a seção de obras, custeio, conservação e desenvolvimento dos centros

agrícolas. Quando ocorreram transferências de centros agrícolas a condição de povoação indígena, como foi o caso do centro agrícola de Passo Fundo, (BRASIL, 1918). Trago esses trechos, do Decreto, pois apontam o plano ideal da política indigenista. No entanto, como será discutido, e com base em outras pesquisas, veremos que a execução da assistência almejada era ela própria produtora de conflitos.

Num plano ideal, todos os objetivos citados acima foram mantidos durante a existência do SPI. Faz-se necessário problematizar, que a busca para realizar essas metas era fruto das conveniências e/ou limitações do SPI diante as realidades políticas, econômicas, naturais e relações estabelecidas com as sociedades indígenas e com aquelas que não se identificavam e não eram identificadas como indígenas. Na execução da proteção, proposta pelo SPI, geravam-se conflitos diante as relações assimétricas entre tutores e tutelados, educadores e educandos. Uma leitura realizada por Oliveira Filho (1988), pesquisa feita sobre o regime tutelar do SPI junto aos Ticuna, auxilia a compreender algumas das contradições e impasses dessas políticas, o autor denomina como o paradoxo da tutela:

[...] seria absolutamente equivocado identificar a ação administrativa do SPI com os postulados de uma ideologia protecionista. Apenas alguns desses funcionários pareciam estar minimamente familiarizados com esses princípios e motivados a colocá-los em prática. O preenchimento do cargo de encarregado do Posto Indígena não supunha a obtenção de diplomas, cursos ou conhecimentos específicos. Isso dependia em geral do chefe da Inspeção que, tendo em vista os recursos existentes (financeiros ou humanos), mobilizava e selecionava os candidatos mediante uma avaliação de suas habilidades, experiências anteriores, disposições e possível adequação à situação com que iriam lidar. A concepção do serviço público como gerando cargos vitalícios, distribuídos como prebendas em uma lógica de clientelismo político, opunha-se radicalmente a qualquer tentativa de implantar uma administração eficiente ou de aplicar princípios gerais de atuação. (OLIVEIRA FILHO, 1988: p. 226. Destaques feitos pelo autor citado).

A proteção fraternal proposta pelos formuladores e executores do SPI voltava-se para os denominados “inimigos do progresso”; aqueles que impediam a evolução do indígena. Toda a ameaça era descrita tendo o ufanismo nacionalista como contraponto da argumentação, isto é, elementos formuladores da moral nacionalista, o altruísmo, os desbravamentos dos sertões, por parte dos funcionários, estavam de um lado da balança, enquanto do outro lado estavam os gananciosos que exploravam as terras e a mão de obra indígena. Porém, desde que fosse solicitado e negociado junto ao SPI, elites regionais, com

empreendimentos particulares para exploração e comercialização de recursos naturais, tais como látex, guaraná, pescados, gado e madeira entre outros investimentos que invadiam territórios indígenas e em variadas proporções utilizavam mão de obra indígena, passavam a serem investimentos de grandes feitos em prol do progresso do Brasil. Desta maneira, ver-se-á as definições, voláteis, do que vinha a ser ameaça e proteção.

Para efetivar a proteção fraternal, três agências estavam diretamente articuladas. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, tendo como Ministro Rodolpho Nogueira da Rocha Miranda; a segunda agência era o habitus militar positivista, destacando-se vários militares, políticos e cientistas. Outro nome marcante é o de Cândido Mariano da Silva Rondon, que esteve em várias agências e em empreitadas que conseguia reunir o tripé militar, político e científico, como por exemplo, a execução das Linhas Telegráficas.

Souza Lima (1987) estudando sobre o “campo indigenista” sublinha que a proteção fraternal:

[...] era adotada por agentes e agências situadas nos campos político e intelectual com evidente predomínio de participantes diretos ou indiretos do aparelho de Estado. Cabe lembrar que o Apostolado Positivista do Brasil, atuando como propagandista através dos escritos de Teixeira Mendes era uma agência que poder-se-ia – ao menos hipoteticamente – situar como integrante do campo político para o caso. (SOUZA LIMA, 1987: p. 190).

A terceira agência trata-se do Museu Nacional tendo Edgar Roquette-Pinto com projeto da vulgarização da ciência feita no Brasil. Esses três agentes em diferentes campos de poder, (governo, moral positivista e instituição científica), complementavam-se nas execuções de projetos que visavam como resultados finais guiar, com ideários nacionalistas, as sociedades indígenas rumo ao progresso e o desenvolvimento da nação brasileira, ao mesmo tempo em que se procurava definir o que vinha a ser aquela nação.

Grande parte das pesquisas dedicadas a estudar o SPI optou pelo recorte histórico entre as décadas de 1910, (fundação do SPI) a de 1930 (início do “Estado Novo”), a historiografia brasileira define este período como sendo “república velha” ou “primeira república”. Por outro lado, o objetivo que proponho exige um recorte histórico a partir da década de 1940, pois como veremos mais adiante, os conhecimentos produzidos pelo SPI contribuíram para construção dos Territórios Federais, nessa oportunidade dou atenção a Rondônia.

1.6. A escrita da tutela indigenista

A escrita tem um lugar de destaque no conjunto de materiais para os estudos das políticas indigenistas; caracterizando-se como um dispositivo de dominação. A prática de registrar e arquivar as atividades dessas políticas é hoje matéria tanto para os pesquisadores (que repensam a formação do Brasil e o papel social da ciência nesse processo) quanto para os agentes da política indígena que utilizam esses documentos em suas reivindicações. Em consonância a noção de “*escrita de Estado*”, formulada por Chartier (1990)⁴⁷, esse capítulo é fruto de leituras de algumas expedições de investigação sobre as condições das Unidades do SPI, portanto é importante fazer uma ressalva quanto a escrita dos agentes do SPI.

A noção *escrita da tutela indigenista* trata do esforço de discutir que tal escrita atendia aos campos administrativos, políticos e científicos, expressando o poder tutelar, bem como os conhecimentos e o *hábitus* indigenistas inseridos no processo de formação do Brasil que transformaram territórios étnicos. Essa noção auxilia na discussão sobre o sistema classificatório do SPI que com base nas políticas indigenistas, que se caracterizam na elaboração dos registros das atividades daquela agência.

Podemos identificar dois campos da *escrita da tutela indigenista*. O primeiro seria formado com divisões entre as áreas de Botânica, Zoologia, Sanitarista e Etnologia os registros eram base para exposições no Museu Nacional, publicações no Boletim do mesmo Museu e eram também base de exposições em congressos realizados principalmente por Roquette-Pinto e por Rondon, no tocante a Etnologia. Um exemplo é a obra “Os Índios do Brasil”. O outro âmbito da *escrita da tutela indigenista*, que será abordado neste trabalho, diz respeito aos registros administrativos quanto a reorganização do SPI e a construção da Nona Inspetoria Regional.

⁴⁷ “[...] é necessário reconhecer a estreita imbricação, na escrita de Estado, entre o simbólico e o instrumental. A presença multiplicada ou monumental dos escritos é sempre, em si mesma, a marca de uma dominação para todos tornada visível [...]” (CHARTIER, 1990: p. 218).

A escola de pensamento sobre o SPI tem mostrado que para pensar sobre o contato estabelecido pelo SPI é interessante compreender os métodos, os critérios, o sistema de classificação, que os agentes do SPI usavam para registrar essas atividades. Um exemplo, para esse ponto da discussão, é tratar mais especificamente das descrições sobre contato estabelecido com os grupos mencionados no *narrar Cassupá*, entre eles estão Aikanã, Massaká e Salamã⁴⁸.

Entretanto, antes de seguir para este ponto, trago uma leitura sobre o texto “*Etnografia*” produzido por Rondon a pedido do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, compondo o tópico “inqueritos geográficos”, foi publicado em 1940 na Revista Brasileira de Geografia. Naquela oportunidade, Rondon apresentou suas concepções sobre os alcances da Etnografia, tendo como orientadores Comte, Lowie, Taylor e os irmãos Humboldt, ou seja, o evolucionismo. Os princípios desses autores citados por Rondon são:

O mais sábio dos Filósofos [Augusto Comte] afirma: ‘Quando o Positivismo houver saneado uniformemente o planeta humano, estas distinções orgânicas (de raças) tenderão a desaparecer, em virtude mesmo de sua origem natural, e sobretudo mediante dignos casamentos. A combinação crescente dessas raças nos proporcionará, sob a direção sistemática sacerdotio universal, o mais precioso de todos os aperfeiçoamentos, aquele que diz respeito ao conjunto de nossa constituição cerebral, assim tornada mais apta para pensar, agir, e mesmo amar’. (RONDON, 1940: p. 596).

Robert Lowie em seu ‘*Manual de Antropologia Cultural*’, livro atualizado, pelo qual melhor se pode conhecer o método moderno de pesquisas etnográficas faz considerações aliás já anteriormente admitidas por Tylor, sobre a época em que o homem começara a fabricar utensílios de uso indispensável a sua existência [...]. (RONDON, 1940: p. 599).

Com o grande etnólogo Tylor podemos incluir a vida humana, a grosso modo, em três grandes estados: selvagem, bárbaro e civilizado, caracterizando tipicamente a marcha da evolução de gênero humano. (RONDON, 1940: p. 599).

No primeiro trecho da citação são afirmações que lembram as argumentações da fundação do SPI, diz da busca pelo “aperfeiçoamento”, as ideias de miscigenação⁴⁹. Rondon parte da premissa que a Etnografia estava intrinsecamente ligada a Antropologia, e esta requeria atenção da Biologia, Sociologia e Moral, partindo da filosofia positivista Comtiana.

Na perspectiva colonialista, Rondon citando Guilherme Humboldt indica consequências benéficas calcadas na conquista:

⁴⁸ Essa discussão é estabelecida no terceiro capítulo.

⁴⁹ Sobre os temas eugenia e miscigenação Cf. (LIMA & HOCHMAN: 1996, 2004), (SANTOS: 2002, 2008) e (SEYFERTH: 1985, 2008).

O argumento é lógico – ‘A conquista, um longo hábito de conveniência comum, a influência de uma religião estrangeira, mistura de raças, mesmo quando tenha tido lugar com um pequeno número de emigrantes mais fortes e mais civilizados, têm produzido um fenômeno que se nota simultaneamente nos Continentes. Por exemplo: duas famílias de línguas inteiramente diferentes podem estar compreendidas numa mesma raça e vice-versa. Entre povos de origem totalmente diferente podem ser encontrados idiomas de um mesmo tronco de línguas’. (RONDON, 1940: p. 598).

A primitividade era um fato e esse era um fato basilar que justificava as políticas indigenistas do SPI. Rondon considerava os trabalhos de Robert Lowie como sendo os mais avançados e completos no que se refere ao tema, ele afirmou:

Penso, com Rivet e Metreaux, que o conceito moderno, estado atual dos conhecimentos e dos métodos de pesquisa referente à Etnografia, é o que Robert Lowie adotou para construir o ‘*Quadro da vida indígena*’. Desprezando hipóteses teóricas, aqueles mestres da Etnologia mostram, em termos claros e rigorosos, empregar para ter uma idéia integral, exata, da primitividade humana, caracterizada pela vida do Índola. (RONDON, 1940: p. 616). O destaque foi dado pelo autor.

Rondon ignora as críticas construídas contra o evolucionismo, mesmo as críticas feitas por Lowie⁵⁰, como foi citado anteriormente, ignorou também a possibilidade de outras correntes metodológicas que não a evolucionista. Por exemplo, na data em que o texto foi produzido, em 1940, os trabalhos de Malinowski ([1922] 1976) e Franz Boas ([1938] 2010). Rondon chega a indicar os museus dos Estados Unidos, mas não cita os trabalhos de Boas, se refere apenas Lowie. Essas ausências indicam a convicção de suas escolhas que não estavam apenas no âmbito acadêmico, mas antes disso eram embasamentos para a efetivação da Tutela sob os indígenas. O ponto central era a orientação metodológica distanciando-se do método da “antropologia de gabinete”, mas ainda calcado nos preceitos evolucionistas.

Ainda naquele texto, continua Rondon elencando os principais pontos do método etnográfico de Lowie:

Esse conceito e esse método consistem: 1º - Insistir nas observações detalhadas da atividade das tribus mais primitivas, estudando a fundo a sua vida no seu próprio ‘habitat’. 2º - Ligar as culturas ou civilizações de um tipo rudimentar às de estruturas mais complexa, passada ou presente para, por

⁵⁰ A indicação bibliográfica feita por Rondon é: “*Manuel d’Antropologie Culturelle. Traité de Sociologie Primitive*”, Trad. de E. Metreaux.

comparação, surpreender os efeitos dos fenômenos de contacto das civilizações correspondentes, onde a lei da imitação revelará todo o profundo senso da realidade. [...]. 3º - Minha opinião a respeito da situação atual das pesquisas efetuadas no Brasil e do emprego dos métodos modernos quanto à Etnografia, é que o Museu Nacional se orienta, depois da República, pelo método moderno das pesquisas diretas, deixando de lado o método histórico-cultural, tradicionalmente empregado antigamente por todos os Museus e Academias em que se estudava a Antropologia com especialidades etnológicas e etnográficas. (RONDON, 1940: p. 616).

Quanto à citação ao Museu Nacional, Rondon referia-se a Roquette-Pinto, Heloisa Alberto Torres⁵¹ (diretora do Museu entre 1940 e 1950). Ver-se uma escrita etnocêntrica e civilizada carregada de legitimidade para o exercício da Tutela. Não se estava preocupado com o que as pessoas realmente faziam, o escopo era enquadrar em qual escala da primitividade estavam os povos indígenas. O que era considerado “pesquisa direta” ou pesquisa “*in loco*”, como fez Roquette-Pinto, sendo este o exemplo sempre citado.

O primeiro tópico da citação acima, “observações detalhadas da atividade das tribus mais primitivas”, para pesquisas contemporâneas esses detalhes são incipientes, pois naquele momento, as “observações detalhadas” atendiam aos objetivos de conduzir as populações indígenas à civilização. Claro que são registros importantes, mas não podemos lê-los de maneira descontextualizadas das políticas do SPI.

Adam Kuper (2008: p. 182) em sua história dos estudos antropológicos sobre a sociedade primitiva, fez considerações sobre Lowie que são relevantes para compreender alguns aspectos que não foram abordados na leitura seletiva feita por Rondon.

Com “leitura seletiva” quero dizer que as críticas ao evolucionismo não foram citadas por Rondon e também não demonstrou exemplos claros de trabalhos realizados com o método de Lowie. Ainda no texto de Kuper:

[...] Franz Boas e seus alunos produziram um bombardeio de contra-exemplos etnográficos que eram especificamente designados a explodir os arrimos que sustentavam o modelo de Morgan [...] Os textos de Lowie, publicados nos de 1920, resumiram uma geração de crítica anti-evolucionista da escola de Boas: a família era universal; os laços territoriais eram sempre significativos; as sociedades matrilineares não eram necessariamente menos desenvolvidas que as sociedades patrilineares; o totemismo era uma fantasia. Homem cuidadoso Lowie reteve algumas das idéias mais antigas [...] mas ele escreveu como um revolucionário de sucesso, ou assim ele acredita. (KUPER, 2008: p. 299).

⁵¹ Sobre Eloisa Alberto Torres Cf. CORRÊA, Mariza. Antropólogas & Antropologia. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. Especialmente o Capítulo IV: “Dona Heloisa & A pesquisa de campo”.

Em 1946 e 1953 Rondon organizou, em três volumes, o livro “*Índio do Brasil*”. Os livros são formados pela reunião de várias expedições realizadas desde o início da Comissão das Linhas Telegráfica e Estratégica de Mato Grosso ao Amazonas (1890-1930) e seguindo com as atividades do SPI até aquele momento, portanto são registros de 50 anos. O primeiro volume “Do Centro ao Noroeste e Sul de Mato Grosso”, o segundo “Cabeceiras do Xingu/Rio Araguaia e Oiapóque” e o terceiro intitulado “Norte do Rio Amazonas”.

O Conselho Nacional de Proteção aos Índios – CNPI, organizando uma série de publicações de relatórios de expedições diversas, desde a Comissão Rondon e das atividades do SPI⁵². Sobre a rede de relações que viabilizou essas publicações Rondon disse:

[...] os álbuns fotográficos que ora nos foi permitido publicar, graças ao apoio do Governo e à decisiva opinião de órgãos administrativos que os examinaram antes e o julgaram merecedores desta divulgação, abrangem todos esses trabalhos, ininterruptamente, desde 1890 até 1938. Cabem aqui, a propósito, os nossos agradecimentos ao presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público (D.A.S.P), em boa hora criado e confiado à competência do Sr. Luiz Simões Lopes, bem assim às autoridades dos Ministérios da Agricultura e da Fazenda; àquele presidente, principalmente, que, convidado pelo Conselho Nacional de Proteção aos Índios, compareceu prontamente e decidiu empenhar seu incontestável prestígio administrativo para que se transformasse em simpática realidade a vibrante e esclarecida proposta do ilustre vice-presidente do C.N.P.I., Dr. Edgard Roquette-Pinto, quem primeiro aventara tal medida, por necessária e inadiável. (RONDON, 1946: p. 4).

No primeiro volume sobre a região tratada em tela encontram-se fotografias das etnias Massaká, Aikanã e Canoê no tópico “*Tribos do Rio Gi-Paraná*” escrito pelo Coronel Amilcar Armando Botelho de Magalhães, secretário do CNPI, apresentando algumas das características do trabalho:

Das mais recentes pesquisas feitas por técnicos do Ministério da Agricultura, por ocasião de serem estudados os cascalhos auríferos da histórica mina de Urucumacuam, redescoberta pelo General Rondon em 1909, vieram para o nosso arquivo preciosas informações e fotografias colhidas, quer umas, quer outras, pelo engenheiro Dr. Victor Dequech, como documentação até então inédita, que ora podemos exhibir, sobre a existência de vários grupos indígenas localizados na cabeceira Apidiá, principal do rio Pimenta Bueno. Ali foi assinalada a presença dos seguintes grupos: Quaiá, Capichanã, Quaiapüre, Canoê, Massacá e Salamã. Destes três últimos colecionamos as vinte e quatro fotografias que são agora parte integrante do 1º vol. dos *Álbuns Fotográficos*, assim distribuídas: a) Dos índios Massacá, vinte

⁵² Sobre a construção do Conselho Nacional de Proteção aos Índios – CNPI ver (FREIRE, 1990).

representando selvícolas de ambos os sexos, adultos e crianças, inclusive grupos numerosos, casais, uma mulher macróbia, um pagé [sic], um índio pintado para determinada solenidade tribal, outros entretidos com o jogo de bola a que Roosevelt chamou *head-ball* ou Zicutí dos Arití (Paricí); Dentre as já citadas genericamente, há uma que convém destacar e que representa o índio civilizado e alfabetizado Aucê aplicando injeções contra a gripe em indivíduos Massacá, na *maloca* deste grupo. b) Dos Salamã, duas unicamente, a de um índio e a de um grupo de aborígenes. c) Dos Canoê apenas duas fotografias também um de um selvícola e outra dum grupo de que fez parte o Tenente Zack. (MAGALHÃES, AMILCAR. 1946: p. 124-125).

Esses são alguns dos pontos indicados para dimensionar sobre a escrita da tutela indigenista. Adiante, no próximo capítulo, situarei os empreendimentos da colonização promovida pelo SPI com as atividades das expedições auríferas de Urucumacua, apresentando uma rede de relações e agentes com práticas e discursos visando o controle de recursos naturais e circulação de pessoas, conforme é discutido no capítulo três. Tendo a experiência da trajetória do grupo Cassupá como fio condutor da discussão. Deste modo, trazendo registros que identificavam as ameaças, os protegidos e os protetores e as construções cartográficas da formação do Brasil no século XX.

Foi dado destaque a um arcabouço de pesquisas relacionadas ao SPI e a Rondônia, desta forma, aponte os aspectos da escola de pensamentos sobre o SPI, o sistema de classificação do SPI e a escrita da tutela indigenista com o objetivo de preparar a problemática quanto as políticas indigenistas na formação de Rondônia.

CAPÍTULO DOIS

A CONSTRUÇÃO DA NONA INSPETORIA REGIONAL *A política da tutela indigenista na formação de Rondônia*

2. 1. Introdução

Com recursos da Antropologia Social e da Historiografia, o objetivo deste segundo capítulo é descrever a conjuntura que corroborou para a construção da Nona Inspeção Regional (IR 9) do Serviço de Proteção aos Índios. Essa Inspeção esteve sob a jurisdição do Território Federal do Guaporé. Desta forma, apresentar esta Inspeção tem o propósito de estabelecer a problematização em quais medidas as políticas indigenistas do SPI tiveram participação na formação de Rondônia. A discussão é estabelecida tendo em vista as reformas realizadas nos Postos Indígenas que expressavam a presença do Estado nas bacias dos rios Guaporé, Mamoré e Madeira.

As atenções estão direcionadas aos conhecimentos e autoridade dos agentes indigenistas, expressados em suas práticas cotidianas, com as ações de *pacificação, vigilância, nacionalização e proteção*. Tais práticas envolviam mudanças, abertura e fechamento dos Postos Indígenas e até mesmo deslocamento de populações indígenas para locais que convinham ao SPI, resultando em transformações na ocupação territorial. Encontramos em (SOUZA LIMA, 1992) essa autoridade sendo descrita e problematizada com o conceito *poder tutelar*. Sobre o território de Rondônia nesse período destaca-se o trabalho de Leonel (1995). Nos temas da escola de pensamento sobre o SPI, o período a partir do “Estado Novo” foi pouco estudado e nesse ponto destaca-se o trabalho de Rocha (2003).

Dessa conjuntura, sublinho os eventos ocorridos principalmente no primeiro quinquênio da década de 1940, bem como os agentes que nele atuaram. A descrição alcança alguns eventos da década de 1950. Os Postos Indígenas da IR 9 foram resultado do rearranjo de Postos que atuavam sob jurisdição da Inspeção do estado do Amazonas e Território do Acre (Primeira Inspeção Regional – IR 1), e de Postos sob a jurisdição da Inspeção do estado do Mato Grosso (Sexta Inspeção Regional – IR 6). Essas Unidades podiam ser transferidas de lugar e ser renomeadas conforme os arranjos políticos e os conflitos regionais, seguindo as orientações do Serviço.

O capítulo aborda a reforma do SPI iniciada na década de 1940, destacando as reorganizações realizadas na Primeira Inspetoria, dando destaque a região que veio a ser a Nona Inspetoria. Ainda nesse tópico, trato sobre algumas questões administrativas e estratégicas da IR 6, referentes a transferência da administração da região noroeste do estado do Mato Grosso para a Primeira Inspetoria.

Na sequência o texto apresenta a descrição das atividades da Nona Inspetoria no que tange a gestão administrativa desde sua formação e a efetivação de políticas indigenistas ocorridas na década de 1950, que apontam para a formação de Rondônia. Essas divisões são formadas por subdivisões organizadas cronologicamente pela trajetória da gestão dos *Inspetores* e *Chefes* dos Postos Indígenas, mediante a proporção das informações contidas nas documentações.

As reformas realizadas nas Unidades do SPI eram embasadas nos conhecimentos acumulados pela prática indigenista e veremos, a partir da escrita indigenista, a legitimidade dos agentes especializados em índios induzindo mudanças sociais. Nesse ponto, tomo para essa discussão a proposta estabelecida por Souza Lima (2013) que inspirado em Charles Tilly (2000) propôs compreender de quais formas as práticas indigenistas armazenam história⁵³. Souza Lima faz reflexões sobre contextos mais recentes, discorrendo sobre a atuação de indigenistas que compõem a FUNAI. Entretanto, a base de sua argumentação auxilia na problematização sobre os conhecimentos elaborados na prática do *poder tutelar* dos indigenistas do SPI.

A leitura que elaboro advém da escrita da tutela indigenista, identificada a partir dos relatórios das Inspetorias Regionais do Amazonas, Mato Grosso e Guaporé/Rondônia. As modalidades de documentos são: Relatórios dos Ministérios da Agricultura, Indústria e Comércio, Ministério do Trabalho, Ministério da Guerra e Ministério do Interior; Relatórios da Diretoria do SPI, das Inspetorias Regionais, dos Postos Indígenas, Boletins Internos, telegramas entre Chefes dos Postos Indígenas e os Inspetores. Essa leitura é amalgamada com eventos presentes em outras fontes, tais como: pesquisas dedicadas ao SPI, Legislação sobre populações indígenas e os regimentos da agência indigenista, os materiais publicados na

⁵³ Diz Souza Lima que “O objetivo do presente texto é lançar alguns elementos para se pensar sobre as formas pelas quais se dá a transmissão de conhecimentos para o exercício de poderes de Estado para além daquelas modelizadas pela instituição escolar, seja em organizações formais de ensino e aprendizagem, ou em processos de treinamento específicos característicos de organizações burocráticas, e pautados uns e outros essencialmente na codificação escrita. (SOUZA LIMA, 2013: p. 781-782). [...] Para além das balizas gerais dos preconceitos vigentes no senso comum sobre os povos indígenas, já muito (por um lado, por outro muito pouco) estudadas pelos que abordaram o indigenismo no Brasil, de que maneira se constituem os ‘especialistas em índio’?” (*Idem*).

Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro – R.IHGB, Conselho Nacional de Proteção aos Índios – CNPI e também publicações nos periódicos Boletim Geográfico e na Revista Brasileira de Geografia – RBG.

O trabalho de Gagliardi (1989) indica brevemente alguns aspectos da “revolução de 1930” e seu impacto nas políticas indigenistas. O movimento político que foi nomeado como revolução de 1930 impactou os arranjos das oligarquias imbricadas nos cargos públicos, e marcou a ascendência de um novo grupo, a burguesia industrial. Entre os anos de 1939 a 1945, o SPI passou por várias mudanças organizacionais e estatutárias. Essas modificações estavam conectadas as mudanças mais amplas que foram promovidas no governo de Getúlio Vargas no contexto das reformas do Estado Novo (1937-1945)⁵⁴. Em 1939 o SPI, saindo do Ministério da Guerra, ficou subordinado ao Ministério da Agricultura⁵⁵ e nesse mesmo ano foi criado o CNPI⁵⁶. Nos anos de 1942, 1943 e 1945 o Serviço teve seu regimento alterado⁵⁷.

A pesquisa evidenciou que o período em que Serviço esteve subordinado ao Ministério da Guerra foi denominado de “o colapso do SPI” por vários agentes indigenistas. A escola de pensamento sobre o SPI aponta um aspecto importante quanto ao esforço de ativar a militarização do Estado. Sobre essas mudanças, Gagliardi (1989: p. 275-277) aborda por meio dos decretos alguns dos aspectos dessas mudanças. Já Souza Lima descreve a conjuntura com mais detalhes sobre o lugar do SPI dentro do exército, afirmando que “[...] podem ser considerados partes da conjuntura que projetaria os militares no centro decisório dos poderes estatizados [...]” (SOUZA LIMA, 1995: p. 269).

Acrescenta-se a estas transformações administrativas a criação dos Territórios Federais (Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú)⁵⁸ e em 1945 é criada a Nona Inspetoria Regional – IR 9 e um novo regimento do SPI.

Nessa conjuntura, o Governador do Território do Guaporé, Aluísio Ferreira, que havia sido diretor da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, vinha estabelecendo suporte para os

⁵⁴ (CHALHOUB, 1986), (FAUSTO, 1975), (DE DECCA, 1981), (WAHRLICH, 1983), entre outros trabalhos.

⁵⁵ DECRETO-LEI Nº 1.736 de 3 de novembro de 1939. Subordina ao Ministério da Agricultura o Serviço de Proteção aos Índios. DECRETO-LEI Nº 1.886 de 15 de novembro de 1939. Organiza o Serviço de Proteção aos Índios no Ministério da Agricultura e dá outras Providências.

⁵⁶ DECRETO-LEI Nº 1.794 de 22 de novembro de 1939. Cria no Ministério da Agricultura, o Conselho Nacional de Proteção aos Índios e dá outras Providências.

⁵⁷ DECRETO Nº 10.652, de 16 de outubro de 1942. Aprova o Regimento do Serviço de Proteção aos Índios, do Ministério da Agricultura. DECRETO-LEI Nº 12.318 de 27 de abril de 1943. Modifica o Regimento do Serviço de Proteção aos Índios. DECRETO Nº 17.684 de 26 de janeiro de 1945. Modifica o Regimento do Serviço de Proteção aos Índios.

⁵⁸ DECRETO-LEI Nº 5.839, de 21 de setembro de 1943. Dispõe sobre a administração dos Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú.

agentes do SPI e suas Unidades, construindo parcerias entre as agências administrativas. Como já foi dito e considero válido ressaltar, para problematizar sobre a formação de Rondônia deve-se olhar para essas parcerias, pois foram responsáveis pelas transformações na ocupação do território aqui estudado e para exploração dos seus recursos e este é o ponto central para compreender a questão.

2. 2. A reorganização da Primeira Inspeção Regional

A Inspeção do Amazonas e Território do Acre tinha por *Inspetor* o Major Carlos Eugenio Chauvin. O relatório⁵⁹ de atividades dos anos de 1940 e 1941 elaborado por Chauvin apresentou a trajetória da Inspeção em três momentos, abordando de forma comparativa cada momento. Os relatórios das Inspeções eram produzidos anualmente a partir dos registros elaborados pelos *encarregados* de Postos Indígenas que estavam sob a responsabilidade da sua respectiva Inspeção. Os relatórios ministeriais eram formados por registros sucintos com base nos relatórios das Inspeções Regionais. Entretanto, havia com frequência ausência de informações sobre determinadas Unidades, isto é, alguns encarregados de Posto Indígena não cumpriam com a elaboração dos relatórios.

O primeiro momento destacado por Carlos Eugenio Chauvin, em seu relatório de 1940, marca os primeiros vinte anos do SPI (1910-1930) e tendo na década de 1920 o auge de sua atuação, grande parte desse período a chefia da Inspeção esteve sob a responsabilidade Bento Martins Pereira de Lemos⁶⁰, entre os anos de 1916 a 1932. O segundo momento, entre 1934 a 1939 o SPI esteve vinculado ao Ministério da Guerra⁶¹, Chauvin denomina esse período como “o colapso do SPI”, “[...] *Com o colapso do serviço, as posses indígenas forma invadidas, demarcadas por civilizados, concedidas por título definitivo a particulares,*

⁵⁹ O Relatório produzido por Carlos Eugenio Chauvin, sobre as atividades da IR – 1 nos anos de 1940 e 1941, encontra-se nos Microfilmes 034_0005 a 034_00290. Acervo NUBARQ/SPI.

⁶⁰ As pesquisas de (FREIRE, 2007), (MELO, 2007) e (SANTOS, Ana. 2009) fazem uma leitura sobre a gestão de Bento de Lemos que durou 16 anos à frente da IR 1.

⁶¹ DECRETO Nº 24.700, de 12 de Julho de 1934. Transfere do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio para o da Guerra o Serviço de Proteção aos índios e dá outras providências.

restando a atual inspetoria o problema aspérrimo das reivindicações”. (CHAUVIN, 1942), essa categoria, como será discutida mais adiante, “o colapso do SPI”, foi utilizada em vários relatórios por diferentes agentes indigenistas. O terceiro momento destacado por Chauvin foi o projeto de revitalização de várias Unidades e com inúmeras expedições produzindo relatórios das condições dos Postos Indígenas pertencentes aquela Inspetoria. Lembrando que o território sob jurisdição da IR 1 corresponde ao que são hoje os estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima.

Chauvin iniciou sua gestão como Inspetor no ano de 1939 e exerceu o cargo até março de 1942, quando faleceu. Dou início à descrição dessa administração pela nota de falecimento, pois traz um resumo do percurso realizado por Chauvin dentro do SPI e também encontramos alguns episódios vividos pelo indigenista em parceria com Cândido Rondon e Vicente de Paulo Vasconcelos. A nota foi publicada no Boletim Interno no mês de março de 1942:

Comunicamos a triste ocorrência a todos os departamentos deste Serviço e de todos recebemos as condolências pelo golpe que atingiu a um antigo servidor da I.F [Inspeção de Fronteira] e do S.P.I., desde a sua reorganização no Ministério da Agricultura, a sua digna família. Como justa homenagem ao nosso companheiro objetivamente desaparecido, fazemos transcrever neste boletim a manifestação do Sr. General Candido Rondon, Presidente do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, na 1ª reunião do dito conselho, após o recebimento da infausta notícia: ‘Infelizmente, acabamos de receber de Manaus, a infausta comunicação do falecimento de mais um dos nossos companheiros de labuta no Serviço de Proteção aos Índios. Desta vez é o Chefe da Inspetoria de Manaus, o Major Eugenio Chauvin, quem nos deixa em meio a reorganização dos serviços da Inspetoria na vastidão do Território por que se estende, compreendendo o Estado do Amazonas e o Território [sic] do Acre, quase a quarta parte da superfície do Brasil. Apesar da idade avançada, possuía o Major Chauvin uma atividade relativamente capaz de abranger todas as providencias indispensáveis a reconstituir os serviços da Inspetoria, há dez anos quase que abandonados. E deu provas exuberantes dessa atividade e do entusiasmo pelo desempenho do dever que lhe foi confiado pela Diretoria do S.P.I., montando a aparelhagem administrativa para entender a tão vasto labor. Após a reorganização da secretaria da Inspetoria, meteu mãos a preparação da esquadilha de motores e batelões com que teria de articular todo o serviço em moldes novos, de acordo com as instruções da Diretoria, atravez das sub-bacias do Rio Branco, Rio Negro, Purus, Madeira, Xingú e Tapajoz e no próprio rio Amazonas. E o fez com tal ardor que, dentro do primeiro ano da sua administração, a Diretoria pôde receber o resultado do seu ardor cívico e administrativo no relatório em que esses labores vinha precisamente mencionados. Foi no curto espaço de tempo em que operou, na Inspetoria do Amazonas, um esperançoso servidor do S.P.I., que, com a sua transformação subjetiva, perde um dedicado colaborador, como estou certo, confirmará o nosso distinto colega Diretor do S.P.I., Coronel Vicente de Paulo Vasconcelos. (RONDON, Boletim Interno. Nº 5, 1942).

No mesmo Boletim, Rondon continua dando mais detalhes sobre a trajetória de Chauvin:

O Major Carlos Chauvin serviu sob minha direção na inspeção de fronteiras de 1933 a 1936. Primeiramente no escritório central da antiga Comissão Telegráfica, colaborando na construção das 13 cartas de fronteiras, que a I. F., organizou, como resultado da inspeção efetuada de 1927 a 1930, de todas as fronteiras do Brasil, desde a foz do Rio Oiaopque até as cabeceiras do Periguaçu e alto Rio Uruguai, serviço interrompido, quase ao terminar, pela revolução de 1930. Quando designado para presidir a Comissão Mixta Perú-Colombia, ainda com a responsabilidades da I.F. escolhi aquele saudoso companheiro para me acompanhar e se encarregar de serviços da fronteira de Tabatinga [Amazonas], afim de concluir o projeto que eu havia concebido, sobre a nacionalização daquela raia brasileira com a Colombia e o Perú. Prestou, pois o Major Chauvin bons serviços no S.P.I., e na I.F. como técnico, em sua especialidade de astrônomo. Neste momento de dor da Família e lamentos dos companheiros que o perderam na Inspetoria de que era digno Chefe, julgo de meu dever como seu amigo e companheiro de trabalho, propor a este Conselho a suspensão da sessão como homenagem ao servidor que falece no afan do cumprimento do dever”. (RONDON, Boletim Interno. Nº 5, 1942).

No seu último cargo, Chauvin esteve na equipe que reformaria o SPI com o intuito de retomar o controle dos Postos Indígenas, que naquele momento se encontravam em condições precárias de material e pessoal comparado aos períodos anteriores. O índice do relatório está distribuído em quatorze tópicos: “Postos Indígenas”, “Demarcações de posses indígenas”, “Tribos indígenas”, “Serviço de navegação”, “Serviço de transmissões”, “Lanchas Amazonina e Guajaratuba”, “O caso do Xiriri”, “Consórcio do guaraná”, “Posto de Mahaua, no Juaaperi”, “Terras reservadas para índios”, “Expediente da Inspetoria”, “Renda dos postos indígenas” e “diversos assuntos”. O tema recorrente aos três períodos de atuação da Inspetoria, dividido por Chauvin, são os conflitos pela garantia da posse de terras e exploração dos recursos naturais, tais como minério, borracha, castanha, guaraná, extração de madeira e usos da mão de obra indígena.

Por conseguinte, a argumentação, tratando especificamente desse material citado, procurava comprovar que a presença indígena em determinadas áreas em litígio é anterior à chegada dos “civilizados”. Para esse fim, o Inspetor cita os relatórios das atividades realizadas na década de 1920, indicando várias expedições que documentam a presença indígena nos tópicos “Demarcações de posses indígenas” e “Terras reservadas para índios”; destacando o caso dos Pirahã no rio Maicy. O trabalho de doutoramento de Santos (2009) é um bom

trabalho para compreender esses eventos, discutindo sobre “construções sociais e históricas, fronteiras étnicas e territoriais” dando atenção à região dos Autazes na década de 1920.

Além dos relatórios de seus antecessores na chefia da Inspetoria, Chauvin embasa sua reorganização nos relatos das expedições realizadas em 1941, pelos *Ajudantes* Francisco Pereira Barroncas (com expedição direcionada a Ajudância do Rio Madeira), Sebastião Moacyr de Xerez (com expedição dedicadas a Ajudância do Rio Negro), José Mello Fiuza (com expedição efetivada na Ajudância do Rio Branco), e o próprio Inspetor realizou uma pequena expedição, nas proximidades de Manaus; desses empreendimentos o principal é a expedição de Barroncas. Essas atividades tinham por finalidade registrar as condições que se encontravam as unidades de atuação da agência indigenista. As Ajudâncias não tinham funções administrativas, eram Unidades auxiliares nas divisões geográficas das atuações de cada Inspetoria Regional.

Os relatórios dessas expedições são exemplos das oportunidades que alguns agentes tinham condições de realizar uma reflexividade sobre o indigenismo do SPI. Um exemplo desse tema é descrito por Barroncas sobre a região do Posto Indígena “Antonio Paulo”, localizado nas bacias do rio Marmelos e do rio Aripuanã:

A reivindicação das terras de castanhas para os índios é um dos pontos, talvez o mais importante dos que se decretam em nossos trabalhos, por se tratar de um direito de reivindicação, líquido e certo, desde as leis pombalinas as do patriarca José Bonifácio e, assim, sucessivamente até alcançar os presentes decretos recenassinados pelo Sr. Presidente da República, os quais deram origem a recente reorganização do SPI, cujos princípios vieram sendo sempre quebrantados pela ação dos que se tem constituído inimigos dos selvícolas, embarcando-lhe as terras em que sempre viveram. [...]. Tomadas na devida consideração pela importância capital que para os índios representa a posse dos castanhais de onde iram os meios de subsistência, por serem os mais compatíveis com suas aptidões de trabalho, é verdadeiramente desumano esse golpe de seus direitos. Assim, hoje mourejam pelas margens do Madeira, Autazes e outros rios, as tribos já pacificadas, na dependência dos poucos proprietários das imensas áreas de terras outrora por eles ocupadas e de preferência sobre as dos castanhais ou de outras fontes de produção natural de realçado valor econômico. (BARRONCAS, 1941: p. 28).

Chauvin adjetivou o cenário envolto a uma “atmosfera de hostilidade”. Esse material além de ser suporte para compreender a construção da Nona Inspetoria Regional e, por conseguinte apontar sobre a formação de Rondônia, também proporciona discutir sobre a reflexividade da tutela indigenistas e as classificações que estruturavam as políticas do Serviço de Proteção. Os registros dessas expedições com maiores detalhes corroboraram para

que Chauvin descrevesse as maiores dificuldades de efetivar as políticas indigenistas. Como escreveu no relatório de 1942:

Essa atmosfera de hostilidade ao Serviço arrasta, muitas vezes, no seu turbilhão, o próprio serventuário. Não raras vezes as hostilidades partem daqueles que estão incluídos no número dos que são estipendiados pelo governo, o que torna a escolha e a manutenção de um quadro de serventuários difícil e complicada. Daí a necessidade de continuas substituições e remoções, de uma fiscalização acurada de todas as atividades em prol do serviço, o que provoca intrigas, ameaças, calúnias, principalmente contra aqueles que mais se preocupam com o cumprimento do regulamento e que são os que continuamente são atingidos pelas denúncias anônimas, ou firmadas por irresponsáveis, pelas queixas, pelas representações, uma vez que se não amoldem a fechar os olhos as especulações e explorações contra índios aldeados ou não (CHAUVIN, 1942: p. 3. Mantive a grafia da época).

As categorias *ameaças*, *protegidos* e *protetores*, coadunam na compreensão da leitura construída neste capítulo. A atmosfera hostil indicada por Chauvin era formada por vários grupos em atuação. Acrescenta o Inspetor, com objetivo de marcar a diferença entre as *ameaças* e os *protetores*: “[...] é que não compreendem, nem podem compreender as concepções altruístas convertidas em lei em nossos regulamentos. Imbuídos de preconceitos raciais [...]” (CHAUVIN, 1942: p. 45). Constituem esse grupo, por exemplo: regatões, seringueiros, garimpeiros, caucheiros, missionários, que confrontavam as políticas indigenistas como é descrito na citação acima. Também os agentes indigenistas em determinados contextos se tornavam entraves para a execução das políticas indigenistas. Chauvin descreve como interesse deste grupo a destruição do Serviço:

O Serviço de Proteção aos Índios é um dos Serviços públicos mais complexos que elaboram as atividades da Administração do Brasil, pelo combate acérrimo que vem sofrendo continuamente de todos os exploradores do trabalho indígena, começando no humilde regatão que percorre as aldeias em comércio de troca ou de permuta, culminando na exploração do missionário que, na melhor das hipóteses, incorre na crítica ponderada e otimista do Sr. General Boanerges Lopes de Souza em uma exposição dirigida ao Sr. Ministro da Guerra. [...] Regatões, seringueiros, garimpeiros, caucheiros, missionários, não podem esconder o interesse que tem na destruição do Serviço, destruição que lhes deixaria o campo livre para se apoderarem do pouco que ainda resta, apesar do preço mínimo da borracha, da balata ou da castanha e de estar o índio encurralado nos altos e nas cabeceiras. (CHAUVIN, 1942: p. 1-2. Mantive a grafia da época).

Para Chauvin esses “inimigos dos selvícolas” não compreendiam a missão do SPI; para alguns que estavam inseridos nesses grupos as atividades de “atrair” e “nacionalizar”

“[...] é transformá-lo [o índio] em máquina produtora barata de produtos florestais, subalimentados, mantidos na mais negra das misérias”, (CHAUVIN, 1942: p. 45). Em outro trecho do relatório, o Inspetor afirma: “[...] penso que somente o SPI compete tais expedições de pacificação ou de atração, não divulgando a menor vantagem para os nossos índios em serem atraídos para levarem finalmente uma vida miserável de escravos” (CHAUVIN, 1942: p. 55). Sobre esses pontos percebe-se que a necessidade em marcar claramente a ação do SPI e exclusividade da autoridade nas intervenções junto às populações indígenas por intermédio dos agentes indigenistas.

Ainda no campo das ameaças, havia outro grupo que caracterizava-se pelas solicitações de intervenções sob a responsabilidade do SPI. Entretanto, essas solicitações tinham como argumentação que as populações indígenas eram entraves no desenvolvimento da região. Em certa medida legitimavam o Serviço, mas cobravam ações mais eficazes no sentido de liberar a terra das “invasões” feita pelos indígenas. A Inspetoria recebia solicitações de auxílios no período das safras de castanha, recebia também oferta de voluntários para a “pacificação”.

“[...] como da chusma (sic) de indivíduos que diariamente se apresentavam a Inspetoria solicitando o encargo de delegado de índios, nas zonas de paurosa, de guaraná, e de castanha e de outros produtos, mantenho a necessária distância e a não ser, por ordem superior, dar-lhes-ei o menor apoio. O mesmo procedimento tenho para os que comunicam haver pacificado várias tribus, enviando, em geral, a conta das despesas, com risco de vida. Assim, a 20 de abril recebi a comunicação de um pacificador espontâneo que havia nos meses de fevereiro e março, pacificado os Taihuanis e Matanuis além dos Diarrhus em seu poder. Afirmava ter sido um incansável em favor da Pátria e reclamava o pagamento das despesas de pacificação [...]. Outros, mais acreditáveis, pedem apenas ligeiro auxílio e são francos, positivos. Dizem a verdade. Procuram os índios para facilitar-lhes a colheita de copahiba ou de outros produtos naturais. [...]. (CHAUVIN, 1942: p. 46. Mantive a grafia da época).

Na citação acima se encontra a distinção entre dois grupos que propunham *pacificar* de forma espontânea como afirmou o Inspetor. Esse adjetivo “espontâneo” se refere às pessoas que se disponibilizavam a realizar as atividades de aproximações junto às populações indígenas de forma independente ao SPI ou mesmo solicitavam cargos dentro da agência indigenista. O aspecto que diferencia esses grupos daqueles outros que faziam acusações sobre o SPI é o fato de solicitar intervenções do SPI. No entanto, a intenção era obter uma área livre dos indígenas para que as atividades de exploração dos recursos fossem feitas de maneira mais segura sem “índios arredios” por perto. Um exemplo é a elaboração de um

abaixo assinado contra o SPI feito por moradores de Humaitá; Chauvin registra que tal ato se deu em decorrência do impedimento dos referidos requerentes que explorassem castanhais na região onde havia presença de grupos Cawahib.

Continuando esse breve panorama da conjuntura da Primeira Inspetoria, aponto as mudanças no quadro administrativo da Inspetoria, que no relatório ministerial do ano de 1942 era formado por sete *Ajudâncias*. A primeira denominada “Território do Acre”, as demais Ajudâncias eram denominadas de acordo com as divisões geográficas seguindo os rios Madeira e Juary, Purus, Juruá, Negro e Branco. A Inspetoria era formada por treze Postos Indígenas naquele ano. No ano seguinte, em 1941, as Ajudâncias, formadas pelos seus respectivos Postos, eram Ajudância Solimões e Juruá (Alto Embira, Rio Gregório e Ticunas), Ajudância Purus (Marienê e Manauacá), Ajudância Madeira (Ricardo Franco, Antonio Paulo, Ipixuna, Manoel Miranda e Rodolfo Miranda), Ajudância Rio Branco (Uauaperis, Fazenda Nacional de São Marcos, Sanatório General Rondon, Lobo de Almada e Surumú) e a Ajudância Rio Negro (Querari, Melo Franco, Cucuí e Tiquié), somando-se dezenove Postos⁶², ou seja, no intervalo de um ano a Inspetoria teve um acréscimo de seis Postos.

Em todas essas regiões são relatados conflitos e invasões as terras destinadas às populações indígenas. Esse é um dos aspectos paradoxais da tutela indigenista, pois se considerava que as populações indígenas tinham direitos sob seus territórios, no entanto não tinham o direito de escolha nas formas pelas quais poderiam ocupar os territórios. É válido ressaltar, mais uma vez, que esse tema é uma das bases para a escola de pensamento sobre o SPI. As pesquisas que orientam, como precursoras, a compreensão desses aspectos paradoxais são (OLIVEIRA, 1988) e (SOUZA LIMA, 1992).

⁶² No final deste capítulo é citado o organograma da estrutura administrativa do SPI que compôs o Relatório do Ministério da Agricultura de 1942.

2. 3. A Ajudância Rio Madeira

O Ajudante Francisco Ferreria Barroncas, recebeu a incumbência de realizar uma expedição para averiguar *in loco* as condições dos Postos Indígenas sob a jurisdição da IR 1. O título do relatório sobre a expedição é: “*Primeira expedição ao rio Madeira realizada de cinco de janeiro a 22 de março de 1941. Pelo Sr. Ajudante Francisco Ferreria Barroncas*”⁶³.

No intuito de compreender as transformações promovidas pelos ajudantes é necessário ter clareza sobre as autoridades depositadas sob esses agentes. Barroncas no seu relatório define uma estratégia dizendo que “[...] talvez conviesse melhor manter, os postos Antonio Paulo e Ipixuna, transferindo o primeiro para o vale superior do Roosevelt e o do Ipixuna para o rio Marmelos, construindo-se picadões de ligação entre os postos, facilitando assim o serviço de proteção”. (BARRONCAS, 1941). Foram às repetidas vezes que esse tipo de atividade na qual a autoridade e o poder de manipular a ocupação territorial corroboraram para a formação de Rondônia.

Os limites geográficos que demarcavam a Ajudância do Rio Madeira estavam muito próximos das delimitações da Nona Inspeção que por sua vez não diferenciou muito das demarcações fronteiriças do Território Federal de Guaporé. Destaco esses aspectos a partir do percurso realizado por Barroncas descrevendo as condições das Unidades pertencentes aquela Ajudância. É válido lembrar-se das semelhanças presentes na “província antropogeográfica” proposta por Roquette-Pinto que foi discutida no capítulo anterior. Chauvin, a partir do relatório de Barroncas, abreviou as Unidades que compunham a Ajudância Rio Madeira com os seguintes dados: os Postos Antonio Paulo e Ipixuna, os Pirahana e Cararibes (Parintintins), os Aparandês, Paim e Odiahuve; o Posto Ricaro Franco os Kip-kiri-uates, os Corumbiaras, os Araras, os Pimenteiras e Pacanovas e o Posto Rodolfo Miranda as tribos Jarú, Pacas Novas, Urupá, Kip-kiri-uats, Bocas Pretas e Arikemes. Quanto aos etnônimos manteve a grafia original dos relatórios.

Barroncas dá uma panorâmica sobre a Ajudância do Madeira dizendo que comunidades Mura no rio Manicoré, estavam quase extintas como os Pirahã, no Micy, vivendo em um estado de pobreza. Sobre os "não pacificados" aponta o grupo “Diarrhú ou

⁶³ Sobre a “Primeira expedição ao rio Madeira realizada de cinco de janeiro a 22 de março de 1941. Pelo Sr. Ajudante Francisco Ferreira Barroncas”, encontra-se em NUBARQ/SPI. Microfilme 032_00107 a 032_00142.

Aparande”, no rio Marmelos. Nesse grupo dos não pacificados estavam inseridos os Boca-Preta no vale do rio Machado e também o grupo Juma no vale do rio Ipixuna. Seguindo ao Sul, Barroncas lista os rios e os respectivos grupos ali presentes. Os Pacanova ou Uariuaian em Ouro Preto, Gruta e rio Novo. Ainda nesse rio havia o grupo Cautário. No rio Branco registra ocupação dos grupos Macurapés, Aruá, Jaboti e Tupari. No rio Corumbiara, havia Tanaru e no rio Mequena Guaratire. Já no rio Cabixi indica a presença de Seára e Nhambiquára. Barroncas, diz que a partir da venda das terras pelo governo do Amazonas:

[...] tornaram-se os nossos índios, como os servos da gleba medieval, o objeto da exploração sistemática dos novos proprietários. E é lamentável que, entre tais exploradores, se encontrem antigos serventuários do SPI, como ali se encontra o Sr. Garcia que acompanhou os trabalhos da pacificação. Todos os esforços deveriam ser empregados para reintegrar os Parintintins e Pirahãs nas suas antigas propriedades. (BARRONCAS, *apud* CHAUVIN, 1942: p. 42).

Barroncas descreve a situação em que Parintintins e Pirahã viviam no rio Madeira, nas terras ocupadas por Garcia, como sendo uma “gleba medieval” e em condições de escravidão. Os apontamentos feitos para explicar essa conjuntura são as vendas de terras feitas pelo governo do estado do Amazonas, o período em que o Serviço ficou lotado ao Ministério da Guerra e o outro fator é a “ganância do civilizado” referindo-se as invasões realizadas nas terras que o SPI reservava aos indígenas.

O primeiro Posto Indígena que Barroncas visitou foi o Posto Ipixuna e o segundo foi o Posto “Antonio Paulo”, ambos localizados na região sul do estado do Amazonas e pertenciam a Ajudância do Rio Negro. As primeiras medidas foi reinstalar o Posto Indígena de Atracação “Antonio Paulo”. O Posto foi fundado no primeiro ano da construção do Serviço. Sobre essa Unidade e as populações indígenas presentes na área, o ajudante faz a seguinte descrição:

[...] não obtendo até a presente data progresso digno de menção; dispões apenas de algumas barracas e em volta das mesmas, algumas fruteiras das nossas espécies comuns. Quase em abandono, no momento apenas três famílias indígenas ali se achavam, sendo duas de Cawahibs e um Ipirumã casando com Torá. Com a chegada da expedição é que voltaram a residir no posto, outros índios que se achavam dispersos no serviço de colheita de castanha. [...] “O posto Antonio Paulo é naturalmente indicado a orientar e assistir os índios Pirahãs, da tribo Mura, que ali vivem, desde a Barreira Branca, a montante, a foz do Rio Maicy, a jusante. Acham-se estes indignas distribuídos em três grupos, sendo o primeiro, em número de 29 índios, nos lugares, Passabem e Sorveira (Castanhais) demarcados e ocupados por Paulo Alecreim e José Alecrim; o segundo em número de 14 índios, no lugar Sete, a margem esquerda do rio Maicy, a 10 horas subindo a motor e o terceiro,

finalmente, no último rancho, distante vinte e duas horas de viagem do posto, subindo o Maicy, onde vivem cerca de 40 índios, entre homens, mulheres e crianças. [...]. Os postos de atração Antonio Paulo e o Posto de assistência do Ipixuna, são os últimos remanescentes da sede de postos criados pelo SPI no vale do Marmelos, para a pacificação dos Parintintins. Na posição em que se encontram os Muras, grupo Pirahã, Cawahib, grupo Parintintin, restos dos Matawaís e Torás do baixo curso do Marmelos, não se justifica mais a necessidade ali de um posto de atração. Apiahãs e Cawahib estão no fim típico em que carecem principalmente de assistência e nacionalização, que nos núcleos já descritos quer em outras em que a venda das terras que habitam foi efetuada pela Estado do Amazonas, no quais, forma transformados em servos da gleba. (BARRONCAS, 1941: p. 34-35).

Barroncas chegando a Ajudância Rio Madeira denominou a região como “o grupo de Maicy de Calama”, registrando conflitos entre os indígenas e José Garcia de Freitas, os indígenas estavam trabalhando na extração de lenha. Ao localizar a região como Calama, hoje se refere ao distrito do município de Porto Velho, comunidade ribeirinha situada à margem esquerda do rio Madeira, fronteira entre os estados de Rondônia e do Amazonas.

As dificuldades administrativas devido às distâncias entre os Postos e a sede da Inspeção era tema recorrente nos relatórios. Essa questão foi uma preocupação constante da administração, expondo dificuldades com as aplicações das atividades do Serviço. Avista disso, Chauvin aponta especificamente sobre a Ajudância Rio Madeira dizendo que:

[...] não resolve o vasto problema dos inúmeros afluentes daquele importante curso dagua, limitando sua ação aos vales do Marmelos e do Jamary. A vasta e importante bacia do Aripuanã fica sem assistência, urgindo ali o estabelecimento de postos indígenas para atrair e defender os direitos de nossos silvícolas [...]. (CHAUVIN, 1942: p. 206).

Após esse hiato a outra região que teve intervenções de Barroncas foi à região do Posto Rodolfo Miranda. O Ajudante afirma que “[...] *quase em completa ruina, o estabelecimento jaz num estado de decadência*”, os grupos que viviam naquele Posto eram bastante variados, por exemplo: “*Corumbiara, Kipitikecks, Pacanova, Arara, Pimenteira e Ariquezes*”. Chauvin critica a reunião de vários grupos com distintas origens, dizendo que estavam: “[...] *submetidos ao regime condenável dos aldeamentos, regime que tão desairosos resultados vêm sendo observados desde as reduções dos tempos coloniais as missões religiosas dos tempos hodiernos* [...]”. (CHAUVIN, 1942: p. 52). O Inspetor apontou de forma crítica, no entanto, não indicou procedimentos para mudar a situação e a prática de deslocar populações indígenas realocando-as em lugares distintos de suas origens foi uma condução frequente na região de Rondônia, como é caso dos Cassupá discutido no capítulo

três deste trabalho. Essa característica de várias etnias convivendo no mesmo território esteve presente em vários Postos Indígenas que formavam a Nona Inspeção e é também uma característica de várias das atuais Terras Indígenas presentes em Rondônia.

O Posto Rodolfo Miranda⁶⁴ foi fundado em 1914 e localizava-se no rio Jamari no distrito telegráfico de Ariquemes ao norte do estado de Mato Grosso. No livro “*Etnodidécia Uruéu-au-au*” (LEONEL, 1995: p. 70-71) aludindo o Posto a torre de babel, devido à diversidade étnica ali presente. Nesse estudo, Leonel discute sobre fenômenos próximos aos que venho descrevendo, como por exemplo, na década de 1950 o referido Posto foi transferido de local, e passou para o alto rio Jamari, mais especificamente indo para um igarapé chamado Floresta. Com base na documentação do SPI, o autor afirma que essa transferência beneficiava a firma seringalista Almeida e Filhos e desta forma mais uma vez constata-se que as opiniões das populações indígenas não estavam na lista de prioridades, mas sim os projetos de melhor ocupação do território de acordo com a conveniência do Serviço.

Conforme a descrição de Barroncas, o Posto estava em completo abandono, mas presta elogios ao encarregado João Sobral, pois manteve funções básicas do Posto. A sugestão para revitalização da Unidade seria “*adapta-lo a um posto de criação que evitaria o abandono de tão importante localidade*”, a emancipação econômica viria por meio da extração da borracha e da castanha.

Mesmo em um cenário decadente o encarregado manteve a Inspeção informada sobre as atividades do Posto, desta forma, cumprindo com aspectos importantes das atividades indigenistas. Dentre as normas que orientavam a conduta dos encarregados destaco as seguintes:

IV. Descrever os usos, costumes, forma das habitações individuais ou coletivas, indumentária, hábitos de trabalhos, de cultura, as armas e utensílios usados, as solenidades religiosas e tudo mais que observar entre os índios nucleados ou não. Esta recomendação, nos postos de fronteira, estender-se-á, quer quanto indígena, quer quanto a civilizados que habitam dentro ou fora de nossas lindes. V. Fiscalizar com especial cuidado o comércio civilizados e indígenas, evitando, por todos os modos, a prática usual de exploração e de troca abusiva de bebidas alcoólicas por serviços ou produtos providenciando junto as autoridades locais sobre os abusos e comunicando a inspeção os casos que escaparem a alçada das autoridades. (CHAUVIN, 1942: p. 54).

⁶⁴ “Rodolfo Nogueira da Rocha Miranda nasceu em Resende (RJ) no dia 8 de novembro de 1860 [...] No governo de Nilo Peçanha (1909-1910) foi ministro da Agricultura, Indústria e Comércio. [...] Destaque particular mereceu sua participação na criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localizações dos Trabalhadores Nacionais, ocorrida em 20 de junho de 1910, através do Decreto nº 8.072”. Escrito por Carlos Alberto Ungaretti Dias. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MIRANDA,%20Rodolfo.pdf>. Acessado em 04/04/2016.

Encontramos na escola de pensamento sobre o SPI, como por exemplo, o trabalho de Souza Lima (1992)⁶⁵, discussões sobre as Unidades dos Postos Indígenas como um dos elementos na formação do território nacional. Essas Unidades, principalmente aquelas que estavam presentes nas fronteiras, além das missões de “proteção”, eram expressões da presença do Estado e com suas práticas administrativas registrava-se, o arcabouço do sistema de classificação da tutela indigenista, a circulação de pessoas (índios e civilizados), avaliando os potenciais econômicos e as estratégias de ocupação das regiões.

Barroncas encerrou sua expedição na Ajudância Rio Madeira com a região de Ariquemes; após a inspeção nas terras no Posto Rodolfo Miranda apontou a necessidade de transformar a finalidade do Posto, deixando de ser um Posto de Nacionalização e passando a ser um Posto de Atração. Isso ocorreu devido a circulação de grupos indígenas que eram categorizados como arredios e não pacificados, nesse caso tratava-se de grupos Arikeme. Essa região pertencia ao estado do Mato Grosso e foi incorporada a Ajudância Rio Madeira em 1940.

Após essas atividades de reorganização veio às investidas para consolidá-las. Com o falecimento de Carlos Chauvin, o indigenista Sebastião Xerez assumiu interinamente a chefia da Inspetoria no ano de 1942. Entretanto, a Diretoria do SPI instaurou inspeção com objetivo de obter um diagnóstico da situação da Inspetoria e buscar indicações para a ocupação do cargo de Inspetor. A inspeção foi realizada Alberto Pizarro Jacobina que afirmou que Xerez não tinha a menor competência para o cargo de Inspetor, dizendo “[...] *homem cujos defeitos sobrepõem de muito algumas qualidades que porventura pudesse apresentar [...]*” (JACOBINA 1943: p. 2). Jacobina afirma que a Diretoria estava com dificuldades para encontrar um agente com experiência e então se ofereceu para o cargo e foi aceito. Na introdução do relatório das atividades de 1943 fez uma síntese histórica da Inspetoria referindo-se aos Inspetores que o precederam⁶⁶. A proposta de Jacobina era dar continuidade e consolidar a reorganização da Primeira Inspetoria que fora iniciada por Chauvin.

⁶⁵ Quanto a esse tema ver especificamente o décimo segundo capítulo de (SOUZA LIMA, 1992). Outro trabalho que aborda o tema é (PERES, 1992).

⁶⁶ Relatório da Inspetoria do estado do Amazonas e Território do Acre sobre as atividades do ano de 1943, elaborado por Alberto Pizarro Jacobina, Chefe da Inspetoria, destinado ao Ministério da Agricultura no ano de 1944. NUBARQ/SPI. Microfilme 034_00291 a 034_00551.

2. 4. A construção da Nona Inspeção Regional

A Nona Inspeção Regional foi criada a partir do Decreto Nº 17.684 de 26/1/1945, tendo como o primeiro Inspetor o agente Sebastião Moacyr de Xerez⁶⁷. Entretanto, não basta apontar o decreto, conforme a pesquisa se faz necessário atingir o cotidiano das atividades indigenistas que corroboraram para a construção dessa Inspeção. Desta forma, problematiza-se a sua participação na formação de Rondônia.

A última grande mudança administrativa antes da criação da IR 9 foi a transferência da região Noroeste do Mato Grosso para a Inspeção do Amazonas. O Inspetor, Alberto Jacobina descreveu essa mudança com elogios a Diretoria do Serviço e apontando as vantagens para a realização das tarefas administrativas:

[...] fizemos ver a necessidade de passar a região do Noroeste de Mato Grosso a esta IR, aludindo ao fato de ser mais fácil administrá-la de Manaus, em virtude de transporte fluvial, do que de Cuiabá. Realmente, não há negar, trata-se de um fato absolutamente incontestado, daí certamente ter sido aceita aquela sugestão. Agora mesmo, atendendo à circunstância da passagem daquela região a Território Federal a Diretoria houve por bem projetar a criação da IR 9 com sede em Porto Velho, para dirigir os trabalhos do SPI na parte superior do Madeira e seus afluentes. Tal medida é dessas que dispensam quaisquer comentários, visto como as imensuráveis vantagens estão aos olhos de todos que saibam ver e compreender a Amazônia imensa, onde o transporte é o mais certo dos empecilhos de fiscalizações metódicas ao interior, razão precípua do atraso que bem caracteriza o grande vale. (JACOBINA, 1944: p. 129).

Porém, mesmo com a nova configuração administrativa, as Unidades do SPI presentes no recente Território Federal ainda eram responsabilidade da Inspeção do Amazonas. Jacobina tinha uma forte expectativa sobre a construção da Nona Inspeção, ele afirmou: “[...] Criada, por conseguinte a IR 9, esta Inspeção poderia com mais eficiência desenvolver a sua atenção em outras zonas não menos importantes que estão a exigir nossa ação eficiente e coordenada”. (JACOBINA, 1944: p. 129). Nesse cenário um importante personagem foi Aluísio Ferreira.

Fonseca e Teixeira (2002: p. 152-154) fazem um resumo da trajetória de Aluísio Ferreira (1897-1980), infelizmente os autores não indicam as suas fontes. Aluísio Ferreira

⁶⁷ Relatório da Inspeção do Território Federal do Guaporé sobre as atividades de 1945, encaminhado ao Ministério da Agricultura. Elaborado pelo Chefe da Inspeção Sebastião Moacyr de Xerez. NUBARQ/SPI. Microfilmes 045_00244 1945 ao 045_00317.

passou a viver na região quando se refugiou em seringal no rio Guaporé, depois da derrota do movimento tenentista; nesse período realizou estudos sobre os indígenas Makurape. Entre os anos de 1928 e 1935, ficou detido em Belém quando entrou em contato com Rondon. Através desse contato, assumiu a chefia do posto telegráfico de Santo Antônio. Arcou pessoalmente parte da dívida da Estrada de Ferro Madeira Mamoré que entrou em decadência com a crise de 1929, e com a desvalorização da borracha o Governo assumiu a administração da Estrada. Uma questão importante para este trabalho é o conhecimento e prestígio que Aluizio Ferreira acumulou quando esteve à frente da administração da Estrada de Ferro, nas palavras de Fonseca e Teixeira:

A administração da ferrovia continuava sendo uma espécie de governo informal em sua área de influência, ou seja, parte dos vales do Madeira e do Mamoré/Guaporé. Assim as preocupações do novo diretor da ferrovia extrapolavam, em muito, a tarefa de dirigir um simples empreendimento ferroviário. Além de iniciativas que se confundiam com aquelas próprias da municipalidade, a administração da ferrovia, Aluizio passou a ocupar-se de certas estratégias que garantiriam a segurança e facilitariam o contato da região com o restante do país. (FONSECA & TEIXEIRA, 2002: p. 154).

Aluizio Ferreira auxiliou o SPI, principalmente o Posto Indígena Ricardo Franco. Carlos Chauvin afirmou que o Posto recebeu auxílio do então Major e diretor da Estrada de Ferro Madeira Mamoré. Entretanto, não foi devidamente citado pelo Encarregado do Posto João Freire Rivorêdo. A respeito disso o ajudante Barroncas descreve:

Além de deficiente, o relatório do encarregado é injusto. Deficiente por ser difícil de acreditar-se que somente a sua atividade produzisse tanto. Injusto por não fazer a mínima referência aos avultados recursos, ao auxílio material e moral que foi praticamente dispensado pelo Major Aluizio Ferreira, a quem o SPI., em todo o Alto Madeira, deve inolvidáveis serviços. Assim, dada a deficiência do relatório do encarregado, a inspetoria deve limitar o seu juízo as incriminações do ajudante Barroncas, não obstante desde outubro de 1940 a esta parte terem sido atendidos todos os pedidos possíveis de pessoal e de material para o mesmo Posto [...]. (CHAUVIN, 1940. p. 17. Mantive a grafia da época).

Retornando as atividades dirigidas por Alberto Jacobina, no início da década de 1940, outro nome que surgiu no patamar da eficácia indigenista foi o de Francisco Furtado Soares de Meireles⁶⁸. Este agente iniciou a sua participação na região com a equipe da expedição Urucumacua que é descrita no próximo capítulo. Jacobina faz elogios dedicados a Meireles ao

⁶⁸ Sobre a trajetória desse indigenista Cf. (FREIRE, 2005: p. 303), o trabalho de (LEONEL, 1995) tem várias menções das atividades realizadas por Francisco Meireles.

que diz respeito do sucesso com desenvolvimento das atividades agrícolas. A nova administração de Jacobina teve auxílio de Dorval de Magalhães que descreve sobre Meireles:

[...] por isso, o Inspetor Meireles, tendo nítida antevisão do futuro, age com prudência promovendo todos os meios ao seu alcance para intensificar a produção agropecuária, embora lutando contra graves empecilhos, em virtude de poucos recursos financeiros bem como da acentuada falta de braços para o trabalho rural. (MAGALHÃES *apud* JACOBINA, 1944: p. 129).

As atividades agropecuárias foram princípios basilares da tutela indigenista. Com a descrição de tais atividades cotidianas podemos discutir sobre o exercício da tutela, sendo exemplos concretos do movimento de realizar um dos maiores objetivos: *nacionalizar*. Deste modo, promovia-se o fim do nomadismo, (conceito que era direcionado de forma generalizada às populações indígenas), controle sobre a circulação de grupos e por meio desses trabalhos “despertava-se a vocação do indígena”, como foi escrito em diversos documentos do SPI. Francisco Meireles estava responsável pela Ajudância Rio Madeira e as atividades laureadas referiam-se as realizadas no Posto Ribeirão, localizado no quilômetro 294 da Estrada de Ferro Madeira Mamoré.

O Inspetor encontrou o contraponto da questão. O encarregado do Posto Rodolfo Miranda, João Sobral, foi considerado o exemplo de perigo para o Serviço. Nas palavras de Jacobina:

[...] Acontece porém que o Encarregado Sobral não inspirava confiança a esta Chefia e daí resolvido enviar um Inspetor à referida região para estudar aos reais necessidades daquele Posto [...]”. “[...] soubemos no lugar São Pedro que o encarregado João Sobral não se estaria comportando regularmente, pois desinteressa-se pela agropecuária, nada faz em prol do Serviço, limitando a trabalhos inteiramente indispensáveis, além de não ausentar-se do Posto pra inspeção, embora seja de seu conhecimento que uma tribo nômade costuma aparecer à margem do aludido rio, no igarapé Pão de Açúcar, poucos dias abaixo do Posto. (JACOBINA, 1944: p. 137).

É interessante aproveitar essa questão para lembrar sobre a autoridade e as oportunidades que alguns agentes tinham para realizar um tipo de reflexividade sobre o indigenismo, com relativa autonomia alguns agentes podiam refletir sobre as normas de conduta do indigenismo e as dificuldades em realizá-las. João Sobral era o mesmo encarregado que recebeu elogios de Barroncas e Chauvin, há menos de dois anos antes da avaliação de Jacobina em 1943. Naquele ano Sobral pediu demissão do Serviço e para o Posto Rodolfo Mirando foi designado o encarregado Domingo Corrêa de Araújo.

Com a criação da IR 9, era encerrada a responsabilidade da IR 1 ao que dizia respeito sobre a presença do SPI no Território do Guaporé. No seu desenvolvimento, a IR 9 construiu inúmeros Postos Indígenas e a parceria entre a administração do SPI e do governo do Território foi importante para esse desenvolvimento. Aluizio Ferreira foi o primeiro Governador do Território Federal do Guaporé entre os anos de 1943 a 1946.

As primeiras medidas do Inspetor Xerez foi a criação do Posto Indígena Dr. Tanajura com o objetivo de estabelecer o contato com os grupos denominados na época como bocas negra⁶⁹. Exigia-se do SPI intervenções nessa região devido a conflitos entre as populações indígenas e os seringueiros, como era relatado “índios nômades prejudicando seringais”. Sobre essas atividades, a pesquisa de Leonel (1995) é mais detalhada até hoje.

Durante a segunda metade da década de 1940 a Nona Inspeção teve em seu quadro os Postos Indígenas: “Dr. Tanajura”, “Rodolfo Miranda”, “Cel. Tiburcio”, “Tenente Marques”, “Major Amarante”, “Tenente Lira”, “Ricardo Franco”, “Ministro Pedro de Toledo”, todos esses Postos tinham como principal atividade realizar a *Atração* dos índios nômades e hostis⁷⁰, isto é, iniciar os primeiros contatos com as populações indígenas. A nomenclatura dos Postos eram homenagens aos agentes que participaram das atividades do SPI. Um trabalho que é referência para os métodos de *atração e pacificação*, de modo geral e não tratou da região aqui destacada, é o de Erthal (1992) que se dedicou a descrever como esses conceitos eram executados nas atividades do SPI.

Entre as décadas de 1950 e 1960 a documentação elaborada pelos Inspetores que estiveram à frente de Nona Inspeção encontra-se uma atenção dada para a região do Posto Ricardo Franco. Uma das atividades que vinham sendo realizadas era a retirada de dormentes⁷¹ da EFMM, utilizando a mão de obra indígena. Esse desmonte da Ferrovia ainda é pouco estudado. Foi estabelecido um contrato entre a Ferrovia e o SPI.

⁶⁹ As denominações Bocas Negras, Bocas-Pretas, Cautários, Sotérios e Cabeça Vermelha, são encontradas na historiografia e estão relacionadas ao espaço geográfico ou a semelhanças culturais e linguísticas dos Jupaú e Amondawa, ou a grupos Kawahib em geral. Os Uru-Eu-Wau-Wau estão o arcabouço dessa denominação. Acessado em: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/uru-eu-wau-wau/1125>.

⁷⁰ *Relatório da Inspeção do Território Federal do Guaporé sobre as atividades de 1946*, encaminhado ao Ministério da Agricultura. Elaborado pelo Chefe da Inspeção Luiz Accioly Lopes. NUBARQ/SPI. Microfilmes 045_00364 a 045_00432. *Relatório da Inspeção do Território Federal do Guaporé sobre as atividades de 1947*, encaminhado ao Ministério da Agricultura. Elaborado pelo Chefe da Inspeção Luiz Accioly Lopes. NUBARQ/SPI. Microfilmes 045_00433 a 045_00486. *Relatório da Inspeção do Território Federal do Guaporé sobre as atividades de 1948*, encaminhado ao Ministério da Agricultura. Elaborado pelo Chefe da Inspeção Luiz Accioly Lopes. NUBARQ/SPI. Microfilmes 045_00487 a 045_00499. *Relatório da Inspeção do Território Federal do Guaporé sobre as atividades de 1949*, encaminhado ao Ministério da Agricultura. Elaborado pelo Chefe da Inspeção Fernando Claro de Campos. NUBARQ/SPI. Microfilmes 045_00500 a 045_00520.

⁷¹ Trata-se das peças de madeira que assentavam os trilhos da Ferrovia. Esse desmonte da Estrada de Ferro ainda é tema que merece ser aprofundado.

Nessas décadas também ocorreram as investidas da exploração da cassiterita (RABELO, 2004) e a construção da BR 029, a atual BR 364, esses eventos promoveram crescimentos populacionais migratórios para a região de Rondônia. Para esta pesquisa é importante ressaltar que as atividades nos Postos Indígenas nos rios Madeira, Guaporé e Mamoré presentes nas fronteiras entre o Brasil e a Bolívia continuaram na agenda prioritária do SPI. Entretanto, a partir da década de 1960 a execução da construção da BR 364 Acre-Brasília chamou a atenção do SPI para o trajeto que delineou a rodovia. Nessa região os impactos com os programas da colonização do INCRA foram imensos. Há vários estudos que focam a construção e impacto da BR 364, me refiro principalmente nos trabalhos: (LIMA, 2001) e o impacto sob o povo Katukina do Acre, (THÉRY, 2005) sobre o papel da estrada na expansão das fronteiras, (VERDUM, 2007) e a análise sobre a estrada no projeto de Integração das Infraestruturas Regionais Sul-Americanas – IIRSA, por fim (FIORI, 2012), refletindo a construção da BR nos termos “rodovia do desenvolvimento” e “rodovia do desmatamento”. Nos documentos do SPI encontra-se um relatório avaliando como o SPI deveria atuar diante ao projeto da BR.

A abertura da BR 029, denominada posteriormente de BR 364, é um marco na formação de Rondônia. Os projetos elaborados pelos agentes do SPI confluíram no intuito de amenizar os impactos da rodovia. Entretanto, na prática esses projetos se transformavam em fortes violências e são essas atividades indigenistas que esta dissertação quer destacar para problematizar sobre a formação da região.

Na década de 1960 ocorreram dois fenômenos que corroboram para mudanças na ação do SPI. A primeira foi a construção da BR 29 atual BR 364 e a segunda foi exploração da cassiterita. A rodovia foi iniciada no governo do presidente Juscelino Kubitschek e o governador do Território era Paulo Nunes Leal, que escreveu sobre a rodovia no livro “*o outro lado da cruz*”, este é outro trabalho que compõe a historiografia dos pioneiros. As obras da rodovia iniciaram no ano de 1961, o trajeto seguiu a topografia realizada com as linhas telegráficas. Na década de 1970 a BR se tornou referência para demarcação dos lotes nos Projetos de Incentivos a Colonização – PIC (TIMÓTEO DA CUNHA, 2009, 2010).

Na documentação na qual a escrita da tutela indigenista está arquivada encontra-se um relatório produzido em 1960 pelo auxiliar de sertão Afonso José de Azevedo Junior⁷². Objetivo era avaliar quais procedimentos a Nona Inspeção deveria tomar quanto aos impactos causados pela construção da rodovia na região do Alto Ji-Paraná e dos rios

⁷² NUBARQ/SPI. Microfilmes 045_00714 e 045_00715.

Roosevelt, Juruema e Comemoração, direcionando a atenção aos grupos Paiter (no documento denominados como Suruí)⁷³, Nambiquara e Cinta Larga⁷⁴ (este último era denominado como “Cinturão Largo”). Segundo o agente Afonso Azevedo grupos Nambiquara faziam “[...] *assaltos a linha telegráfica no trecho compreendido entre as estações de Barão do Melgaço e de Vilhena [...]*”, a região em questão era fronteira entre Rondônia e Mato Grosso. O relatório segue uma forma sucinta, procurava ser prático e objetivo tendo em vista aos prazos das obras e o pouco orçamento destinado ao SPI.

A previsão feita pelo agente era que a região “[...] *quase desabitada, virá colonizar-se rapidamente, e é de urgente necessidade não só a pacificação das tribos de índios bravios [...]*”. Afonso Azevedo sugeriu a criação de três Postos Indígenas em locais específicos, avaliando a proporção entre os impactos da BR e o grau de vulnerabilidade de cada grupo indígena presente no trajeto; por exemplo, a prioridade era dada aos grupos citados e ao que se refere a outras populações o agente diz que “[...] *quanto as demais tribos somente virão a ser molestadas, quando for iniciada a construção do ramal que partindo de Vilhena ou Pimenta Bueno, ligará Guajará-Mirim com Brasília*”. Desta forma, o projeto além de *pacificar* os Cinta Larga e Nambiquara era “[...] *assistir e colonizar as tribos arredias mas não hostis, que tem as suas tabas nos afluentes do rio Ji Paraná [...]*”, estes últimos referia-se aos Paiter. Naquela oportunidade, mais uma vez o sistema de classificação do SPI e o seu saber-poder embasaram a atuação de um agente indigenista com projetos de transformações nos territórios étnicos, definindo quais grupos eram mais arredios do que outros e quais necessitavam ser pacificados com maior urgência.

Na historiografia dos pioneiros encontramos a descrição feita por Menezes (2001): “A fada madrinha marcara essa área para premiar o esforço dos homens que a desbravaram, que empregaram os melhores anos de suas vidas lutando pela prosperidade” (MENEZES, 2001: p. 357), essa citação se faz relevante ao que diz respeito dos esforços para construir a imagem dos construtores “os desbravadores”.

A região era, naquele momento, avaliada como a “*maior reserva de minérios e produtos nativos tais como seringa, caucho e castanha*”. A projeção de crescimento na exploração da região fez com que o SPI preocupasse com duas frentes de atuação. A primeira frente era corroborando para construção da BR 29, que era um projeto estatal, tendo a incumbência de retirar os indígenas do trajeto da rodovia ou no mínimo readequar os seus territórios para coaduna-los aos empreendimentos previstos. O agente Afonso Azevedo,

⁷³ Cf. (MINDLIN, 1985).

⁷⁴ Cf. (DAVIS, 1978) e (CHAPELLE, 1982).

previa atividades seringalistas no rio Ji-Paraná expulsavam os índios para a região do rio Roosevelt e desta forma provocavam conflitos entre as populações indígenas. A outra frente de atuação se tratava também em readequar os territórios étnicos, mas diante dos investimentos particulares direcionadas aos referidos territórios. Além das atividades seringalistas iniciavam os interesses de companhia mineradora com experiências em São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso. Com isso, o referido agente indigenista dizia que o SPI devia urgentemente “[...] *reservar lotes de terras, em pontos onde é de conveniência a fundação de PPII, dentro de dois ou três anos não terá onde fundar um posto com possibilidade de dar auto suficiência aos índios nele assistidos [...]*”. O cenário se repetia novamente, a proteção aos índios estava condicionada a conveniência da agência indigenista.

A conveniência em questão se referia as condições materiais e de pessoal para efetivar as políticas indigenistas. Entretanto, outro fator era a participação do SPI em fazer com que a presença do Estado fosse assegurada em regiões com potenciais econômicos advindos de reservas de matérias primas. É nesse ponto que a participação do SPI na formação de Rondônia se destaca, quando exerceu a mediação na execução dos projetos estatais e com as iniciativas de exploração dos recursos naturais nos territórios étnicos; refiro-me a explorações econômicas da borracha, madeira, mineração e grilagem de terras entre outras atividades discutidas, tanto neste trabalho quanto nos trabalhos da escola de pensamentos do SPI.

O capítulo foi elaborado para demonstrar que a autoridade dos agentes indigenistas estava embasada em determinado conhecimento que era um amálgama entre práticas burocráticas e projetos políticos de nacionalização do território. Este último elemento sendo formado pelas experiências da etnologia, da geografia e táticas militares calcados no paradigma evolucionista.

Avista disso, indico o sistema de classificação do SPI com termos “índios pacificados” ou “índios arredios”, sendo base para implantação de controles da circulação das populações indígenas. Um exemplo que será apresentado é a decisão de reclassificar um Posto Indígena deixando de ser um Posto de Atração e passando a ser um Posto de Nacionalização estavam diretamente ligadas as interpretações, por parte dos indigenistas, sobre o comportamento dos indígenas. Nessas atividades são vistos os amálgamas entre práticas burocráticas e conhecimentos etnológicos.

CAPITULO TRÊS

O SPI NAS MEMÓRIAS INDÍGENAS *A trajetória Cassupá na formação de Rondônia*

3.1. Introdução

As principais questões que guiam a elaboração deste capítulo são: quais relações estão presentes na memória e nas reivindicações étnicas dos Cassupá? Quais eventos são revelados como marcadores de mudanças sociais? Em qual contexto essa discussão está situada no temário desta pesquisa?

O intuito é tratar a *trajetória Cassupá* como o fio condutor da discussão que forma este capítulo. Assim, a *leitura multissituada* fica receptível aos temas que virão a partir deste material, evitando uma leitura impermeável e distanciando de uma possível supervalorização de determinado tema, pois desta forma estaria excluindo outros temas, ou no mínimo não dando as devidas atenções às diversificadas relações objetivas e projetos das agências estatais. O fato de optar por não abordar apenas um projeto de forma isolada, sem dimensionar os processos nos quais o tal projeto esteve inserido é a postura que me distancio quando desenvolvo a discussão que proponho.

O *narrar Cassupá* é a esteira da trajetória do grupo em questão, desta maneira é tratado como um tipo de hipertexto, uma vez que direciona às diversas relações sociais reinterpretadas nas reivindicações étnicas. A estrutura deste capítulo é proporcionar um ordenamento a esse hipertexto. Entretanto, mesmo que essas *redes de interdependência* não sejam completamente descritas e problematizadas, por inúmeros motivos, como por exemplo, as limitações tanto do acesso quanto das condições materiais dos documentos, são válidas dimensionar a complexidade do *habitus* dos agentes usuários das máscaras estatais e também dimensionar as modalidades de existência nas quais aqueles *habitus* estão presentes e são apresentados e reinterpretados pelos indígenas.

Nesse momento, contextualizo intervenções protagonizadas por agentes indigenistas formando os eventos que estão citados no *narrar Cassupá*. Essa contextualização é feita a partir das documentações produzidas pelas agências estatais. É fruto da *leitura multissituada* que venho exercitando, pois, reúne a partir de diversas fontes, eventos e personagens que

compõem um cenário que muitas vezes é abordado parcialmente, nas pesquisas dedicadas à região estudada.

Os eventos aqui tratados advêm dos *marcadores de mudanças sociais* que formam o *narrar Cassupá*, noção discutida na introdução. Assim sendo, o capítulo é dividido em seis *marcadores*. Indico que os marcadores de mudanças sociais são os eventos e as transformações encontradas no *narrar Cassupá*, isto é, organizo a discussão partindo primeiramente das categorizações e dos marcos que destacam as mudanças que têm sido registradas na história do grupo.

O primeiro *marcador* é formado pela citação do texto intitulado “*A história do Grupo Cassupá*”. Foi escrito por José Inácio Cassupá, uma das lideranças do grupo e primeiro Presidente da Organização dos Povos Indígenas Cassupá e Salamã – OPIC`S, construída em 1995; esse texto é citado na íntegra no próximo tópico deste capítulo⁷⁵. A sua posição dar-se por ser um documento escrito, e a escrita vem marcando uma transformação nas formas pelas quais as reivindicações étnicas são apresentadas. O texto de José Inácio Cassupá é tomado como uma descrição do ponto de vista indígena sobre o contato, construindo uma avaliação do percurso realizado por sua família em Rondônia. No texto indica sobre eventos, personagens e práticas cotidianas vivenciadas no regime tutelar.

O segundo *marcador* é formado por dois caminhos, e diz respeito aos primeiros contatos e intervenções dos agentes indigenistas junto ao grupo. Nesse caso, o primeiro evento é a “*Expedição Urucumacũ*” realizada entre 1941-1943. O segundo caminho, para abordar esse marcador são as narrativas indígenas (MACIEL, 2000) que correspondem a marcos quanto ao contato. A partir desses apontamentos, do ponto de vista indígena, trago os registros dos agentes do SPI quanto ao tema tratado.

O terceiro *marcador* trata da descrição sobre o grupo acompanhando os agentes indigenistas em diversos Postos Indígenas no rio Guaporé, entre as décadas de 1940 ao início da década de 1970. Sobre esse tema, ainda, não é possível abordar muitos detalhes, mas a partir dos documentos tratados discute-se sobre o cotidiano e as atividades cujos objetivos

⁷⁵ Como foi dito na introdução, mas válido lembrar novamente que as citações neste trabalho são longas. Isso ocorre de uma perspectiva orientada por Souza Lima (1985), “[...] Trata-se, pois, de evitar os expedientes que possibilitaram a reificação do ‘mito’ em versão científica, isto é, a paráfrase dos textos que frequentemente substitui a intervenção interpretativa, sendo aceita como tal na medida do desconhecimento dos textos originais; a escolha de citações, cuja arbitrariedade acha-se, em grande parte, explicada por pressupostos não explicitados que devem ser depreendidos, sobretudo a partir das posições sociais do autor; da conjectura e das suposições, tão úteis a construções teleológicas destinadas à apologética e a justificativa de fins [...]”. (SOUZA LIMA, 1985: p. 11, 12 e 13). Também é válido longas citações tratando das falas e textos indígenas, pois, são explicações e formulações de perguntas que questionam o etnocentrismo das políticas indigenistas.

visavam à incorporação do indígena à nação brasileira. Trata-se dos dispositivos para introjeção do *habitus* civilizado

Já o quarto *marcador* é composto pelo período do início das ações da FUNAI e quando o grupo passa a viver na cidade de Porto Velho. Esse período é uma lacuna no narrar Cassupá. Há poucas indicações sobre como o grupo viveu entre o fim do SPI e meados da década de 1990. Essa temática requer um convívio mais próximo ao grupo.

Após essa fenda, vem o quinto *marcador*, contexto no qual a OPIC`S foi construída, como já foi dito anteriormente e será detalhado mais adiante, foi um momento decisivo para situar o grupo ao contexto da política indígena em Rondônia. A partir das ações dessa Organização, as reivindicações étnicas foram registradas de forma escrita, deixando de ser apenas reclamações verbais. Com esse processo a memória do grupo foi sendo registrada em mídia escrita e documentos estatais passaram a ter participação nas argumentações dessas reivindicações. É nesse processo que as políticas do SPI são lembradas e reinterpretadas pelo grupo Cassupá, uma vez que foi a partir do contato com essa agência indigenista que o grupo iniciou um deslocamento que os levou até a cidade de Porto Velho.

Por fim, o sexto *marcador* é constituído pela leitura das ações partícipe entre Santo Antonio UHE, FUNAI e Ministério do Meio Ambiente, no intuito de contemplar os Cassupá com obras de compensação devido às barragens da Usina Hidrelétrica de Santo Antonio. Tal ação oficializou para o grupo uma área no perímetro urbano, ficando muito distante das reivindicações de uma Terra Indígena como era exigido desde o início da OPIC`S.

Este capítulo tem o intuito de demonstrar a participação do SPI na formação de Rondônia, e para tal é preciso estabelecer uma discussão que envolve contextos históricos anteriores ao século XX. Desta forma, alguns trechos podem aparentar distanciamento do tema, entretanto, as consequências das ações realizadas em contextos anteriores ao desenvolvimento do SPI foram utilizadas ou readequadas às políticas indigenistas. Nesse sentido, a trajetória Cassupá indica alguns elementos da *formação de Rondônia* como, por exemplo, as expedições com finalidade de registros cartográficos e localização de minérios, e a *leitura multissituada* em exercício, compõe o cenário sob o qual *Rondônia* se constituiu.

3.2. “A História do Grupo Cassupá”, escrita por José Inácio Cassupá

Este tópico trata-se do marcador de mudanças sociais que registra “A História do Grupo Cassupá”. Encontrei o texto no acervo do CIMI, sem data e digitado em três páginas, escrito entre 1995 e 1997. A primeira data refere-se à criação da Organização e a segunda é referente ao trabalho “*Os povos indígenas de Rondônia*” (Sampaio, 1997: p. 63-70), pequeno livro que reúne resumidamente histórias dos povos indígenas de Rondônia, e nele encontra-se uma versão do texto em questão. É válido trazê-lo na íntegra, pois foi construído em um momento de redirecionamento nas reivindicações do grupo, deixando de solicitar informações sobre os direitos indígenas de forma verbal e passando a registrar suas reivindicações por meio da escrita, que passa a ter uma posição de destaque, dando forma ao conteúdo das reivindicações que até então estavam vagas e dispersas.

Escrito por José Inácio Cassupá, liderança indígena que traz em sua trajetória o papel de articulação do povo Cassupá, o texto apresenta marcadores – sob a perspectiva indígena – que versam desde a década de 1940, marco da extensão das linhas telegráficas desde o Mato Grosso, até as reivindicações por território, datadas da década de 1990. Nesse texto, elementos das vivências indígenas – como as expedições em busca de minérios e a relação com os postos indígenas sob a agência do SPI – corroboram a proposta de que os *elementos estruturais do SPI* foram exercitados e induziram transformações territoriais e sociais corroborativas à formação de Rondônia. Segue na íntegra o texto de José Inácio Cassupá.

Foi na década de 1940 que com extensão da linha telegráfica, que poderia ligar o norte do Brasil com o Sul ao encontro de Mato Grosso e Amazônia, na época não existia a atual Rondônia.

Na época em que marechal Cândido Mariano Rondon criou uma expedição que subiria da boca do rio Machado, até as cabeceiras do mesmo, essa viagem durou mais ou menos 90 dias subindo o rio à remo e varejão, passando grandes cachoeiras ao longo do rio, como cachoeira 2 de novembro, Monte Cristo, 3 Marias e outros.

Todas essas cachoeiras, levaria dois dias para transportar toda mercadoria e ferramentas, isso até chegar num determinado lugar, como era chamado expedição Dequech, comandada pelo engenheiro de Minas, Victor Dequech, e também chamada de projeto Urucumacuum.

Nesta expedição tinha por objetivo de desvendar as lendárias minas de Urucumacuum nas proximidades do rio Corumbiara, foi uma expedição científica realizada em 1941.

Durante a viagem mantiveram contato vários grupos indígenas que viviam na região, por exemplo, grupo Massaká (ver foto no Museu de Porto

Velho-RO) na rua Presidente Dutra, esquina com D. Pedro II nas proximidades do Palácio do Governo.

Desse grupo, 1 pai com 4 filhos o pai se chamava (Urupur) Santiago Cassupá, foram levados para o Posto Indígena Ricardo Franco, passaram pelo Rio Corumbiara e também Rio Cabixi; onde foi levada uma índia chamada de Antônia Cabixi, que tinha várias filhas por nome de Darci Izauria, Luiza e Lucia Cassupá, essa foi ser esposa de Santiago o pai dos quatro filhos e gerou mais um filho chamado Américo e Maria Luiza foi ser esposa de Alonso Cassupá.

Todos esses grupos chegaram ao Ricardo Franco para ser apoiado pelo SPI - Serviço de Proteção ao Índio. Em Ricardo Franco, um Posto Indígena lá estava Manoel Sarolé. Na época o S.P.I estava desenvolvendo e crescendo precisou abrir um posto indígena no rio Lage e a família do Santiago Cassupá foi deslocado para lá, pois da linha de ferro para lá tinha que caminhar 2 dias de pé, pela margem direita do rio Lage próximo do lugar chamado Vila Murtinho a Beira do rio Mamoré.

Pois abriram picada e fizeram casa de cerca de Paxiúba, também aqualhada coberta de palha e tinha criação de gado e fizeram roça para cultivar. Como o ataque de índio Urubune era intenso na estrada de ferro, em todo lugar se falava em matança de índio; pois a direção do SPI, comandado por Francisco Meireles, o grande sertanista na época, achou melhor trazer mais gente indígena capacitada para frente de atração no posto Major Amarante chamado Ribeirão no quilômetro 294 EFMM, vieram os quatro irmãos, pois o mais velho Santiago já havia falecido de gripe e febre amarela. Com o ressentimento da morte do pai, Manoelito tomou por mulher Alicia e Américo ainda pequeno passou a chamar Manoelito de pai.

Um desses quatro irmãos, o mais novo foi morto a flechada, pelos índios Urubune à tarde na estrada de ferro. Os irmãos se revoltaram foram para cima mais não conseguiram nada os índios sessaram de matar por uns tempos os “brancos”.

Foi quando começou expedição para fins de contato com eles no ano de 1958 mais ou menos na cabeceira do rio Ribeirão, em abertura de picada, e deixando machado, faca, terçado, panela, açúcar, roupa e outros. Eles faziam picada de aproximadamente um ou dois quilômetros e deixavam todos pendurados nas árvores e cipós, com duas semanas voltaram lá e, às vezes encontravam as coisas ainda por lá, e às vezes não e achavam que estavam perto de contato.

O meu pai contava que eles passaram um grande susto, quando eles estavam dormindo no acampamento, nas primeiras horas da madrugada ele ouviu um arrasta e quebra-quebra na mata e todos acordaram assustados e todos pegaram as armas e ficaram em prontidão e veio no rumo deles; quando já estavam para dispara as armas, um deles acendeu a lanterna e deu com um grande tatu canastra e começaram a rir um do outro, de medo virou graça.

Quando eles voltaram da expedição contava história que pela primeira vez que eu vi eclipse da lua e ficou metade escura e outra metade claro. Eles contavam o seguinte: que seria um grande animal que iria engolir a lua, que era uma grande cobra e ele fazia gesto de cruz apontando com uma faca, seria ele defendendo a lua.

Outra história que ele contava, que o avô dele contou, que certo tempo, muito tempo atrás, uma água inundou toda terra como ela fala alagou tudo, a árvore virava de raiz para cima, quando as águas tomaram conta de toda terra; apareceram uns grandes caranguejos boiando nas águas e estendiam as pernas para parecer uma árvore seca boiando e pessoas que ainda estavam vivas flutuando iam para lá, pensando que escapar, mas eram tragados pelos monstros caranguejos. Quando cresci vi que é uma história verdadeira, pois quando aceitei Jesus e comecei a verificar na bíblia esta história do dilúvio.

Depois de cinco anos de peleja eles conseguiram ter contato e trouxeram os índios para fora. Os três irmãos já todos de família. Basílio Cassupá casou-se com uma mulher Branca, chamada Lourdes, branca como ele chamavam de civilizados, começaram a trabalhar no serviço de Serraria, extração de Borracha, castanha e agricultura.

Em 1967, foi extinto o SPI e criou a FUNAI- Fundação Nacional do Índio apoiado pelo Ministério do Interior M-1. Então removidos para reabrir o Posto Tenente Lira do rio Lage. Já na gestão da FUNAI, que já tinha seu encarregado de posto e técnico agrícola para chefiar um posto indígena, para instruir os índios.

Foram todos que estavam na expedição, eram eles: Alonso, Manoelito (Manoel Sarolé). Os brancos são eles: Jovino Fernandes, Antônio Costa. Os já falecidos: Jovêncio Barge, Antônio Damião, Óstídio e Cornélio, faleceu em 1984 no Canoeira ainda índio Noé Macurap e José Assirí e Antônio Barro e José Dias Filho encarregou da expedição. Já falecidos a família mora em Guajará Mirim. Uns foram para o Lage só que Basílio estava com tuberculose, outros vieram para o ministério em Porto Velho, junho de 1973, o Ministério da agricultura, o vice delegado de Pimentel, achou melhor trazer os funcionários indígenas, pois o campo era grande e faltava gente para trabalhar, pois os mesmos não estavam tendo apoio da FUNAI.

Mesmo sendo ruim eles vieram em um carro furgão e se alojaram em um Barracão por uns dias, como era muita gente precisaram arrumar mais espaço. Como as terras do Ministério era grande mandaram eles ficarem nos fundos das terras, chamado mucura. Hoje [década de 1990] pertencente a EMBRAPA, mas eles não podiam fazer nada de roça, era só morar, e se arrependeram de ter vindo, diziam eles Alonso, Manoelito, Manoel Sarolé, Assirí e Saul. Na FUNAI era ruim, mas nós podíamos fazer roça, plantar macaxeira e milho, caçar e pescar, e aqui nós não podemos fazer nada disso. Como vamos viver? Nosso dinheiro não dá para nada. E nossos filhos? Quatro anos depois veio a aposentadoria, veio também a ordem para desocupar o lugar pois tinham cedido pela EMRAPA. Quem tinha

possibilidades foi morar na cidade. Quem não tinha foi pagar aluguel, a coisa ficou ainda pior. Na invasão da Nova Porto Velho, Alonso tirou um terreno. Quando veio a medição ficou no meio da rua e não foi indenizado.

O Pimentel vendo ele pra lá e pra cá, e Edivaldo achou melhor botar eles para morar numas casas de madeira do Ministério e lá ficou até o dia de hoje. Alonso morreu no hospital de Base em novembro de 1990. Manoelito morreu atropelado na BR em frente a EMBRAPA, à noite, Telemaco faleceu no Hospital de Base e ficaram as viúvas e seus filhos: Clóvis casado, 7 filhos, mora no bairro JK, José Inácio reside na Vila Popular, casado, 3 filhos com a 2ª mulher, Maria Raimunda mora no Ministério, 3 filhos até o dia de hoje. Todos não puderam fazer suas casas lá pois a direção não deixa e outros que se espalharam na cidade.

Será que tem um lugar para nós?"

3.3. A expedição Urucumacuã: as intervenções do SPI

Cada intervenção do SPI tinha mais de um objetivo, estavam ligadas a processos mais amplos, suas mobilizações não eram procedimentos isolados. Ressalto que o termo intervenção é usado aqui no sentido de “ingerir-se visando influir sobre seu desenvolvimento”, “interpor autoridade, usar de poder de controle sobre”, segundo o dicionário Houaiss. As intervenções do SPI estavam situadas nos empreendimentos de transformações do novo *habitus*. Um exemplo disso é a *Expedição Urucumacuã*⁷⁶. Nessa expedição, a expertise da agência indigenista estava, além da exclusividade de tratar sobre os assuntos que envolviam as sociedades indígenas, amalgamada a projetos de colonização promovidos pelo Ministério da Agricultura. Nesse sentido, a referida expedição é tomada também como um exemplo para indicar uma das intervenções do SPI que tiveram corroboração na *formação de Rondônia*.

Melo Leitão propôs estudar as expedições realizadas desde o século XV até aquele momento no início da década de 1940. Destacou dizendo que

[...]. É preciso distinguir uma expedição científica, realizada com determinado fim e executada por um grupo, sob a orientação de um chefe e obedecendo a um plano de estudos, das viagens feitas por um só homem, mesmo cientista, como o simples fim de colheita de material ou pesquisas pessoais [...]. (MELO LEITÃO, 1941: p. 8).

A afirmação de Melo Leitão é pertinente para compreender e descrever as expedições do SPI. Tratando-se do século XX, primeiramente com as atividades da Comissão Rondon e na sequência com a criação do SPI, as expedições tinham origem militar na sua organização e nos objetivos das instalações dos Postos Indígenas: o estabelecimento de relações com as populações indígenas e a confecção de conhecimentos geográficos e sociais (Souza Lima, 1985). Por meio das expedições, os agentes indigenistas faziam os registros de informações e

⁷⁶ Encontraremos nos documentos várias grafias “Urucumacuan”, “Urucumacuan”, “Urucumaquan” e “Urucumacuã”. Usarei a última versão por estar conforme o último acordo ortográfico. Lembrando que um distrito do município de Pimenta Bueno é nomeado por Urucumacuã.

reuniam os elementos que compõem a cartografia social construída pelo SPI⁷⁷: condição dos Postos Indígenas, navegações, ocupação nos territórios, circulação de mercadorias, condições de extração e circulação de bens como borracha e madeira. Esses elementos são reunidos e descritos nos relatórios do SPI. Produzido pelos indigenistas, os relatórios expressam críticas, elogios e proposições acerca das políticas indigenistas.

No primeiro semestre de 1940, foi montado um programa de pesquisas dedicadas “as jazidas auríferas do Urucumacuã”; tal tipo de estudo era desenvolvido em várias regiões do Brasil. O relatório das atividades desenvolvidas naquele ano pelo Ministério da Agricultura descreve algumas das atividades dedicadas à mineração, afirmando que “diariamente, entram requerimentos, solicitando licença para pesquisas de minerais e descobertas se fazem todos os dias, de novas jazidas” (1940: p. 339).

A expedição em tela foi direcionada à região noroeste do estado de Mato Grosso, nas proximidades da Serra dos Parecis, que também era denominada como Serra do Norte, conforme consta em Roquette-Pinto ([1917] 1975), hoje região sul de Rondônia. No relatório ministerial de 1940, o engenheiro de minas Alderico Rodrigues de Paula diz sobre as referidas jazidas que

[...] já foram determinados vestígios aluvianas auríferos e diamantíferos nas cabeceiras do Apidia, ou Pimenta Bueno, afluente do rio Machado, ou Gi-Paraná, no trecho que vai de Veado Preto até às cascatas 15 de Novembro. Não será, entretanto, descabido dizer que todos os rios que partem da Serra dos Parecis, nas proximidades desse ponto, podem ser auríferos e, portanto, devem ser pesquisados. (PAULA, *apud* Ministério da Agricultura, 1940: p. 341).

Não obstante, antes de adentrar pela descrição do contexto das expedições de 1940 organizadas pelo SPI, faz-se necessário indicar que as primeiras tentativas de encontrar as jazidas de Urucumacuã remetem-se a contextos de meados do século XVIII. Conforme descreveu Roquette-Pinto no segundo capítulo do livro “Rondônia”, quando fez um resumo da bibliografia do século XVIII e XIX dedicada à região noroeste de Mato Grosso. Diz que,

[...] em 1757, correu em Cuiabá a notícia da descoberta de grandes minas de ouro na região situada entre o Juruena e o Jamari: eram as *minas Urucumacuan*, cujo caminho nunca foi definido [...]. Todavia, em 1776, e depois de 1779, o capitão-general João de Albuquerque Pereira de Melo e

⁷⁷ A discussão sobre a organização, integração, treinamento e relações cotidianas dos quadros funcionais das expedições formadas por sertanistas do SPI e da FUNAI, ver (FREIRE, 2005).

Cáceres, verdadeiro homem de governo, mandou ao que dizem, explorar as paragens onde o boato situava as referidas minas [...]. (ROQUETTE-PINTO, [1917] 1975: p. 13. Destaque do autor).

Roquette-Pinto cita o “diário de uma diligência”, ocorrida em 1795 sob ordens do Governador e Capitão General da Capitania de Mato Grosso João d’Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres. Os objetivos do empreendimento eram “destruírem vários Quilombos, e buscar alguns lugares em que houvesse ouro” (CÁCERES, 1795 *apud* ROQUETTE-PINTO, [1917] 1975: p. 15)⁷⁸. No bojo dessas ações, acrescentavam-se registros cartográficos sobre as bacias dos rios da região, suas nascentes e pontos de encontros. Abaixo cito alguns trechos do texto citado por Roquette-Pinto:

“Ilmo. E Exmo. Sr. – Vendo eu que além da decadência atual das minas de Mato Grosso, experimentam os mineiros, e mais moradores desta Capitania a perda, e dano da fuga de muitos escravos que tranquilamente existiam aquilombados na escarpada extensa a Serra dos Parecís, derramados pelos terrenos de que nascem os rios Piolho (hoje denominada S. João), Galera, Sararé, Pindaituba e outros segundo uma constante notícia”. [...]. E certificando o Comandante e mais pessoal daquela Bandeira, da bondade de grande produção das terras, sitas onde se achou o quilombo do Piolho [nota de rodapé: Escravos aquilombados. – Era frequente a fuga de negros escravos para formar núcleos silvestres (quilombos).], e seus contornos, habitados na maior parte pelos índios e Caborés livres, na forma expressada no dito Diário, e que esta gente, e novos vassallos de Sua Majestade, instantemente, suspiravam por continuarem a habitar naquele País, aonde também a maior parte tinham nascido, e se tinham criado, e informando-me ao mesmo tempo em que naquelas vizinhanças, haviam algumas aldeias de Índios mansos, aos quais se ofereceram, reduzir a nossa sociedade os novos habitantes daquele Quilombo (de que a maior parte foram batizados daquele muita facilidade pelos atrativos que tinham das dadas que se lhes deram, para convidá-los a este fim). [...]. E ao mesmo tempo passo por adiantar mais na vizinhança desta fronteira um estabelecimento que fosse aproximando a tão necessária comunicação por terra desta Capital para o Forte do Príncipe da Beira, descobrindo-se assim novas terras minerais; por estas razões me deliberei a mandar todos os ditos Caborés [nota de rodapé: Caborés: Mestiços (índio x negro).], Índios e Pretos, que houve modo de se forrarem (sem os quais por serem alguns Caborés seus filhos como para lhes ensinar a cultivar as terras) para o mesmo lugar em que foram apreendidos que ficará a trinta e tantas léguas a Norte desta Vila Bela dando-lhe ordem e auxílio para formarem uma Aldeia, que se ficará Aldeia Carlota, em memória da Nossa Sereníssima Princesa e ao Rio antigamente denominado do Piolho, se lhe pôs o novo nome do Rio de São João. [...]. Também ponho na presença de Vossa Excelência, que afim de se adquirirem mais exatos conhecimentos geográficos do nascimento e origens principais dos Rios Galera, Sararé, Guaporé e Juruena,

⁷⁸ A referência indicada por Roquette-Pinto: acervo do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro encontra-se o “Arquivo do Conselho Ultramarino. – (Correspondência do governo de Mato Grosso, 1777-1805, códice 246, pág. 165)”. (ROQUETTE-PINTO, [1917] 1975: p. 13).

principal braço do Rio Tapajós, e do terreno que media entre eles e mais terrenos adjacentes, me resolvi a manda executar esta Diligencia pelo Tenente Coronel Engenheiro Ricardo Franco d'Almeida Serra, acompanhando do Ajudante d'Ordens d'este Governo, Victoriano Lopes Macedo e do Professor Regio de Gramatica latina, Francisco José de Freitas". (CÁCERES, 1795 *apud* ROQUETTE-PINTO, [1917] 1975: p. 13, 14 e 15).

A respeito das perseguições e presença de quilombos no Guaporé, afirma (TEIXEIRA, 2008) que “a posse portuguesa do Vale do Guaporé foi confirmada com a assinatura do Tratado de Madri, em 1750. Entretanto, as áreas de exploração aurífera já vinham sendo trabalhadas desde a década de 1730 pelos mineiros de Cuiabá e São Paulo” (Teixeira, 2008). Para situar sobre esse tema trago um resumo de Faria Junior:

Os territórios negros do Guaporé são constituídos a partir de distintos processos de territorialização. Tais processos remetem à denominada ‘situação colonial’ e à ação “bandeirante” nos confins do sertão, na busca de riquezas. Rebeldias, fugas, doenças e esgotamento das lavras de ouro constituem condições para a formação de quilombos no Guaporé. Os quilombos foram duramente perseguidos pelo governo provincial de Mato Grosso, com o esgotamento das lavras e as doenças, os senhores de escravos fugiram do Guaporé, abandonando a escravaria à própria sorte. Livres, os fugitivos e os não fugitivos passaram a povoar o vale do Guaporé e a constituir unidades familiares autônomas. Com o advento das novas frentes de expansão, os territórios passaram a ser novamente ameaçados: primeiro os seringalistas, depois os pecuaristas e o próprio Estado. É nesse contexto que se insere o povoado quilombola do Forte Príncipe da Beira. [...] Entre os quilombos mais renomados do Vale do Guaporé, está o do Piolho, localizado às margens do rio Galera. Segundo o Anal de Vila Bela de 1770, a primeira destruição deste quilombo ocorreu em 22 de julho do mesmo ano. Esse quilombo tinha rei e rainha, o rei tinha morrido, a rainha se chamava Thereza, do povo Benguela. (FARIA JUNIOR, 2011: p. 85- 89).

Essas expedições foram referências nas primeiras décadas do SPI, seja para confirmá-las ou refutá-las no projeto de redefinir as delimitações geográficas do Brasil, nesse caso mais especificamente direcionadas ao Mato Grosso. Um destaque feito por Roquette-Pinto do que se aproveitou destas investidas territoriais, foi: “[...] se de tais excursões [captura de escravos fugidos] ninguém trouxe a certeza da existência das jazidas de Urucumacuan, por meio delas se desvendaram um pouco os segredos geográficos do vale misterioso do Juruena”. (ROQUETTE-PINTO, [1917] 1975: p. 24).

No contexto colonial, o Coronel Engenheiro Ricardo Franco d'Almeida Serra realizou inúmeras expedições pelos rios Madeira, Guaporé, Mamoré, Tapajós, entre outros⁷⁹. A Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro – R.IHGB publicou nos volumes VI (1844) e XX (1857) vários relatórios sobre essas expedições, no que diz sobre as minas de Urucumacua ele registrou:

[...] sabe-se que o rio Arinós é aurífero em grande parte da sua extensão; sabe-se que navegando-se pelo Juruena, e entrando pelo seu occidental braço, o rio Camararé, que entra n'ele inferiormente à foz do Juina, estão entre as origens do Camararé dito, e sobre as cabeceiras do rio Iamarir, que fazendo com ellas largas vertentes, na face oriental das serras dos Parecis, vai entrar no Madeira, as minas do Urucumacua, de que ha grandes esperanças, não ha muitos annos vistas, e buscadas ha vinte sem effeito algum; o que não deve admirar, porque a uniformidade destes largos sertões, regados por muitos rios, dando nascimento a mil e contiguas vertentes cobertas de lagos e pantanos, e por um altissima e densa mattaria [...] (SERRA, [1781] 1857: p. 194-195).

[..] Traz o rio Jamari as suas origens conhecidas com o nome de rio das Candeas, da face oriental das serras do Parecis, fazendo contravetentes com as do rio Corumbiara e outros braços do Guaporé, e em uma d'ellas se julga existem as minas de Urucumacaoam. (SERRA, [1781] 1857: p. 254).

Este material é interessante para compreender o contexto dos projetos e das construções coloniais e políticas de ocupação no Vale do Guaporé como, por exemplo, o Forte Príncipe da Beira. Os relatórios com registros das expedições foram às bússolas que guiaram parte importante das políticas do SPI. Por exemplo, o nome Ricardo Franco foi dado a um Posto Indígena presente no rio Guaporé, homenageando o geógrafo que realizou inúmeras expedições e cartografou parte da região.

No início do século XX, cerca de cento e quatorze anos após as primeiras expedições em busca de escravos e de jazidas empreendidas pelo Governador da Província de Mato Grosso, estava Rondon em atividades das Linhas Telegráficas, registrando e renomeando a região, como aponta Roquette-Pinto:

[...] em 1909, a terceira expedição Rondon partiu do Juruena e varou inteiramente a mesopotâmia que se acha entre ele o Madeira. [...]. Começou a marcha a 2 de junho. A 11 de outubro estava 18°, 17', 7'', O. do Rio de Janeiro, debaixo do paralelo de 11°, 49', 15'', S., a 354 Km do posto do

⁷⁹ Melo Leitão (1941: p. 89) estudando sobre as expedições realizadas no Brasil descreveu algumas realizadas por Ricardo Franco d'Almeida Serra.

Juruena. Aí descobriu mais um rio, que Rondon batizou com o nome de Pimenta Bueno, a quem a corografia de Mato Grosso deve linhas magistrais. [...] Mas, no fim de setembro, já havia cruzado uma outra corrente que foi chamada Barão de Melgaço, em homenagem a Augusto Leverger, vulto não menor da nossa geografia. [...] Próximo desses rios, segundo Rondon, devem achar-se as celebres minas de ‘Urucumacuan’ (ROQUETTE-PINTO, [1917] 1975: p. 31).

Entre essa indicação de Rondon até a efetivação da expedição Urucumacuã, em 1940, passaram-se trinta e um anos. Foram organizados vários estudos sobre as minas, 1909, 1912 e 1916, Rondon contratando o engenheiro Francisco Moritz. Essa observação temporal é válida tendo em vista que havia expectativas de que as minas fossem exploradas o quanto antes. Roquette-Pinto diz que “[...] e cuja exploração talvez seja ainda reservada para os nossos dias, uma vez que a ferocidade lendária dos selvagens se diluiu ou se abrandou”. (ROQUETTE-PINTO, [1917] 1975: p. 13). Esse destaque indica as concepções evolucionistas e a certeza das transformações causadas pelo indigenismo do SPI, comparação feita entre o contexto do século XVIII e o período contemporâneo do SPI.

Um evento que confirma a preocupação de Rondon quanto à exploração das minas foi marcado em 1934, quando o General encaminhou ao juiz da primeira Vara Municipal de Guajará-Mirim e ao município de Mato Grosso, o documento denominado “*Manifesto do Descoberto da Mina de Ouro do rio ‘Apidiá’, ou rio ‘Não Sei’ antigamente ‘Urucumacuan’ no Estado do Mato Grosso*”. Trago a seguir o resumo do referido Manifesto, que foi citado como anexo no livro de Pontes Pinto (1986)

Cândido Mariano da Silva Rondon, casado, natural deste estado, residente na Capital Federal, engenheiro militar e General do Exército, brasileiro, descobriu, em julho de 1909, por simples inspeção e guiado pelos roteiros dos bandeirantes de 1771, uma mina de ouro, no vale da cabeceira principal do rio Pimenta Bueno, um dos formadores do Ji-Paraná, batizado em 1912 pelo nome de rio “Não Sei”, reconhecido em 1930 ser o rio Apidiá dos índios Massacá. Supõe ser essa mina a que na antiguidade tomou o nome de “Urucumacuan” que não chegou a ser lavrada por terem sido aqueles bandeirantes tenazmente perseguidos pelos índios do vale e do planalto: tal como aconteceu na lendária mina dos Martírios. Ela está situada nas circunvizinhanças de Vilhena, atualmente [1934] município de Guajará-Mirim, abrangendo o vale do Apidiá ou rio “Não Sei” e a vertente oriental do rio Curumbiara pelo seu afluente Omeré na extremidade ocidental do planalto da Rondônia, de onde promana o rio Ji-Paraná, na mesma zona em que os antigos locaram erroneamente as cabeceiras do rio Jamari, entre os meridianos de 60° e 61° a w. de greenwich e os paralelos de 12° e 13°, próximo dos talhadões do planalto, formados pelas águas do rio Guaporé. [...] Para que o descoberto não ficasse em simples suposição que a inspeção geológica do terreno lhe proporcionou, mandou em setembro de 1912 o

engenheiro de minas Francisco Moritz pesquisar com bateia o aludido vale, tendo como resultado as conclusões que apresentou em relatório que foi publicado pela comissão telegráfica sob nº 31 e anexo nº 2 em 1916. Completou o reconhecimento pela exploração que executou na fronteira do rio Guaporé, quando à inspeção de fronteira o levantou em maio e junho de 1930. E como deseja pesquisar a área da descoberta no sentido de locar a extensão da mina para conhecer a sua potencialidade aurífera, indica como área do mesmo descoberto os vales do Apidiá e do Curumbiara, [...]. Na zona assim delimitada deverão ser feitas as pesquisas definitivas para sua exploração racional. [...] O terreno em que assenta a mina descoberta é devoluto e já foi objeto de duas concessões, ora caducas, requeridas por Assensi & Cia., e Dr. Flávio da Silveira, de cujas companhias, então em organização, o descobridor fez parte como Diretor Técnico. [...]. Para assegurar o seu direito ao descobrimento desta mina vem, ainda em tempo, antes que seja tarde, apresentar esta comunicação, idêntica a que registrou no Município da cidade de Mato Grosso, na persuasão de estar à mina no seu território compreendido, para que seja tomado por termo no livro competente, de acordo com a lei nº 4265, de 15 de janeiro de 1921, e seu regulamento. (RONDON, 1934, *apud* PONTES PINTO, 1986: p. 365-8).

A prática de renomear rios e comunidades homenageando brasileiros foi muito recorrente nas atividades de Rondon, principalmente no projeto da construção da “Carta de Mato Grosso”. A substituição do nome “Apidiá” para rio “Pimenta Bueno” feita por Rondon é uma homenagem a José Antônio Pimenta Bueno. No relatório do Ministério da Agricultura de 1940 afirma-se que o rio Apidiá também é chamado de rio Pimenta Bueno, a dupla nomeação durou algumas décadas, e o nome dado por Rondon prevaleceu.

Nomeia-se por Pimenta Bueno o rio e o município no estado de Rondônia. Dom José Antônio Pimenta Bueno (1803 -1878) foi o primeiro governador da província de Mato Grosso. Seu filho, Francisco Antônio Pimenta Bueno (1836-1888), foi citado por Virgílio Corrêa Filho, em 1947 na Revista Brasileira de Geografia. Corrêa Filho elencou alguns destaques das contribuições de Pimenta Bueno à geografia no Brasil “[...] Requisitado pelo Ministério da Agricultura, aceitou de bom grado a comissão que permitia balancear os recursos da Província estremecida”. (CORRÊA FILHO, 1947: p. 105). Com seus trabalhos produziu os “Limites da Província de Mato Grosso” e a “Carta da Província de Mato Grosso”, baseada em trabalho análogo de A. Leverger. (*Idem*, p. 106). Continua Corrêa Filho, “Cartógrafo, o mapa que submetera à apreciação dos entendidos, perduraria por longo prazo, até a primeira década do século corrente, quando a Comissão Rondon empreendeu o ciclo de explorações memoráveis pelo Rondônia, onde se patentearam impressionantes divergências entre a suposta hidrografia anterior e a que resultava de levantamentos cuidadosos, embora expedidos” (*Idem*, p. 106).

Retornando ao manifesto de Rondon, destaco sobre a questão das Terras Devolutas, pauta que fecha o documento e a preocupação de Rondon em reforçar a localização das minas auríferas. Como já foi indicado, Terras Devolutas é uma questão importante nas políticas do SPI, nas negociações com os governos estaduais sobre *as terras dos índios* e nas disputas pelo controle dos recursos naturais. Essa questão é um dos pontos do processo que venho denominando como a construção das *cartografias sociais do SPI*. Uma vez que o terreno era devoluto, como afirmou Rondon, a responsabilidade sob as minas seria do município de Mato Grosso, região do atual município de Vila Bela da Santíssima Trindade⁸⁰.

O documento segue os quesitos exigidos no Decreto N° 4.265, de 15 de janeiro de 1921, que dispõe sobre o regimento de minas. Esse tipo de manifesto era uma das primeiras etapas para que o Ministério da Agricultura tomasse providências quanto às pesquisas das minas, apontando funções administrativas, mas também dimensões políticas. Rondon seria o mais indicado para elaborar o manifesto, devido ao empenho nos estudos de localização das minas de Urucumacua realizados sequencialmente em 1909, 1912 e 1916. Em 1934, o manifesto é elaborado e somente em 1940 são organizados os preparativos para a expedição.

No relatório ministerial de 1940, sobre formação da primeira *turma*, é possível compreender o lugar da agência indigenista nos projetos de colonização executados no século XX. O programa de estudos auríferos e intervenções políticas do SPI como constam no relatório,

[...] foi organizado pelos generais Candido Mariano Rondon e Manuel Rabelo. Para facilitar sua execução, ficou combinado que o Serviço de Proteção ao Índio ficaria incumbido da tarefa de entrar em contato com as tribos indígenas, pacificá-las e reuni-las em fazendas, cuja localização seria determinada por técnico do Departamento Nacional de Produção Vegetal – DNPV, encarregados de proceder aos estudos agrológicos da região. [...] Para economia e facilidade de execução dos trabalhos, ficou também estabelecido que deviam partir e agir conjuntamente essas turmas, ficando assim organizada uma expedição mista, dirigida pelo Major Aluísio Pinheiro Ferreira, Diretor da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, Inspetor [Carlos

⁸⁰ O município de Mato Grosso, citado por Rondon, teve como primeiro nome Pouso Alegre, depois Vila Bela da Santíssima Trindade, sendo a primeira sede da Capitania de Mato Grosso, fundada em 19 de março de 1752, pelo Capitão General Dom Antônio Rolim de Moura Tavares. Em 1820 o município foi renomeado como Mato Grosso. (Carta de Lei de 17-09-1818). Retornou ao seu primeiro nome em 1978. (Lei Estadual n° 4014, de 29-11-1978). Melo Leitão (1941: p. 91), sem indicar exatamente a fonte, cita um comentário feito por Rondon que nos ajuda a compreender um pouco sobre a ocupação da região no século XVIII. Segundo Melo Leitão, diz Rondon: “o único nome que lhe podia assentar é o de Vila Triste [...]. Vendo-se estas derrocadas, abrigo de uma população de 340 habitantes derrotados pelo paludismo e pela miséria, custa crer que se está na mesma cidade em que, há apenas um século, mais de 2.300 pessoas assistiam aportar ao cais do Guaporé as *monções* vindas do Pará, ou enviavam a Lisboa arrobas e arrobas de ouro, ou então acolhiam no meio de intermináveis festejos e pomposas galas os capitães-gerais”.

Chauvin], uma turma do Departamento da Produção Mineral, chefiada pelo engenheiro Alderico Rodrigues de Paula; uma do Departamento da Produção Vegetal, sob a chefia do agrônomo Moacir de Albuquerque Leão; e a turma do Serviço de Proteção aos Índios, chefiada pelo Sr. Francisco Meireles, que seria o encarregado do novo Posto de Pacificação. O pessoal técnico foi, assim, retirado dos quadros dos Departamentos e Serviço referidos, sendo os operários recrutados entre os habitantes da região já aclimatados e acostumados ao tipo de trabalhos a executar. (PAULA, *apud*: Ministério da Agricultura, 1940: p. 340-341).

Os detalhes da expedição foram extraídos do relatório do engenheiro Alderico Rodrigues de Paula, responsável pela primeira formação das *turmas*, como eram denominadas as equipes de trabalho. O relatório ministerial de 1940, assinado pelo Ministro Fernando Pessoa, é dedicado às condições de transporte da equipe e dos equipamentos. Esse ponto é frisado com frequência para embasar a argumentação da necessidade do aumento de verbas para executar aquele tipo de atividade.

A respeito das condições de acesso à região o engenheiro Paula afirmou que

[...] a região é apenas povoada por algumas tribus de índios dos Massacás e Canões [sic]. Algumas picadas feitas pelo 3º Distrito de Linhas Telegráficas, hoje estão completamente apagadas pela vegetação. Entretanto, pode-se alcançar a cascata 15 de Novembro, no Apidia, pelo Gi-Paraná, em navegação penosa, pois esse rio é muito encachoeirado, sendo necessário 'varar' mais de 80 cachoeiras, com os riscos habituais. Em algumas dessas cachoeiras a varação é feita por terra, em caminhões. Existe uma única pessoa o Sr. Caitano Silva, que faz transportes no Machado, transportes que dependem também dos interesses da empresa que representa, exploradora dos seringais desse rio. Não fora tal e talvez todo o rio estivesse deserto, dadas as dificuldades e alto custo do transporte. Essas viagens são feitas apenas até a estação telegráfica de Pimenta Bueno. No Apidia, os transportes só poderão ser feitos em embarcações da Expedição. As viagens duram de 30 a 40 dias, dependendo do nível de corredeiras. Durante três meses do ano, na maior estiagem, a navegação é impraticável. [...]. Outra via de acesso é o Guaporé, até seu afluente Corumbiara e por este até Porto Triunfo, nas suas nascentes. Uma picada, atravessando o divisor de águas, atingirá por terra a cascata 15 de Novembro, no Apidia. Inconveniente dessa via é o pequeno volume do Corumbiara, que durante vários meses só é navegável por canoas, estando o leito quais obstruída de árvores. Todavia, na época das chuvas é navegável por batelões até suas nascentes, em Porto Triunfo, e mais facilmente até Barranco Alto, onde existe uma moradia com pequenas pastagens. Desse ponto, por picada, pode-se atingir o Apidia numa distância aproximada de 60 km. (PAULA, *apud*: Ministério da Agricultura, 1940: p. 341-342).

Em relação às etnias Massaká e Canoê serão abordadas mais adiante. Um ponto de referência na região era a unidade da estação telegráfica localizada em Vilhena. A única via de acesso se dava por meios fluviais. Ainda sobre as condições dos transportes, o engenheiro Paula afirma que:

para atingir a região, não é possível entrada pelo sul de Mato Grosso, por falta de caminhos carroçáveis, todo o transporte foi feito pela costa até Belém, e pelo rio até Porto Velho, no Madeira. Nessa Vila, foi instalada a sede provisória da Comissão e aí arregimentados os operários. Esse percurso é feito com a média de 20 dias do RJ a Manaus e mais dez dias até Porto Velho, acrescentando a esse tempo o de espera de navios em Manaus, [...]. Pode-se calcular, pois, o tempo de viagem do Rio [de Janeiro] a Porto Velho em 45 dias. [...]. Utilizando a navegação do Guaporé, teve a Comissão de levar em conta a data de saída das embarcações, que só fazem uma viagem além do Forte Príncipe da Beira, com partida no primeiro sábado de cada mês; e a estrada de Ferro Madeira-Mamoré com viagens semanais de Porto Velho a Guajará-Mirim. Assim, qualquer desconto pode retardar uma viagem de um mês. Com o atraso da partida do pessoal técnico, ao chegar a comissão em Porto Velho já se tinha iniciado a vazante nos altos rios, estando o Corumbiara bastante seco e impraticável a embarcações a motores. Daí ser adotada a subida pelo rio Machado, com baldeação nas cachoeiras. Tal via, entretanto, prejudicou o transporte do material de sondagem mais pesado, que foi adquirido em julho, no Rio de Janeiro. [...] O pessoal operário foi empregado no transporte de material e baldeação nas cachoeiras do Machado. Cada viagem de ida e volta gastou aproximadamente dois meses. (PAULA, *apud* Ministério da Agricultura, 1940: p. 343-344).

Concomitante a esse reconhecimento territorial, para as atividades de colonização, estava em execução à construção de uma estrada entre Cuiabá (MT) e Vilhena (MT), (com a criação do Território Federal do Guaporé, Vilhena esteve sob a jurisdição do mesmo, sendo desvinculada do estado do Mato Grosso), trata-se dos primeiros esboços da BR – 29, atual BR-364. Segue um trecho do relatório anual do Ministério da Agricultura, de 1942 sobre esse projeto:

[a] rodovia foi projetada e teve começo por iniciativas dos Srs. Gerais Cândido Rondon e Manoel Rabelo junto do sr. Ministro Fernando Costa, para tornar possível a exploração das minas de Urucumaquã [sic], cuja prospecção seria feita simultaneamente. Sendo que a região das ditas minas habitadas por índios, combinou-se que todos os trabalhos seriam assistidos pelo SPI para a proteção recíproca a silvícolas e civilizados. Daí o fato de serem as verbas da dita rodovia fornecidas pelo Ministério da Agricultura e por intermédio do Serviço, embora os trabalhos fossem desde o começo executados pela 4ª Companhia Rodoviária. Daí também a dependência estabelecida entre os ditos trabalhos e o SPI a quem o comandante dessa Companhia submete, ao mesmo tempo que à Diretoria de Engenharia, os

projetos de obras e envia as prestações de contas. (Ministério da Agricultura, 1942: p. 155).

Em 1942 o Inspetor Carlos Chauvin, responsável pela Inspetoria Regional do Amazonas e Território do Acre, enviou ao Tenente Estanislau Zack, encarregado da turma de exploração da região do rio Guaporé, instruções sobre “visita às tribos indígenas do Noroeste do Estado de Mato Grosso”:

I - de acordo com os entendimentos que tivestes com o Snr. General Cândido Rondon, fostes admitido para chefiar uma turma do SPI para trabalhos no oeste mato-grossense. Vossa turma trabalhará, tanto quanto possível, de combinação com a turma de prospecção das minas de Urucumacuan, dirigida pelo Dr. Vitor Dequech e terá o fim: a) velar para que sejam sempre pacíficos os contatos do pessoal da referida turma de prospecção com as tribos de índios por ela encontradas; b) velar igualmente para que durante os trabalhos sejam rigorosamente observados, relativamente aos índios, por pessoal da turma ou civilizados quaisquer, prescrições do Regulamento do SPI; c) explorar a região do rio Guaporé compreendida entre os rios Mequens e Cabixi, devendo reconhecer os rios Verde, Guarajús, Mequens e cursos inferior do Pimenta Bueno e outros rios ao vosso alcance, com o fim de estabelecer contato com as tribos nela existentes, organizado a estatística, verificando o tipo de vida econômica e social das ditas tribos e amis tudo que sobre as mesmas possa interessar ao SPI. Do observado colhereis a possível documentação que remetereis à esta Diretoria capeadas pelo minucioso relatório de todos os vossos trabalhos. (DOU, 07/08/1941: p. 36).

Victor Dequech⁸¹, engenheiro de minas do Departamento Nacional da Produção Mineral - DNPM ficou encarregado com a segunda equipe para realizar as prospecções das minas de Urucumacua.

As minas de Urucumacua instigam o imaginário social, com adjetivos de “minas lendárias”, “históricas minas”, localizadas na região entre o Estado de Mato Grosso e Rondônia, sem comprovação de sua existência. Como exemplos da imagem que se tinha sobre as minas, citam um trecho do Diário do Amazonas de 1899, com o debate da disputa entre o Amazonas e Mato Grosso sobre a posse do rio Madeira, escrito por Manuel Tapajós:

O rio Madeira, com quanto todo o mundo saiba, nós diremos aqui mais uma vez: não é o que Matto Grosso tem pretendido fazer acreditar - um rio desconhecido, sem tradições, sem história, cuja existencia legal se possa

⁸¹ Victor Dequech (1916-2011) formou-se na Escola de Minas de Ouro Preto em 1940, mesmo ano que passou a trabalhar no Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, ficando até 1951. (Dutra, 2012). “Conhecido por ser fundador da Geosol, [...] Dequech entra para a história de Rondônia a partir da Expedição da década de 40 que visava encontrar as lendárias Minas de Urucumacua”. Luiz Brito e Beto Bertagna produzem um documentário como o título “Urucumacua, A Salvação do Brasil”. <http://betobertagna.com>

duvidar como factor integrante do territorio amazonense. Se não tem as fabulosas minas de Urucumacuan, não é um ‘*burgo pobre*’ [...]. Que patrocínio, é, pois, esse que se quer impor a laboriosa população do Madeira, nas terras contextadas, se Matto Grosso nunca se amerciou de sua miseria quando foi pobre e só agora que é rica a vê e ambiciona? Esses homens do trabalho repellem com nobreza e indignação o seu pretenso patrono, por saberem que não estão explorando as lendarias minas de Urucumacuan. (TAPAJÓS, 1899: p. 16170).

Infelizmente encontrei apenas a última parte da discussão, que frisa o “Mato Grosso” reivindicando a posse do rio Madeira. O argumento de Manuel Tapajós era que aquela província não tinha contribuído para a colonização daquele rio e, portanto, não detinha direito algum sobre a região. O questionamento sobre a ausência de explorações das minas de Urucumacuã colocava em dúvida sua real existência, vinculada em notícias que aumentavam ainda mais os rumores.

Atualmente, as minas de Urucumacuã ainda geram debates. Quando estava reunindo esses materiais, encontrei uma discussão no *site* “Gente de Opinião”. Os parágrafos que formam aquela página têm como título: “Urucumacuã, a mina que não existe”, escrito por Francisco Matias, que se intitula historiador. Ressalto que as minas são associadas à discussão sobre a *historiografia dos pioneiros* – categoria que utilizo no capítulo um. O texto é a expressão de uma escrita ufanista e sem critério objetivo, não cita as fontes consultadas, exalta Rondon enquanto o herói nacional, sem descrever os contextos para justificar suas argumentações.

As minas do príncipe Urucumacuã são várias e não são minas. São depósitos onde estão sepultados os corpos os povos Inca e Maia degolados pelos espanhóis. Não são jazimentos auríferos. São locais sagrados onde foram depositados ouro, prata, cobre, estanho, esmeraldas e diamantes. São reservas da história da América, fonte de conhecimento e da sabedoria dos povos que a centenas de anos conheciam a arte de produzir metais preciosos, engenharia e arquitetura. Que sabiam do seu fim e de sua importância para a humanidade. No momento em que Urucumacuã deixa de ser lenda para ter sua própria existência histórica confirmada pela Mina descoberta por Rondon, a humanidade talvez tenha aí a própria origem da existência da América, guardada em sarcófagos sagrados de reis milenares, pedras preciosas, ouro, prata, cobre e estanho, escondidos no seio da floresta amazônica. Então, seria Rondon, sertanista e desbravador desta região, o único homem a ver e conhecer a localização exata de Urucumacuã? Talvez. Seja como for, o segredo de Rondon morreu com ele, pois jamais revelou a ninguém a localização da Mina por ele “descoberta”. Por que? Talvez Rondon, ao ter acesso à Mina de Urucumacuã pode sentir e avaliar a importância dos tesouros ali depositados e, por medo da sanha dos aventureiros e da rapinagem que poderiam praticar, temeu por revelar,

preferindo guardar consigo o pouco ou muito que pode descobrir. (MATIAS, 2013)⁸².

Os elementos reunidos sobre as expedições realizadas pelo SPI, destacando Urucumacua como uma empreitada que não obteve resultados na prospecção de minérios, apontam algumas reflexões. Os dados apresentados nos relatórios ministeriais do SPI elaborados pelos agentes indígenas e engenheiros contribuem na construção da cartografia do território que hoje é denominado de Rondônia. Os rios, as estradas, as orientações para circulação de mercadorias e pessoas neste espaço são esquadrihadas nesses relatórios, e servem para perceber como paulatinamente foi se construindo esta unidade territorial. As expedições que visavam a implantação de diversos empreendimentos – linhas telegráficas, prospecções minerais – demonstram um mosaico de relações sociais e políticas de ocupação e povoamento do território nacional. As políticas de colonização desta região datadas de 1970 e 1980 têm orientações baseadas nessas primeiras cartografias empreendidas pelo SPI, por meio das expedições.

As populações indígenas encontradas nessas expedições eram mapeadas e se estabelecia as relações de contato, pacificação e nacionalização, sob as orientações da política indigenista do SPI.

⁸² Consultado em <http://www.gentedeopiniaio.com.br/lerConteudo.php?news=101>. Acessado em dezembro de 2013.

3.4. Quando esse tal de SPI chegou

A escrita tem um local de destaque nos estudos sobre o contato, tratando do Estado e os povos indígenas. É por meio dela que os sistemas de classificações são construídos, ou seja, a escrita é um dispositivo de poder, de controle e classificação. Nas últimas décadas, principalmente após a Constituição Federal de 1988, vemos o aumento dos recursos da escrita presentes nas políticas indígenas. Há uma diversificação na escrita, marcando a forma e o conteúdo das reivindicações, redimensionando-as no registro e pelo formato do papel ou pelas mídias virtuais.

Trazer as memórias indígenas aos estudos sobre os contatos, no contexto das políticas indigenistas do SPI, aguça a crítica sobre a tutela e a dominação dos agentes citados nessas memórias. Como por exemplo:

Quando esse tal de SPI soube que a gente estava trabalhando para o Domingo Preto, foram lá na aldeia para tirar a gente de lá... Pra não deixar o negócio das plantações e do caucho que estava avançando demais ir pra frente. Resolveram mandar parar. O SPI veio de Guajará [Mirim] e levou um bocado do pessoal da aldeia... O resto ficou na aldeia com o Domingo Preto. Foi lá de Guajará que esse pessoal que o SPI levou... sumiram tudo. Não sei se morreram... (SEVERINO CASSUPÁ, 2000: p. 58).

Trabalhamos junto com o seringueiro... Até que terminaram o trabalho com a seringa. Depois chegou o INCRA... Chegaram fazendo picada para a demarcação da área. A gente não sabia de nada... Pensamos que estavam fazendo picada para o governo. O patrão falou pra nós que ia embora... E disse que a gente ia ficar trabalhando para o fazendeiro que ia invadir nossa terra... Disse que cada família ia ficar com um fazendeiro trabalhando e se nós não quisesse ninguém ia comer e beber. O pessoal ficou pensando que iam ter que passar por isso mesmo... Achavam que não poderiam fazer nada... Porque já tinham marcado tudo as terras. Daí apareceu um camarada e disse que era para o pessoal conversar com a FUNAI. Então o Manel Aikanã disse que ia acompanhar o seu Arruda que morava em Pimenta Bueno e se apresentar na Funai e pedir para darem um jeito aqui na aldeia... Falou assim e foi embora para o Riozinho. Naquela época era o município mais próximo... Onde ficava a administração da Funai... Nesse tempo era o Samuel que era o administrador. (MARIA TADEU AIKANÃ, 2000: p. 68).

Ao seguir as perspectivas dos trabalhos que propõem criticar o etnocentrismo do SPI, trago no bojo do material analítico os registros produzidos pelos indígenas sobre o contato, seja pelos registros da tradição oral ou pelos dispositivos da escrita como atas das assembleias

ou depoimentos escritos. Um trabalho que segue essa perspectiva foi elaborado por Machado (1992) e está calcado em depoimentos dos grupos Wáimare e Kaxíiti pertencentes ao povo Paresi que vivenciaram o contato estabelecido nos empreendimentos da Comissão das Linhas Telegráficas. A autora descreve práticas pacificadoras realizadas pela Comissão, e que foram desenvolvidas pelos agentes do SPI.

Em um relatório de 1945 sobre as atividades do Posto Indígena “Pedro de Toledo”, localizado no Alto rio Corumbiara, um afluente do rio Guaporé, descreve-se sobre os indígenas Massaká que “[...] também este grupo já teve contato com civilizados, antes da chegada da Comissão do Urucumacuan, tendo alguns trabalhados como caucheiros. Poucos entendem o português”. Ainda nesse relatório, acrescenta-se que “[...] este é o grupo mais atrasado que encontramos. Apesar de já estar há dois anos em contato com a Comissão Urucumacuan, nenhum de seus membros compreendem o português. São bons caçadores e pescadores”. (NUBARQ/SPI. Microfilme 045_00282). A vida nesses Postos Indígenas seguia um padrão relativamente comum em relação a outras regiões, isto é, o *habitus* civilizado seria introjetado por meio do trabalho com a agricultura, domesticação de animais e em determinadas regiões a extração da borracha e/ou do caucho.

Quanto a outras atividades e adaptações diante ao mercado (venda de produtos), o relatório do Posto Indígena Ricardo Franco, diz que

Quanto a produção de castanha, não há preço no mercado, a qual estamos aproveitando, transformando em óleo para alimentação do pessoal dos postos o que vem trazendo uma grande economia, evitando a aquisição de banha, gênero caríssima nesta região. Em Ricardo Franco estamos iniciando a extração da poaia, que atualmente não tem mercado. Foi iniciada a preparação de couros de jacaré salgados para exportação. (NUBARQ/SPI. Microfilme 0044_01110).

Considerar as atividades de extração da borracha é fundamental para discutir sobre o trabalho da mão de obra indígena nesta região. Em 1948, no Posto Indígena Ricardo Franco foram produzidas quatorze bolas de borracha aproximadamente quatrocentos quilos. O material foi extraído pelos seringueiros indígenas que residiam no Posto, Vicente e Ambrozio Tirete, Roberto Ingaba e Antonio Joaquim. A etnia não foi informada. O Encarregado do Posto solicitava ao chefe da Inspeção a confirmação na proporção que deveria ser paga aos indígenas, 60 % para os produtores e 40% ficando ao fornecimento do Posto e para o patrimônio indígena. (NUBARQ/SPI. Microfilme 044_01120).

Além das transformações territoriais e técnicas agrícolas, no final da década de 1950 nessa região havia um trabalho peculiar. Trata-se da retirada de dormentes (são as peças colocadas transversalmente à via férrea que fazem o trilho) da EFMM. Essas atividades provocavam conflitos entre os agentes do SPI, gerando desvio de madeira e ausência de contratos. O chefe da Nona Inspetoria Oriculo Castello Branco Bandeira, diz em 1957 que,

Esta chefia recebeu do encarregado do Posto Ricardo Franco a comunicação de que existe um pessoal trabalhando na tiragem de dormentes, para a Estrada de Ferro Madeira Mamoré, autorizado pelo inspetor Alfredo Silva, quando chefe desta inspetoria, desde princípios de 1955. Como não temos documentos nenhum na inspetoria, nem no posto, respectivamente, que comprove este contrato, procurei avistar-me com o diretor da referida estrada. Dr. Wadih Darwich Zacharias, afim de saber como foi combinada essa tiragem de dormentes. Pelo mesmo fui informando de que havia sido autorizado pelo diretor do serviço de proteção aos índios, naquela época (1955); não havendo contrato neste sentido, ficando apenas a estrada de ferro, sujeita ao pagamento de Cr\$ 3,00 (TRES CRUZEIROS), por dormentes. Quero adiantar, que até a presente data nunca foi pago um só dormente, bem assim, não sabendo essa chefia, quantos dormentes foram tirados. Conforme M/Circular nº 159, letra “A”, de 13 de maio do corrente ano, onde diz que fica proibida a celebração de novos contratos para exploração de madeiras, compreendendo cortes, derrubadas, desdobramentos e outra qualquer atividade, esta chefia solicita de Vossa Senhoria, instruções a respeito. Acresce, que a turma de trabalhadores é em número de 10 famílias, num total de 55 pessoas, que além da tiragem de dormentes naturalmente. (NUBARQ/SPI. Microfilme 044_01165).

Havia preocupações sobre o andamento dessas negociações, pois fugia ao controle do SPI e ficava sob a responsabilidade dos encarregados dos Postos Indígenas, neste caso especificamente trata-se do Posto Indígena Ricardo Franco. Sobre esclarecimentos da contratação da retirada dos dormentes, o chefe da IR 9 Oriculo Castello Branco Bandeira questionou Walter Berworth, que assumia o cargo de Diretor da EFMM, quanto a extração de dormentes. Escreveu o chefe da Inspetoria:

Tendo feito uma inspeção aos Postos Indígenas, desta Inspetoria, verifiquei que com “Ricardo Franco”, encontram-se, no barraco de posto, grande quantidade de dormentes, os quais foram tirados pelo Sr. José Dias Filho, pessoa que não conheço e como sei da necessidade da estrada dos referidos dormentes, seria interessante que tivéssemos um entendimento a respeito. (NUBARQ/SPI. Microfilme 044_01156).

Em meados de 1950, a descrição dessa atividade vem acrescentar elementos que ainda não foram tratados pelos estudos dedicados aos contextos da construção e da decadência da EFMM. Como foi indicado nos elementos para estudar a formação de Rondônia, a Estrada de Ferro Madeira Mamoré foi o empreendimento que marcou a origem de Rondônia. Vários estudos indicam os contrastes entre os planejamentos de uma cidade moderna inserida na Floresta Amazônica, Fonseca (2014), Craig (1947), Ferreira (1987), Hardman (1988).

As interações entre as populações indígenas que viviam na Bolívia e os indígenas do Território do Guaporé (Brasil) é uma temática a ser explorada com mais densidade. Os trabalhos de Maldi (1989, 1991, 1997) são referências para esse tema nos séculos XVII e XIX. Todavia, para o contexto do século XX ainda há muito a ser percorrido.

Nos relatórios do SPI, classificava-se os índios que viviam e percorriam esta região como índios do Brasil e índios da Bolívia, marcando claramente esta distinção por nacionalidade. É fato que o SPI, acerca dos índios brasileiros, engrenava um projeto de nacionalização e demarcação de fronteiras. Atender exclusivamente aos índios no território brasileiro estava na agenda de ações da política indigenista desta agência. Corroborar o projeto de nação aos moldes do SPI significava a exclusão dos índios bolivianos – ameaça a demarcação de fronteiras e soberania nacional.

Entretanto, quando nos deparamos com grupos indígenas que viviam entre as margens dos rios que passaram a ser bolivianas – pela demarcação de fronteiras nacionais – interagindo com os grupos que viviam nas margens brasileiras, faz-se necessário reunir mais elementos para pesquisa. Nesse sentido, é possível apontar uma escassez entre os registros do SPI e dos estudos que listam os Postos Indígenas.

Contudo destaco o caso dos índios Moré, descritos nos relatórios do SPI, e a Colônia Indígena Moré unidade boliviana fronteira com o Brasil. Há registros que indígenas fugitivos da Bolívia procuravam abrigo nos Postos brasileiros. É claro, e como já foi dito, os postos indígenas mudavam de nome e de localização de acordo com a conveniência da agência indigenista, isso dificulta em alguns casos localizar os registros dos postos que passaram por mais mudanças.

Em março de 1958, Afonso de Azevedo, então encarregado do Posto Indígena Ricardo Franco comunicou a chefia da Inspetoria que

[...] 7 índios bolivianos que vem fugindo aos maus tratos e as humilhações que sofrem inclusive a invasão de suas casas pelo filho do chefe, que os expulsa a chicote, e apossa-se de suas mulheres e filhas. Faço-o ciente que os

índios de nosso Posto os acolherem em suas casas e os esconderão caso queiramos entrega-los, pois sabem o chefe do Posto Moré Sr. Luiz Leigh, fará as maiores barbaridades caso se aposses deles. Peço que informe se posso mantê-los aqui, sem onus para o serviço, pois sendo eles bons trabalhadores se manterão com o trabalho deles, e ainda darão alguma renda ao Posto. (NUBARQ/SPI. Microfilme 042_00578).

Alguns meses depois desse comunicado, em 1959, o mesmo encarregado relata uma invasão ao Posto Ricardo Franco com investidas a procura dos índios. O encarregado solicita providências de um delegado do município de Guajará-Mirim:

Comunico-vos que em dias do mês de fevereiro do corrente ano, elementos bolivianos que trabalho na Colônia Indígena 'Moré', situada na margem esquerda do Rio Guaporé invadiram esse Posto a mão armada portando revólveres e fuzis desacatando os moradores do referido posto, da vizinhanças, revistando todas as casas quer familiares ou não com intento de retirarem a pulso do Posto 7 índios que fugiram da Colônia de Moré e refugiaram-se nesse posto e dos quais as autoridades superiores do SPI já têm conhecimento, tendo a administração deste posto, ordem de não entregar os referidos índios. Eu não me encontrava no Posto nesta ocasião pois achava-se em Guajará-Mirim tratando de interesses do mesmo e os índios não foram encontrados porque se achavam trabalhando no castanhal do Posto pelo que os referidos elementos voltaram a Bolívia sem que da invasão do Posto tenha ocorrida consequências de natureza mais grave. Diante do exposto, solicito providencias afim de que o fato não volte a se repetir. (NUBARQ/SPI. Microfilme 042_00579).

A presença dos indígenas Moré causou discussões entre os agentes do SPI. O chefe da Nona Inspetoria, em meados de 1959, procurou esclarecer sobre o contato com essa etnia diante aos questionamentos do diretor do Serviço Coronel José Luiz Guedes. Escreveu o chefe:

[...] 2. Cumpre-me esclarecer a Vossa Senhoria que, segundo estamos informados pelos moradores antigos da região, o caso atual é o terceiro caso registrado e ainda sobretudo que absolutamente não são bolivianos, mas brasileiros os índios mores. 3. Tribo numerosa, aguerrida e forte viviam esses selvícolas em ambas as margens do rio Guaporé (lados brasileiros e boliviano) com malocas e roçadas atacando de preferência os civilizados no local conhecido pelo nome "Corte". Esse local é um canal aberto pelo próprio rio em um cotovelo, pelo lado brasileiro, o que reduz e tempo gasto no percurso a 5 minutos, quando pela volta total do rio gastam-se umas duas horas. Canal de 30 a 40 metros de largura, os índios, postados em ambas as margens, emboscavam quantas embarcações tentassem passar durante o dia. 4. Os mores foram pacificados lá pelos anos de 1934 a 1936, pelo alemão COMARY, que tinha uma fazenda de gado na região boliviana. 5. Em 1938, o posto Ricardo Franco, que se achava localizado na foz do rio Ouro Preto, afluente do Pacaas Novos foi transferido para o rio Guaporé, onde hoje se

acha, e todos os Mores foram, então aldeados no P.I. Ricardo Franco pelo então encarregado, tenente João Freire de Rivoredo. (NUBARQ/SPI. Microfilme 044_01236).

Defende-se que os indígenas Moré são brasileiros e não bolivianos. Mais adiante, ainda nesse esclarecimento, Silvio dos Santos traz um resumo dessa discussão. Diz que:

6. No fim de 1958 chegou a zona de localização do Ricardo Franco o Sr. Luiz Leigue Castedo, professor boliviano, que organizou um posto mais abaixo e pleiteou que os Morés lhe fossem entregues, o que criminosamente lhe concederam, praticando-se esse inacreditável absurdo sob a alegação de que o [Posto] Ricardo Franco tinha índios de mais. 7. O Sr. Luiz Leigue praticando verdadeira escravização, obriga os índios a trabalharem para ele, maltratando-os, e, segundo consta ao longo da fronteira, já matou diversos a chicotes, fome e outros a maus tratos. 10 - Aos fatos enumerados bastariam para concluir-se que o Sr. Luiz Leigue Castedo não pode merecer confiança para receber de volta os índios Morés. Mas, há considerar ainda que esses índios são brasileiros e como tal não podem e não devem ser entregues ao posto indígena estrangeiro, dirigido por um homem arbitrário que viola a fronteira do país vizinho e carrasco desumano que explora os infelizes-selvícolas em seu proveito e os sevicia cruelmente. 12. Em vista do exposto, esta inspetoria tem a honra de opinar que ditos índios sejam transferidos para o posto indígena Major Amarante, onde ficarão assistidos como índios brasileiros que são e de solicitar e essa diretoria a devida autorização para tal fim. 13. Outrossim permito-me sugerir sejam tomadas providencias junto as autoridades do país irmão, a Bolívia a fim de impedir-se o Sr. Luiz Leigue de repetir invasões armadas do Território Nacional, pois que um tal procedimento pode dar causa a lamentáveis consequências. Todo brasileiro sente-se naturalmente ferido em seus bríos e em sua própria honra ante a invasão do solo pátrio, e um tal tratamento de menosprezo e de desrespeito aos nossos sentimentos de patriotismo e aos nossos sagrados direitos foram muito fundo, a alma de quem forma o seu caráter e vive nessa escola de civismo que é o S.P.I. (NUBARQ/SPI. Microfilme 044_01237).

Esse é mais um exemplo que trago para apontar a viabilidade da leitura multissituada no conjunto de proposições sobre a formação de Rondônia. Também corrobora para discutir sobre as categorias ameaças, protegidos e protetores.

O episódio sobre esse conflito foi brevemente descrito no livro “*Los Indios Moré: notas etnográficas*”, escrito por Stig Ryden e publicado em 1958. Esse livro é resultado dos estudos realizadas no fim da década de 1930 junto a um grupo Moré no rio Guaporé. Esse trabalho faz parte de inúmeras pesquisas, realizadas por Ryden, sobre arqueologia e etnologia referente as populações indígenas que vivem na Bolívia. Segundo o autor, o único objetivo que o levou aos indígenas Moré foi “*coleccionar objetos etnográficos para el Museo de Gotemburgo*” (Ryden, 1958: p. 18). Sobre esse grupo o autor descreve:

Los indios Moré viven en la margen izquierda del río Guaporé - ribera boliviana-, entre los ríos Blanco o Baures y Mamoré, sus tributarios. Poco tiempo después de haberse hecho notorios por una serie de violencias y asaltos a los viajeros y a los establecimientos localizados en los ríos circundantes, fueron pacificados en 1933 por el etnógrafo alemán Dr. Heinrich Snethlage. A fines de 1935, un portugués llamado Augusto y sus balseros fueron asesinados en las cercanías de la confluencia de los ríos Mamoré y Guaporé, en el lugar denominado “el Corte”. (RYDEN, 1958: p. 17-18).

Emil-Heinrich Snethlage⁸³ concretizou uma expedição no vale do rio Guaporé, entre 1933 a 1935, com objetivo de coletar artefatos para o Museu Etnográfico de Berlim (Mere, 2013). Suas descrições sobre os Moré foram orientadoras para Ryden que esteve na região nos anos de 1938 e 1939.

Os funcionários do SPI reivindicavam que os indígenas eram brasileiros e Leigue afirmava que os indígenas eram bolivianos. Na citação acima Ryden afirma que viviam no lado Boliviano e Snethlage afirmou que

“Septembro até novembro 1934 estava de novo entre os Moré e Itoreauhip, tribus que moram na maior parte na Bolívia e fazia excursões aos Kumaná que achei reduzidos a 13 e a famada baia das Onças a onde não achei indios nenhuns. No dezembro de 1934 baixei para o Pará”. (SNETHLAGE *apud* MERE, 2013: p. 780).

Snethlage tendo convivido com o grupo em destaque afirma que viviam no lado boliviano. Em mais um trecho do diário de registra-se que

“[...] no território dos Moré e Otoreauhip na margem boliviana do baixo Guaporé e no rio Azul afluente do Guaporé na Bolívia. Encontrei neste tempo somente uma maloca com 5 famílias no Brazil. Elles caçavam na margem brasileira do Mamoré um pouco embaixo da boca do Guaporé até quase o forte da Príncipe da Beira. Subi depois uma pequena demora em Guajara Mirim no 30 de novembro 1933 com o capitão Aluizio Ferreira até o Forte e para baixo de novo até o Campamento Komareck na margem boliviana”. (SNETHLAGE *apud* MERE, 2013: p. 780).

Luis Leigue Castedo é encaixado na categoria *ameaça* de acordo com o sistema de classificação seguido pelos agentes indigenistas. Entretanto, ponderando os dados percebe-se que o Posto Indígena Ricardo Franco foi transferido para uma região utilizada pelos indígenas

⁸³ Mere (2013) traz como resumo: “Emil-Heinrich Snethlage (1897-1939). O pesquisador alemão teve a vocação inspirada pela ornitóloga Emilie Snethlage, sua tia, que costumava enviar à família, na Alemanha, cartas nas quais contava suas experiências como pesquisadora do Museu Paraense Emílio Goeldi”.

Moré que viviam no lado boliviano. A data dessa transferência coincide com a construção do Núcleo Indígena Moré. Esse Núcleo fazia parte da política indigenista boliviana.

Ryden descreve o trabalho realizado no Núcleo Indígena Moré, com características da escrita ufanista e evolucionista que encontramos na escrita dos agentes do SPI. Diz Ryden:

El trabajo realizado por los representantes del gobierno boliviano en la estación de pacificación “Núcleo Indígenal Moré” para el bienestar de los indios, merece todo reconocimiento. Desde un punto de vista etnográfico la extinción de una tribu parece sensible, pero lo primitivo de la gente atrasada la sentencia a una completa extinción -infortunadamente es la ley del progreso- y siendo este un hecho inevitable, solamente se puede dar aprobación a la labor del gobierno boliviano capacitándolos dentro de las condiciones modernas. Lo llevado a cabo en el “Núcleo Indígenal Moré” ha sido efectuado con escasos recursos financieros pero con grandes ideales y entusiasmo de parte de los "indigenistas" que la llevaron a cabo. Las amplias áreas cultivadas alrededor del puesto muestran que el trabajo ha producido ya los frutos deseados. Esta obra de pacificación de los moré fue posible gracias a Snethlage. No solo se trata del primer blanco que entró en contacto pacífico con los indios en los tiempos modernos, sino también el primer etnógrafo, y afortunado como para familiarizarse con ellos, antes que la influencia de los blancos hubiera afectado su cultura en una apreciable extensión. Snethlage ha fallecido, pero espero que en un futuro cercano su estudio sobre los indios moré sea publicado, puesto que la mayoría de sus trabajos que ya se han editado son capaces de inspirar expectativa en lo que respecta a resultados de sus investigaciones con los indios en cuestión. (RYDEN, 1958: p. 60).

Luis Leigue Castedo produziu um livro “El Itenez Salvaje”, publicado em 1957 um ano antes da publicação de Ryden. Ambas fazem parte da 1957 Selección de Etnografía y Folklore organizada pelo governo Boliviano junto ao Ministério da Educação⁸⁴. Castedo foi o encarregado do Núcleo indicado nas citações pretéritas. Procurando acrescentar sobre esse agente trago um resumo feito por Torga (1974) onde descreve brevemente sobre o trabalho de Castedo:

“Fundador y colonizador de Moré – una escuela silvícola situada en los márgenes del río Iténez- Luis Leigue Castedo es acaso la más alta vocación docente que se haya dado en el país. Internado en la selva durante 25 años, leigue agrupa tribus, alfabetiza, labra la tierra y, al final, incorpora cientos de familias bárbaras a la civilización”. (TABORGA, 1974: p. 59).

⁸⁴ O trecho citado abaixo foi feito por Williems (1959) Despite its obvious shortcomings, a number of widely scattered observations make the book quite valuable. There are data on depopulation, the use of mechanical device of contraception, some details on the use of fish poison, a number of facts offering glimpses of Itene ethos, shamanism, and religion, funeral customs, musical instruments, concepts of numbers, space, and time, as well as on the language which, Castedo claims, 'has not slightest resemblance to or affinity with the neighboring languages' (Williems, 1959: p. 331).

O caso Moré demonstra que havia interações de populações indígenas na divisão fronteira dos territórios nacionais. De certo, em contato com a memória deste grupo, poder-se-iam elaborar questões e críticas mais detalhadas acerca das fugas, procurando abrigo no Posto brasileiro. Destarte, esse caso possibilita descrever um marco na concepção de violência dentro do sistema de classificação indigenista. Em vários trabalhos dedicados ao SPI vemos que a ideia de defesa estava na sobrevivência física, um exemplo disso é encontrado em Souza Lima (1985) quando dedica críticas aos textos de Darcy Ribeiro. As outras formas de violência vivenciada por estes grupos não são elencadas, a exemplo, a violência simbólica e física dos deslocamentos compulsórios e a decisão arbitrária de onde esses grupos deveriam viver. Compreender essa fronteira na concepção de violência ajuda a entender as categorizações ameaças, protegidos e protetores. Sem dúvida, essas relações conflituosas entre os agentes dos estados são materiais que nos falta abordar com mais rigor.

A exposição sobre os Moré remete diretamente aos Cassupá, que também vivenciaram esta classificação de índios que não são brasileiros, eram apontados como peruanos. Essas classificações atribuídas pelos agentes indígenas, que tomam as fronteiras nacionais como elemento de distinção, são expressas no narrar Cassupá.

O etnônimo Cassupá passou a ser utilizado pelos descendentes dos Aikanã. As famílias Aikanã vivenciaram os deslocamentos compulsórios acompanhando o SPI pelo território. No narrar Cassupá, há duas versões para o início do uso do etnônimo Cassupá. Uma versão diz que Cassupá era o nome próprio de um guerreiro e paulatinamente passou a ser usado por mais indivíduos. Outra versão é que este grupo foi apelidado como “Cassupá” por indígenas da Bolívia, e a partir desse contexto passaram a denominar-se e ser denominados como tal. Suponho que haja a possibilidade de ambas versões serem verídicas, ou seja, é possível que tenham ocorrido mais ou menos de forma simultânea. Sobre esse tópico encontramos as seguintes narrativas indígenas:

Depois que os Cassupá estavam vivendo lá para o Ricardo Franco... Disseram que eles eram peruanos. Foi quando a Maria, mãe do Clóvis, disse que não. Contou de onde tinham vindo e que os brancos é que tinham ido atrás deles. Foram os brancos que deram o nome de Cassupá para o pessoal que saiu daqui da aldeia. (JOSÉ RIBEIRO AIKANÃ, 2000: 68).

Além dos Cassupá também viviam aqui no tempo que era o posto indígena Ricardo Franco os Canoé, os Cabixi e os Mequéns. Bem é só deles que lembro... Se havia mais algum não sei... Desses que me lembro os que ainda estão aqui são os Canoé. Desde aquele tempo já havia uma confusão com a definição de qual tribo nós realmente somos... Porque alguns se diziam Massaká e outros se diziam Cassupá... É por isso que até hoje algumas

peças ficam sem saber como é realmente o nome do povo Cassupá. Para mim é tudo a mesma coisa... Meu pai me explicou que Massaká é o nome da tribo e Cassupá é o apelido. Não sei quem colocou esse apelido... Porque não conheci os outros parentes... Os que meu pai me mostrou já morreram todos. Hoje os que estão por aí já são outros... São os novos. Mas já se espalharam todos... Não sei nem para onde vivem... Sei desses que vivem lá para Porto Velho. (JOÃO MASSAKÁ, 2000: p. 72).

Desta narrativa, destaco a frase de João Massaká “*Para mim é tudo a mesma coisa.*” Percebe-se claramente que as classificações que remetiam a nacionalidade faziam parte da ação indigenista nesta região, construindo a demarcação de fronteiras. Atribuir aos índios a cidadania brasileira representava a introjeção do *habitus* do processo civilizatório. Contudo, na afirmação de João Massaká, esta questão não era assunto de discussão. Reconhecer-se índio com os *apelidos* Massaká, Cassupá ou Aikanã, pertencer as mesmas famílias, ter em comum a vivência de deslocamentos pelo território “*é tudo a mesma coisa*”, significa dizer que o reconhecimento com o território e sua identidade superam as fronteiras nacionais impostas a essas populações.

Sobre as transformações ocorridas na órbita dos postos indígenas, como foi citado anteriormente nas falas indígenas e nos documentos do SPI, os indígenas Massaká já tinham contato com os civilizados antes da Expedição Urucumacua. Outros agentes indigenistas citados são Clodoaldo e Gelson que estavam diretamente ligados a contextos de transformações das relações e com os deslocamentos. Os agentes indigenistas provocavam uma conturbação no que se refere a autoridades regionais.

A exemplo disso, Oliveira Filho (1988) dedicou parte de sua tese para descrever as mudanças, as negociações e conflitos vivenciados entre os indígenas Ticuna, agentes indigenistas e seringalistas no Alto Solimões. Oliveira Filho diz que

“[...] é necessário estudar a situação histórica precedente, onde a atividades seringalista exercia um domínio absoluto em nível regional, determinando o destino da população indígena. A presença efetiva de um novo ator social concretizada através da figura de um inspetor do SPI e da instalação de um Posto Indígena – modificou os padrões anteriores de dominação e fez surgir novas modalidades de relacionamento na área entre os diferentes atores sociais, índios e branco”. (OLIVEIRA FILHO, 1988: p. 60).

O contexto do estudo realizado por Oliveira Filho (1988) é diferente do contexto que venho descrevendo, entretanto há aproximações tendo em vista os elementos estruturais do SPI. No caso da região do Guaporé é necessário ter noção da grande diversidade étnica, como já foi apontado anteriormente, diferente do contexto estudado por Oliveira Filho. Isso é

importante para compreender as relações estabelecidas entres os seringalistas, seringueiros e as populações indígenas. Não é possível afirmar que no Vale do Guaporé havia um domínio absoluto do regime seringalista. Mas sem dúvidas esse regime provocou profundas transformações sociais.

O trabalho de Oliveira Filho (1988: p. 239-249) é fértil para discutir figura do *capitão*, um dos agentes da política indigenista. Sobre essa autoridade “[...] as características de sua ação e personalidade e indicando aproximativamente a duração de seu mandato”. (1988: p. 239). Segundo Oliveira Filho, “[...] se impôs aos funcionários do SPI o reconhecimento de um líder de prestígio (na avaliação dos encarregados) como capitão”. (1988: p. 249). Outro ponto pertinente tratado pelo autor é a relação entre as comunidades e as autoridades indicadas para assumirem cargo de comando. Escreveu Oliveira Filho:

[...] A administração ignora as concepções ignora as concepções nativas sobre o poder e a autoridade, imaginando o cargo de capitão como um último patamar da hierarquia colonial, desempenhando assim um papel determinante na escolha e investidura destes mandatários. Mas em sua tentativa de controle (muito mais que de entendimento) os encarregados sentem as consequências de suas opções através de resistência/assentimento dos índios aos *capitães* nomeados, aferindo todo o processo em termos de insucesso/sucesso das escolhas realizadas. *Em certo sentido o exercício de ajustamento e sobreposição de códigos quanto aos papéis políticos básicos é concebido à semelhança de um processo de experimentação sucessiva por ensaio e erro.* (OLIVEIRA FILHO, 1988: p. 249. Destaque foram feitos pelo o autor).

A discussão que repousa sobre as atuações do cargo de *capitão* no caso que apresento são vagas, pois os registros escritos do SPI e as narrativas indígenas não apresentam este agente de forma detalhada. Contudo, o narrar Cassupá rememora os agentes do SPI, *os brancos* e suas ações nos deslocamentos,

[...] os antigos contaram que antes do pessoal ir embora... Os brancos reuniram todo mundo de manhã no rodeio... para decidirem quem ia e quem não ia. Contam que os brancos chamados de Gelson e Clodoaldo chamaram todo mundo e uns índios diziam que iam, outros diziam que não iam. O cacique chamou todo mundo da aldeia pra saber quem ia... Enquanto estavam conversando o barco chegou e o branco falou que ia naquele dia mesmo e quem fosse ia com ele. Sei que acabou indo todo mundo... Tinha bastante gente pra ir... Ficaram em um lugar lá para o rumo de Guajará [Mirim]. Não sei o que aconteceu [...] (JOSÉ RIBEIRO AIKANÃ, 2000: p. 53).

A atuação dos *brancos* do SPI demonstrada nesta narrativa aponta a autoridade designada a este agente, e o poder de decisão sobre os deslocamentos. Em um contexto de

estudos onde prevalece as percepções do exercício tutelar desde seus agentes e agências, as concepções indígenas sobre essa atuação podem trazer elementos que revelam a ação dos indígenas – suas reflexões e estratégias – frente as empreitadas das políticas indigenistas.

Sobre questões éticas, sabemos que havia muitos desvios de conduta por parte dos indigenistas. Há vários exemplos nos trabalhos de Freire (2005), Oliveira Filho (1988), Souza Lima (1992) e entre outros que compõem essa escola de pensamento. A administração do Posto Indígena Ricardo Franco é mais um exemplo sobre esse tema dentro dos estudos sobre o SPI.

O agente Clodoaldo de Medeiros Penha, citado anteriormente, era funcionário do SPI acusado de vários delitos. No ano de 1948 o chefe da Nona Inspetoria Regional Alvaro Soares da Silva encaminhou ao delegado de polícia de Guajará-Mirim um processo administrativo contra Clodoaldo, sob acusações de praticar abusos sexuais a três indígenas. Naquele momento, o agente ocupava o cargo de encarregado do Posto Indígena Ricardo Franco. Como escreveu o Chefe da Inspetoria:

“com efeito Clodoaldo de Medeiros Penha praticou várias irregularidades que o incapacitaram e fizeam-no perder a confiança principalmente por ter abusado de três índias, de 7 a 15 anos, desvirginando-as e uma delas, por esse motivo, acaba de ser mãe. [...]. O art. 24 do decreto nº 5.484, de 27/6/1928, [Regula a situação dos índios nascidos no território nacional] em vigor, estabelece que os crimes contra a honra e honestidade das mulheres indígenas, quando forem cometidos por civilizados, serão punidos com as penas legais já existentes, e mais a dos agravantes caracterizado no art. Precedente ainda quando tenha havido no ato proposta ou consentimento da paciente, de seu pai, marido, irmão ou chefe da tribo”. (NUBARQ/SPI. Microfilme 044_00116).

O ocorrido relatado neste trecho revela mais uma das inúmeras violências impostas aos indígenas, e ainda que punição atribuída pelo SPI tenha o intuito de reparar a ação e coibir esta conduta por parte dos agentes indigenistas, é possível que este ocorrido seja um caso, entre os inúmeros não relatados e registrados nos documentos. Nesse sentido, estudar os Postos Indígenas é investir sob os microcosmos políticos das agências indigenistas em contextos regionais complexos e heterogêneos, com a emergência de múltiplas adequações na execução do poder tutelar.

Neste tópico aponte que a partir do contato com os agentes do SPI em 1940, as etnias Massaká, Aikanã e seus descendentes Cassupá passaram por vários Postos Indígenas presentes no rio Guaporé e alguns dos seus afluentes. Entre eles estavam os Postos Ricardo Franco, Tenente Lira, Pedro de Toledo e o Posto 15 de Novembro. Com base nas leituras dos

documentos, há muito por ser explorado sobre as relações estabelecidas nessa região entre as populações indígenas, os agentes de estados e outros atores sociais. Consta-se que os Postos Indígenas exerceram papéis fundamentais nas transformações das relações sociais, na ocupação do território nacional, na gestão de territórios e dos recursos naturais.

3.5. Em busca da vida de índio

Neste tópico procuro descrever os eventos que os Cassupá vivenciaram após a extinção do SPI e a criação da FUNAI (final da década de 1960 e início da década de 1970), passando pelo período da construção das reivindicações étnicas (meados da década de 1990) e culminando com a medida compensatória promovida pela Usina Hidrelétrica Santo Antônio (início da década de 2010).

O evento marcante no início da vida na cidade foi o local onde o grupo iria morar, conforme descrito no segundo tópico deste capítulo. O grupo vivenciou sucessivos deslocamentos – induzidos pelo SPI – saindo de Guajará Mirim em 1973 para cidade de Porto Velho. Na cidade, o local onde começaram a viver pertencia às dependências da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, e dada às condições de improviso, dispersaram-se em vários bairros da capital do estado. Esse período é pouco descrito no narrar Cassupá.

O contexto que marca a construção do narrar Cassupá repousa nas reivindicações étnicas iniciadas a partir da década de 1990. Vários temas abordados nos tópicos anteriores deste capítulo são rememorados e questionados a partir desse contexto de reivindicações. Retomo que na introdução deste trabalho fiz uma descrição sobre a conjuntura na qual as narrativas indígenas foram registradas. Prossigo com alguns trechos das narrativas indígenas que conduzem a discussão neste tópico:

Depois que eu tive conversando com meu pessoal... Com meu pai quando ele era vivo... Vi que era preciso fazer alguma coisa pra mudar nossa situação. Quando meu pai se aposentou precisava voltar pra aldeia... Mas as minhas irmãs não queriam voltar mais pra área... Porque elas já estavam acostumadas na área do branco... Mas eu falei dando esperança pra ele dizendo que se ele tivesse lá na aldeia eu podia ter voltado... Mas hoje acho

que nem tem precisão mais de voltar... Porque nos unimos e fizemos uma associação de índios desaldeados... Que são os Cassupá e os Salamãe... E começamos pedindo ajuda das outras comunidades pra ver se nós conseguíamos alguma coisa. Mas a gente não sabia qual era a lei que nos amparava e também quem poderia nos apoiar. Por muito tempo fiquei vendo por onde nós começávamos. Foram muitas entidades que esteve nos apoiando... Até que nós descobrimos qual a lei que garantia nossos direitos. (CLÓVIS CASSUPÁ, 2000).

Em 1995 nós começamos a fazer a primeira assembleia [...] Hoje existe a associação dos Cassupá e Salamãe. Nos unimos procurando saber os nossos direitos e esses direitos vieram pra nós e se Deus quiser vai todo mundo pra área... Porque todo mundo tá reconhecendo que na cidade não dá pra continuar vivendo. (CLÓVIS CASSUPÁ, 2000).

De acordo com Clóvis Cassupá “[os Cassupá] estão organizados politicamente em uma Associação dos Povos Indígenas Cassupá e Salamãe – OPICS”, fundada em 1995. A partir desta Organização, o grupo inicia as reivindicações territoriais, buscando através dos mais velhos a compreensão de sua origem e trajetória.

E hoje o pessoal da Funai precisa saber porque nós nos juntamos na associação dos Cassupá e dos Salamãe. Porque a FUNAI logo quando começamos a nos organizar considerou que nós não éramos índios. Quando nós soubemos disso nós começamos a nos movimentar... Fomos ver nossas histórias e procurando saber por onde anda aqueles mais velhos... Os antigos... Pra eles começarem a contar as nossas histórias... Por onde eles vieram e por onde nós fomos passando e porque nós estamos aqui em Porto Velho. Só que o pessoal mais velho que mora aqui em Porto Velho contam muito pouco da sede de onde saímos. Então nós fomos até na área dos Tubarão Latundê. Entramos em comunicação com o pessoal mais antigo que vive lá... Eles contaram a história verdadeira. Porque nós que estamos aqui em Porto Velho não sabíamos contar. (CLÓVIS CASSUPÁ, 2000).

O jornal *Alto Madeira* de (1988) e (1993), publicou em suas páginas a participação do engenheiro Victor Dequech nas prospecções das minas da expedição Urucumacua. Dequech destaca o contato estabelecido com algumas etnias, entre elas Aikanã e Massaká. Também concedeu ao jornal fotografias e o *croqui* da expedição. Esse evento é descrito no texto de José Inácio Cassupá citado no segundo tópico deste capítulo. A publicação no jornal passou a compor o *narrar Cassupá* corroborando com as argumentações para o reconhecimento étnico

Antes da criação da OPICS, quando os Cassupá buscavam as instituições indigenistas, escutavam que não tinham direito ao Registro Administrativo de Nascimento de Indígena – RANI. Também eram informados que não tinham direito aos tratamentos ofertados pela política de saúde indígena. A partir da Organização, os Cassupá começaram a exigir justificativas e medidas para mudar a condição de vida do grupo, pois identificados na

condição de “índios urbanos”, não poderiam ter acesso às políticas indigenistas pautadas nas terras indígenas. As justificativas dadas pelas instituições indigenistas eram apresentadas de forma verbal, e a situação muda à medida que exigem por escrito informações dos órgãos responsáveis. Por meio desse tipo de organização, a trajetória do grupo ficou conhecida em vários órgãos do estado. Assim, conseguiram reunir documentos (novas fontes), possibilitando construir novas questões sobre a sua própria trajetória.

A institucionalização das ações políticas da OPIC’S, as reivindicações registradas na escrita – o valor simbólico e burocrático do documento – resultaram na constante produção de Atas de reuniões e assembleias. Nesses documentos, percebe-se a utilização de alguns léxicos: “povo”, “oca”, “cacique”, “identidade étnica”. O uso desses léxicos são frutos de uma reflexividade no processo do reconhecimento étnico. Cria-se um tipo de ressonância idiossincrática tratando-se do “peso” que tais palavras têm dentro e fora do grupo, pois essa medida é vista como uma via de diferenciar-se do branco, uma marca de alteridade. A organização indígena foi a ferramenta encontrada pelos Cassupá para questionar o não cumprimento dos seus direitos previstos na Constituição Brasileira, inserido em uma conjuntura onde se procura construir, induzir e controlar as próprias mudanças.

No ano de 2007, a partir dessas movimentações, o Ministério Público Federal/Rondônia recebeu os questionamentos produzidos pela OPIC’S, e solicitou esclarecimentos à FUNAI no tocante ao território reivindicado pelos Cassupá. Em resposta, o documento produzido pela FUNAI consta de alguns trechos de relatórios da Fundação e alguns *croquis* elaborados pelo INCRA na década de 1970, que indicam a área reservada aos indígenas Aikanã, isto é, identificam como território dos Cassupá a Terra Indígena Tubarão Latundê⁸⁵. A resposta da FUNAI apresentava tão somente imagens cartográficas da terra indígena, estando ausente do documento argumentações e explicações que fundamentam o processo da identificação da TI Tubarão Latundê. As informações foram recortadas dos processos FUNAI/BSB/3503/76 e FUNAI/BSB/5020/77. Os dados são categorizados como “Croqui demonstrativo da segunda área reservadas aos índios Aikanã pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria (INCRA)”.

Nós os povos Cassupá, Salamã, Aikanã, Assiri, Kampé, reunidos na assembleia dos povos Cassupá [sic], no quilômetro 5,5 na BR – 364 sentido

⁸⁵ Decreto Nº 99.170, de 13 de março de 1990. Homologa a demarcação da Terra Indígena que menciona, no Estado de Rondônia. Art. 1º Fica homologada, para os efeitos do art. 231 da Constituição Federal, a demarcação administrativa promovida pela Fundação Nacional do Índio-FUNAI da Área Indígena Tubarão Latundê, localizada no Município de Vilhena, Estado de Rondônia, caracterizada como de ocupação tradicional e permanente indígena, habitada pelos grupos tribais Sabanê, Aikanã e Latundê, com superfície de 116.613,3671 hectares e perímetro de 177.380,98 metros.

Cuiabá, para reforçar nossa identidade étnica e reivindicar nossos direitos como povos indígenas para receber o tratamento a saúde diferenciada e buscar forçar na luta pela demarcação de nossa terra tradicional [...] viemos exigir providências no sentido de viabilizar perante a Funai a criação urgente do GT (Grupo de Trabalho) para identificação e legalização de nossa terra tradicional, localizada no município de Chupinguaia, rio Pimenta, desde o antigo Posto Indígena 15 de novembro ou Cascata até o rio Tanrú [...] (Ata da Assembleia de dezembro de 2007).

Um dado relevante, contudo ausente do narrar Cassupá é a Terra Indígena Massacá registrada nos documentos do Centro Ecumênico de Documentação e Informação- CEDI (1990), reservada exatamente no local onde os Cassupá iniciaram a vida em Porto Velho. O informativo indica os seguintes dados: “Terra indígena não reconhecida oficialmente. Povo: Aikanã. Situação jurídica: sem providência. Histórico: município de Porto Velho”. Por meio do Sistema de Informação ao Cidadão (SIC), procurei a FUNAI para ter acesso ao processo sobre essa terra indígena. Entretanto, a resposta que obtive foi

conforme resposta proferida pela unidade da Funai responsável pelo assunto do seu pedido de informação, informamos que a Terra Indígena ‘Massaká’, município de Porto Velho/RO, não está registrada no Sistema Indigenista de Informação (SII), bem como na Coordenação Geral de Identificação e Delimitação (CGID), desta Fundação. (FUNAI/SIC, 2013).

Não há transparência sobre a possibilidade de se realizar estudos da viabilidade de demarcação de terra indígena para a área onde os Cassupá viviam em Porto Velho. A partir dos relatos indígenas pode-se dizer que essa área não foi cedida oficialmente pela EMBRAPA, os indígenas foram levados e ocupam esta área em condições de improviso. Devido ausência dessa informação nas narrativas, é possível afirmar que o grupo nunca foi consultado. O CEDI (1990) fez essas afirmações com base em um relatório da FUNAI de 1989.

As reivindicações dos Cassupá atingem notoriedade no campo da política indígena e indigenista no estado de Rondônia, entre meados da década de 1990 e a década de 2000. A OPIC`S promoveu inúmeras reuniões para organizar suas reivindicações e o representante Clóvis Cassupá esteve presente em vários outros eventos no estado de Rondônia. Um exemplo é a sua presença no programa de mitigação socioambiental da Usina Hidrelétrica Santo Antônio.

O programa de mitigação socioambiental da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, denominado “*Programa de Proteção aos Povos Indígenas Cassupá e Salamã, na área de*

influência da UHE Santo Antônio Porto Velho, Rondônia” é um diagnóstico socioambiental participativo produzido pela empresa Gameleira Consultoria LTDA em convênio entre Santo Antônio Energia S.A e FUNAI. O período de realização do diagnóstico foi entre abril e julho de 2012, resultando a publicação em três volumes. A equipe foi composta pelo antropólogo Paulo Roberto Nunes Ferreira, engenheiro florestal Ceusnei Simão e com participações de José Inácio Cassupá e Clóvis Fernando Cassupá.

Os autores categorizam esse trabalho como diagnóstico socioambiental participativo, que objetivou “responder questões colocadas pelo Termo de Referência emitido pela FUNAI, específico aos Cassupá e Salamã, bem como os pontos de vistas indígenas sobre a questão”. (FERREIRA & SIMÃO, 2012: p.16). A orientação do diagnóstico seguia os acordos firmados no convênio citado acima, destaco o seguinte escopo:

“[...] o objetivo do Convênio Fase 2 é a implementação das ações do Programa de Proteção dos Povos, Referências e Terras Indígenas sob a influência da UHE Santo Antônio ('Programa de Proteção'), composto do Programa de Proteção das Terras Indígenas Karipuna e Karitiana, Programa de Proteção aos Povos Indígenas Cassupá e Salamã e do Plano de Trabalho Fase II da Frente de Proteção Etnoambiental Madeira Purus”.

O resultado do diagnóstico foi a inclusão dos povos Cassupá e Salamã nas ações de mitigação e compensação promovidas pelo consórcio Santo Antônio Energia S/A. Os acordos resultaram na produção de um Plano Básico Ambiental, com o compromisso de construção de uma escola estadual. Entretanto, a inclusão dos Cassupá é reivindicação da organização indígena OPIC'S, sob a mediação do Ministério Público Federal/RO e o consórcio da hidrelétrica.⁸⁶

A participação dos Cassupá no programa de mitigação socioambiental da Usina Hidrelétrica Santo Antônio é um exemplo de estratégia e articulação dos indígenas conforme as conjunturas, que difere das primeiras reivindicações, quando se exigia a formação de um Grupo de Trabalho e demarcação de uma Terra indígena. Neste caso específico, os Cassupá agenciam contextos das políticas indígenas e indigenistas, envolvendo agências governamentais, órgão indigenista e agências privadas.

⁸⁶ “A partir das reuniões, foram firmados compromissos entre o MPF/RO e o consórcio construtor da hidrelétrica. Os Kassupá e Salamã receberão compensações semelhantes às destinadas aos povos Karitiana e Karipuna, considerando suas peculiaridades. Os indígenas participarão da formulação dos projetos, bem como da sua execução. A Funai estabelecerá o cronograma do projeto e fará a fiscalização do atendimento aos direitos e interesses da comunidade. ” Acesso: <http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/1966-indios-kassupa-e-salamai-receberao-compensacoes-da-uhe-santo-antonio>. Em: 07/04/2015

Em suma, a proposta desde capítulo foi apresentar os Cassupá como caso exemplar para refletir as ações do SPI na formação de Rondônia. A amálgama de fontes documentais, narrativas indígenas, relatórios do SPI dão destaque a trajetória constituída por este grupo. O exercício de leitura multissituada, que entrelaçam os marcadores de mudança social a fenômenos específicos, estabelecendo conexões, associações ou justaposições, compõe a etnografia aqui empreendida.

Destaco que neste exercício, os entendimentos das dinâmicas dos marcadores de mudança social ultrapassam as conexões estabelecidas, pois o desvelar de novos elementos redefinem cada situação. Ao seguir, a exemplo, *a história do grupo Cassupá*, elenquei pontos presentes na narrativa de José Inácio Cassupá que se revelam em outras nuances nos relatórios das expedições do SPI – como a expedição Urucumacuã. Ainda partindo desta narrativa, as memórias dos deslocamentos dos Cassupá, Aikanã e Massaká acompanhando os Postos Indígenas do SPI mostram as ligações entre diferentes fenômenos: o SPI e seus dispositivos atuando na incorporação do indígena à nação brasileira e as percepções e memórias indígenas sobre estes deslocamentos, a partir de elementos como o território (estradas, rios), parentesco (famílias, filhos, casamentos) e cotidiano (construção de casas, atividades de roça e criação de gado), e as ressignificações dessas vivências na identidade étnica do grupo na cidade de Porto Velho.

De certo, o aprofundamento de tais questões apontadas renderia várias etnografias focando esses aspectos. Contudo, a perspectiva multissituada permite estabelecer associação entre locais (territórios, espaços geográficos) e fatos (eventos históricos, acontecimentos), fazendo escolhas que permitam a compreensão de uma determinada conjuntura.

Como caso exemplar, o exercício apresentado nessas páginas também compõe a construção do território de Rondônia. Este empreendimento é uma contribuição na leitura sobre a formação deste território, como também indica a agenda de pesquisa que venho desenvolvendo, como apontei no início das proposições.

Considerações Finais

As páginas precedentes foram telas para discutir os principais fenômenos que compõem o processo da *formação de Rondônia* enquanto um projeto de Edgar Roquette-Pinto e trecho do “grande cerco de paz” projetado por Rondon. Desta maneira a pesquisa demonstrou como os conhecimentos etnológicos e geográficos dos agentes indigenistas orientavam as políticas do SPI. Tais conhecimentos, experiência e habitus indigenista conduziam as transformações dos territórios étnicos e por consequência construíram os elementos para a formação de Rondônia.

Por ora, dedicado a construção de Rondônia, além de construir uma cronologia da vida político-administrativa do SPI, descrevo projetos e ações indigenistas construtores de determinadas cartografias sociais, cuja crença em construir uma nação, produziu alteridades e mudanças sociais. Partindo dos documentos do SPI bem como a escrita da tutela indigenista destacados nos relatórios de atividades elaborados pelos agentes indigenistas. O projeto político de (re) definir o lugar do indígena “no destino da nação brasileira” esteve repleto de introjeção da poética nacionalista republicana. Essas práticas e discursos foram peças chave para construção de fronteiras e unidades sociais, isto é, diz respeito aos esforços de estabelecer táticas de incorporações das sociedades indígenas nas políticas de gestão de território.

Com as orientações das teorias evolucionistas, Roquette-Pinto encontrou material empírico comprovando o estágio primitivo do “índio brasileiro”, constatando empiricamente a necessidade de guia-los à civilização. “Guiá-los a civilização” estava no campo da performance discursiva, pois na prática, no cotidiano, essa incorporação gerou resultados desastrosos. Guiar o índio à civilização estava amalgamada a estratégias de dominação, controle de populações e territórios. A expedição “Serra do Norte”, conduzida por Rondon, já expressava os objetivos do SPI enquanto política indigenista.

Uma questão central das proposições que venho formulando sobre a presença indígena nos projetos de colonização do século XX é a necessidade de uma maior abrangência analítica, que não seja direcionada somente às agências indigenistas. Como é descrito nesta

dissertação, algumas transformações realizadas pelo SPI foram utilizadas no contexto dos projetos da FUNAI e do INCRA realizados na década de 1970 e 1980.

De imediato, cabe neste momento levantar a problemática, registrando-a neste trabalho: para compreender a política indigenista na formação de Rondônia se faz necessária uma etnografia histórica sobre a construção das Terras Indígenas – TI em Rondônia. Tal empreendimento exige maior acuro, requer uma leitura que recupere as ações do SPI e descreva a simultaneidade das de demarcação das Terras Indígenas e a execução dos Projetos de Incentivo a Colonização – PIC; entram na pauta desse estudo os conflitos pela posse de terras, grilagem, construção de hidrelétricas, exploração de madeira, minérios e os projetos de assentamentos.

As TI foram demarcadas com base na categoria “terra tradicionalmente ocupada”, todavia, o contexto no qual a FUNAI realizou os procedimentos o que era considerado “tradicional” fora modificada décadas antes com os projetos governamentais e a atuação do SPI.

Destarte, a *trajetória Cassupá* é um caso exemplar para descrever com mais detalhes alguns eventos nos quais os dispositivos do *poder tutelar* foram exercitados, legitimando políticas indigenistas que em seu bojo induziram transformações territoriais e sociais, mesmo que de forma não intencionada, corroborativas à formação de Rondônia.

Ainda sobre os Cassupá, destaco que em 1980, o Grupo de Trabalho – GT para identificação da atual Terra Indígena Tubarão Latundê, município de Chupinguaia, sul de Rondônia, foi composto por Jane Lúcia Faislon Galvão, antropóloga, e pelo engenheiro agrimensor José Jaime Mancin, ambos pertenciam ao quadro de funcionários do Departamento Geral do Patrimônio Indígena – DGPI⁸⁷. No início das atividades, a terra era registrada como “área indígena Tubarão/Massacá”.

O relatório de Galvão e Mancin tinha “*por principal objetivo a eleição de uma área indígena para os índios que estão localizados no Setor II da Gleba Corumbiara*”⁸⁸. Nessa conjuntura, os PIC ditavam uma nova ocupação territorial, mediada pelos indigenistas, direcionada aos indígenas habitavam o “*Setor II da Gleba Corumbiara*”.

Os autores do relatório indicam os estudos realizados por Delvair M. Melatti (Processo FUNAI/SBS/3503/76) e Ana Maria R. Lange (Processo FUNAI/BSB/3781/78) e relatórios de

⁸⁷ Processo FUNAI/BSB/3503/76.

⁸⁸ Sobre esses projetos Cf. (MOSER, 2006), (TIMÓTEO DA CUNHA, 2009, 2010).

funcionários da Funai para afirmar que “*Tudo indica que os índios do Setor II (conhecidos por Tubarão e Massacá) só foram ‘descobertos’ pelo órgão tutelar em 1976, ano a partir do qual podem ser encontrados documentos na FUNAI acerca dos referidos índios*” (GALVÃO & MANCIN, 1980: p. 2). A partir do relatório produzido por Delvanir Melatti, Galvão e Mancin afirmam que os Massacá “*segundo informações se dispersaram pelo Território de Rondônia, encontrando-se em fase de extinção*”. Aparentemente há um hiato entre os registros produzidos pelo SPI e as atividades da FUNAI, como se estivesse “começando do zero”.

Esse tipo “esquecimento” corrobora para descontextualizar a presença indígena na formação de Rondônia. Os indígenas tratados no relatório tiveram registros no livro “Índios do Brasil”, publicado em 1946, entretanto os responsáveis pelo GT, mesmo citando esse livro nas suas referências, afirmam esses indígenas só foram *descobertos* pela FUNAI em 1976. Outro aspecto é a afirmação de que os indígenas “*se dispersaram pelo Território*”, ficando completamente de fora do campo analítico os descolamentos compulsórios promovidos pelo SPI, tema que foi abordado no terceiro capítulo. A trajetória Cassupá, um amálgama de relações sociais que revelam as ações das agências indigenistas abordadas nas proposições deste trabalho.

As políticas indigenistas construíram cartografias sociais de forma singular tendo em vista sua *expertise*. As mudanças nos territórios étnicos estavam amalgamadas com vários projetos de reocupação e reconhecimento territorial. As transformações no uso e ocupação territorial estavam inseridas em vários projetos políticos nacionais.

A criação dos Territórios Federais envolveu muitos atores, instituições e campos político, econômico e científico, seja sobre os recursos naturais, a construção de cartografias, etnografias das ocupações territoriais construídas pelos povos indígenas. Acrescentam-se a esses elementos os debates da ciência jurídica, as estruturas de Estado que embasavam a criação desses territórios.

Outro ângulo da historiografia dos pioneiros é o esforço por parte de um grupo de intelectuais em construir uma região e um território. Descrevendo as características geológicas e da fauna dos rios, porém silenciando os povos, ou quando descrevem e exaltam a conquista. Nessas obras as populações indígenas foram ilustres desconhecidas.

Ainda no campo da leitura da atuação do SPI na construção de Rondônia, um caminho que indico é seguir a trajetória administrativa de cada Posto Indígena. A

nomenclatura dos Postos nessa região eram homenagens aos agentes que participaram das atividades do SPI, como por exemplo: “Dr. Tanajura”, “Rodolfo Miranda”, “Cel. Tiburcio”, “Tenente Marques”, “Major Amarante”, “Tenente Lira”, “Ricardo Franco”, “Ministro Pedro de Toledo”. Nota-se a importância em compreender a trajetória desses agentes “homenageáveis” e principalmente as estratégias de ocupação e de fazer o Estado presente em cada um desses Postos. Trago nesse trabalho alguns elementos que apontam a construção da política indigenista no cotidiano dos Postos.

A tríade “*ameaças, protegidos e protetores*” foi construída com o intuito de descrever o sistema classificatório do SPI, esses termos na forma como utilizo não foram construídos pelos agentes, utilizo-os como um recurso analítico. As *ameaças*, corresponde aos grupos que questionavam e denunciavam o SPI, os “donos” de castanhas, seringalistas etc., que utilizavam a mão de obra indígena e os recursos naturais sem o aval da agência indigenista. O léxico *proteção* indica manter sob guarda, proteger algo ou alguém do perigo. Nesse sentido, a *proteção* exercitada pelo SPI era direcionada aos povos indígenas, os *protegidos*, seguindo a conveniência desta agência. O SPI enquanto agência de política indigenista e representação de um aparato do Estado exercia tal proteção, nesse ponto encontramos os *protetores*, aqueles agentes que eram especializados em índios cujo conhecimento e prática advindos da atuação dentro do SPI legitimava suas intervenções.

É interessante pensar também sobre a concepção de violência dentro do sistema de classificação do SPI. Sob a perspectiva da agência indigenista, as transformações promovidas não eram consideradas violentas. Contudo, as ocupações territoriais sem o aval do SPI eram ameaças. O mesmo ocorria em relação a força de trabalho indígena. Ao trabalhar nas atividades do SPI como parte de um programa de nacionalização, a agência indigenista apontava como uma ação redentora, como uma dádiva. Novamente, se os indigenistas trabalhavam para empresas que não tinham o aval do Serviço era praticada a exploração da mão de obra.

As concepções sobre “violência e não violência” executada pelo SPI estava ligada a perspectiva evolucionista, onde os indígenas eram orientados para acompanhar a civilização. O fato de não conceber as políticas indigenistas como promotoras de violência, ainda que fique claro os elementos de dominação, demonstra mais um aspecto da complexidade de estudar essas práticas.

Apresento aqui os primeiros resultados da pesquisa, elucidando a complexa rede de ações governamentais e científicas, amalgamadas a um processo de formação de Estado, produtoras de alteridades e mudanças sociais que estruturaram em determinadas proposições a formação de Rondônia. Ciente das lacunas, é oportuno frisar os apontamentos que indico as novas pesquisas que desejarem enveredar por esta seara, e alguns dos caminhos que proponho continuar. Apontar que a participação do SPI na formação de Rondônia se deu pela mediação, executando dispositivos de autoridade da tutela indigenista, são os elementos centrais para compreender a ação das políticas indigenistas na formação de Rondônia.

REFERÊNCIAS

Bibliografia citada

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. 1993. *Conflito e mediação: os antagonismos sociais na amazonia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado*. (Tese de doutorado defendida no PPGAS/Museu Nacional).
- _____. 2008a. *Antropologia dos arquivos da amazônia*. Rio de Janeiro: Casa 8. Fundação Universidade do Amazonas.
- _____. 2008b. *Terra de quilombo, terras de indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. Ed, Manaus: PGSA-UFAM.
- AYRON DALL’IGNA Rodrigues. 1986. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo, Edições Loyola.
- ANDERSON, Benedict R. [1983] 2008. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- ARRUDA, Lucybeth Camargo de. 2003. *Posto Fraternidade Indígena: Estratégias de Civilização e Táticas de Resistência 1913- 1945*. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em História Universidade Federal de Mato Grosso.
- _____. 2011. “Fases do indigenismo oficial brasileiro – uma discussão sobre ‘raças’ indígenas via o SPI” In: Freire, Carlos Augusto da Rocha (Org.). *Memória do SPI. Textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)*. Rio de Janeiro. Museu do Índio – FUNAI, p. 351-362.
- BAGOLIN, Darni Pillar. 2009. *O indígena na república velha: as instituições de proteção no Rio grande do Sul*. Dissertação de mestrado (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Passo Fundo).
- BECKER, Howard. 1996. “Conferência. A Escola de Chicago”. *MANA* 2(2):177-188.
- BERNARDINO, Maria Gabriela de Almeida. 2013. *Um mapa para a república: a comissão da carta geral do Brasil (1903-1932)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) -Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz.
- BIGIO, Elias dos Santos. 2003. *Linhas telegráficas e integração de povos indígenas: as estratégias políticas de Rondon (1889–1930)*. Brasília: CGDOC/FUNAI.
- BOURDIEU, Pierre. 1989. *O poder simbólico*. São Paulo: Difel.
- _____. 1996. *Razões práticas sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus.
- _____. 2002. *A Produção da Crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. São Paulo: Zouk.
- _____. & SAYAD, Abdelmalek. 2006. “A dominação colonial e o saber cultural” *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, Nº 26.
- _____. 2008. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp.
- _____. 2014. *Sobre o Estado*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CÁCERES, João d’Albuquerque de Mello Pereira e. 1795. “Correspondência do governo de Mato Grosso, 1777-1805”. IN: ROQUETTE-PINTO, Edgar. 1975. *Rondônia*. 6 Ed. São Paulo: Ed. Nacional. Biblioteca pedagogia brasileira, série V. Brasileira, Vol. XXIX.

- CANTANHEDE, Antônio. 1950. *Achegas para a história de Porto Velho*. Manaus: s/ed.
- CARONE, Edgard. 1977 *O Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo/Rio de Janeiro, Difel.
- _____. 1991. *Brasil: anos de crise (1930-1945)*. São Paulo: Editora Atica.
- _____. 1989. *Classes sociais e movimento operário*. São Paulo: Editora Atica.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 2006. *Caminhos da identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Paralelo 15.
- CEDI. Centro Ecumênico de Documentação e Informação. 1991. *Povos Indígenas no Brasil 1987/88/89/90*. Aconteceu Especial 18. São Paulo, CEDI.
- CHAPELLE, Richard. *Os índios Cintas-Largas*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.
- CHARTIER, Roger. 1990. *A História Cultural. Entre Práticas e Representações*. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil.
- CIMI. Conselho Indigenista Missionário. 2002. *Panewa*. Porto Velho. CIMI.
- CLAVAL, Paul. 2006. *A geografia cultural*. Florianópolis: Ed da UFSC.
- CLOVIS CASSUPÁ, 2000. "Clovis Cassupá". In: MACIEL, Márcia Nunes. *A Construção de uma identidade: História Oral com os Cassupá*. Porto Velho: Monografia.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. 1947. "Vultos da Geografia do Brasil: Francisco Antônio Pimenta Bueno". *Revista Brasileira de Geografia*, Volume 9, Nº 1 p: 105-109.
- CORRÊA, Mariza. *Antropólogas & Antropologia*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- CORRÊA, José Gabriel Silveira. 2002. *A administração dos índios: as diretrizes para o funcionamento dos postos indígenas do SPI*. In: LIMA, Antonio Carlos de Souza (Org.). *Gestar e gerir: estudos para uma Antropologia pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: NUAP/UFRJ. p. 125-146.
- COSTA, Craveiro. 1940. *A conquista do deserto ocidental*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- CRAIG, Nevil B. 1947. *Estrada de Ferro Madeira Mamoré: história trágica de uma expedição*. São Paulo: Imprensa Nacional.
- DAVIS, Shelton H. 1978. *Vítimas do milagre: o desenvolvimento e os índios do Brasil*. Rio de Janeiro : Zahar Ed.
- DUTRA, Claudio Vieira. 2012. "Tributo a Victor Dequech". *REM: R. Esc. Minas*, Ouro Preto, 65(1), jan. mar. p. 10.
- DAL POZ NETO, João. 1991. *No país dos Cinta Larga: uma etnologia do ritual*. São Paulo: USP. (Dissertação de Mestrado).
- DECCA, Edgar de. 1981 *O Silêncio dos vencidos*. São Paulo, Brasiliense.
- DECCA, Maria. 1987. *A Vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920-1934)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- DEQUECH, Victor. *Fotografia oferecidas ao CNPI pela Comissão para o Estudo das Jazidas Auríferas do Urucumacuan (Rondon, 1946, v1, p. 199 a 205)*.
- _____. 1988a. "Expedição Urucumacuan Notas do Diário de Viagem". Alto Madeira. Porto Velho, Caderno 2. p. 1-4.
- _____. 1988b. "Expedição Urucumacuan Notas do Diário de Viagem". Alto Madeira. Porto Velho, Caderno 3. p. 1-6.

- _____. 1993. "Expedição Urucumacuan Notas do Diário de Viagem". Alto Madeira. Porto Velho, Caderno 3. p. 1-4.
- ELIAS Norbert _____. 1993. *O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., v. II
- _____. 2006 [1972]. "Processos de formação de Estados e construção de nações". In: *Escritos & ensaios; 1: Estado, processo, opinião pública*. Organização e apresentação Federico Neiburg e Leopoldo Waizbort. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. p.153-165.
- ERTHAL, Regina. 1992. *Atrair e pacificar: a estratégia da conquista*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – PPGAS/MN, UFRJ, Rio de Janeiro.
- FABRE, Alain. 2009 Aikanã. In: *Diccionario etnolingüístico y guía bibliográfica de los pueblos indígenas sudamericanos*. (Disponível: <http://butler.cc.tut.fi/~fabre/BookInternetVersio/Dic=Aikana.pdf>).
- FARIAS JUNIOR, Emmanuel de Almeida. 2011. "Negros do Guaporé: O Sistema Escravista a as Territorialidades Específicas". *Revista Ruris*. Volume 5, Número 2, Setembro. p-p 85-116.
- FAUSTO, Boris. 1970. *A revolução de 1930; historiografia e história*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- FERREIRA Paulo, Roberto Nunes & SIMÃO, Ceusnei 2012. Programa de Proteção aos Povos Indígenas Cassupá e Salamã, aa área de influência da UHE Santo Antônio - Porto Velho, Rondônia. Volume 1. Diagnóstico Socioambiental Participativo. Gameleira Consultoria Ltda Rio Branco.
- _____. Programa de Proteção aos Povos Indígenas Cassupá e Salamã, aa área de influência da UHE Santo Antônio - Porto Velho, Rondônia. Volume 3 – Programas de Compensação Socioambiental. Gameleira Consultoria Ltda Rio Branco.
- _____. Programa de Proteção aos Povos Indígenas Cassupá e Salamã, aa área de influência da UHE Santo Antônio - Porto Velho, Rondônia. Volume 2 – mapas temáticos. Gameleira Consultoria Ltda Rio Branco.
- FERREIRA, Manoel Rodrigues. 1987 *A Ferrovia do Diabo: história de uma estrada de Ferro na Amazônia*. São Paulo: Melhoramentos.
- FONSECA, Dante Ribeiro & TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues Teixeira. 2002. *História Regional (Rondônia)*. Porto Velho: Rondoniana.
- FONSECA, Dante Ribeiro. 2014. *Estudos de História da Amazônia*. Vol I. Porto Velho: Rondoniana.
- FOUCAULT, Michel. 2008. *Segurança, Território, População*. Curso dado no Collège de France (1977-1978) Tradução Eduardo Brandão; revisão de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes.
- FRANÇA, Luciana Barroso Costa. 2012. *Caminhos cruzados: parentesco, diferença e movimento entre os Kagwahiva*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social .
- FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. 1990. *Indigenismo e Antropologia - O Conselho Nacional de Proteção aos Índios na gestão Rondon (1939-1955)*. Dissertação (Mestrado) Mestrado em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ
- _____. 1996. *A criação do conselho nacional de proteção aos índios e o indigenismo interamericano (1939-1955)*. Boletim do Museu do Índio. Documentação, Rio de Janeiro v. 5, p. 1-66.

- _____. 2003. *Dos Xavante aos Kayapó: políticas de pacificação e territorialização de povos indígenas (1940–1960)*. XXVI Encontro Anual da ANPOCS GT Povos Indígena.
- _____. 2005. *Sagas Sertanistas: Práticas e Representações do Campo Indigenista no Século XX*. Tese (doutorado) – UFRJ/ MN/ Programa de Pós-graduação em Antropologia Social.
- _____. 2007. *O SPI na Amazônia: Política indigenista e conflitos regionais (1910-1932)*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Museu do Índio.
- _____. 2009. *Rondon: A construção do Brasil e a causa indígena*. 1. ed. Brasília: Abravídeo.
- _____. 2011. *Memória do SPI. Textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)*. Rio de Janeiro. Museu do Índio – FUNAI, p. 255-266.
- GAGLIARDI, José Mauro. 1989. *O Indígena e a República*. São Paulo: Editora Hucitec.
- HARDMAN, Francisco Foot. 1988. *Trem Fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Cia., das Letras.
- GALVÃO, Eduardo. 1960. Áreas Culturais indígenas do Brasil 1900-1959. In: Encontro de Sociedades Índios e Brancos no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HOERHANN, Rafael Casanova de Lima e Silva. 2005. *O Serviço de Proteção aos Índios e os Botocudo: a política indigenista através dos relatórios (1912 – 1926)*. Dissertação (Mestrado de História do Curso de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina).
- _____. 2011. *O Serviço de Proteção aos Índios e a desintegração cultural dos Xokleng (1927-1954)*. (Tese de doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História.
- HUGO, Vitor. 1959. *Desbravadores*. Humaitá. Vol I e II.
- _____. 1995. *Cinquenta ano do Território Federal do Guaporé*. ABG gráfica.
- JOSÉ RIBEIRO AIKANÃ. 2000. *José Ribeiro Aikanã*. In: MACIEL, Márcia Nunes. *A Construção de uma identidade: História Oral com os Cassupá*. Porto Velho: Monografia.
- JOÃO MASSAKÁ, 2000. *João Massaká*. In: MACIEL, Márcia Nunes. *A Construção de uma identidade: História Oral com os Cassupá*. Porto Velho: Monografia.
- JOSÉ INÁCIO CASSUPÁ “A História do Grupo Cassupá”, IN: SAMPAIO, Wany. 1997. *Os povos indígenas de Rondônia*. Porto Velho: Edufro.
- KAFKA, Franz. 2002. “Durante a construção da muralha da China”. IN: *Narrativas do espólio*. São Paulo: Companhia das letras.
- KUPER, Adam. 2008. *A Reinvenção da Sociedade Primitiva. Transformações de um Mito*. Recife, Editora Universitária – UFPE.
- LEAL, Paulo Nunes. *O outro braço da Cruz*. Porto Velho: Rondônia, 1984.
- _____. *Coronel Ricardo Franco de Almeida Serra*. Rio de Janeiro. 1986.
- LEONEL, Mauro. 1996. Etnodicéia Uruéu-au-au. São Paulo: Edusp/IAMÁ/ FAPESP
- LEVI-STRAUSS, Claude. 1948. Tribes of the Right Bank of the Guaporé River. In: STEWARD, Julian (org.) *Handbook of South American Indians*, V. 3, Washington: Smithsonian Institution, Bulletin 143, pp: 371-379.
- _____. 1994. *Saudades do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- LIMA, Nísia Trindade; FONSECA, Cristina; HOCHMAN, Gilberto. 2005. *A Saúde na Construção do Estado Nacional no Brasil: Reforma Sanitária em perspectiva histórica*.

- In: LIMA, Nísia Trindade et. al. (orgs.). *Saúde e Democracia: História e Perspectivas do SUS*. Rio de Janeiro: Fiocruz. Parte I – n. 1. p. 27-58.
- LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. 1996. *Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitário da Primeira República*. In: Maio, Marcos Chor & SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, p.23-40.
- LIMA, Nísia Trindade. 1999. *Um sertão chamado Brasil: Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Editora Revan.
- _____. 2010. *Antropologia, raça e questão nacional: notas sobre as contribuições de Edgard Roquette-Pinto e um possível diálogo com Franz Boas*. In: Heizer, Alda & Videira, Antonio Augusto Passos (orgs.). *Ciência, Civilização e República nos trópicos*. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, p. 255-276.
- LIMA, Abnael Machado. *Terras de Rondônia. Geografia Física e Humana*. OFF-7 Editora Gráfica Ltda.
- MACIEL, Márcia Nunes. 2000. *A Construção de uma identidade: História Oral com os Cassupá*. Porto Velho: TCC.
- MALDI, Denise. 1986. *Uma Etnografia e o seu propósito: os Suruí de Rondônia*. Anuário Antropológico 85, Rio de Janeiro, p. 283-294, 1986.
- _____. *Guardiães da fronteira: rio Guaporé, séc. XVIII*. Petrópolis, RJ : Vozes, 1989.
- _____. *O complexo cultural do Marico: sociedades indígenas dos rios Branco, Colorado e Mequens, afluentes do Médio Guaporé*. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, v. 7, n. 2, p. 219-269, 1991. (Série Antropologia).
- MALINOWSKI, Bronislaw. 1976. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo, Abril Cultural, Pensadores, Ática.
- MARIA TADEU AIKANÃ. 2000. *Maria Tadeu Aikanã*. In: MACIEL, Márcia Nunes. *A Construção de uma identidade: História Oral com os Cassupá*. Porto Velho: Monografia.
- MARTINS, Fernanda Santa Roza Ayala. 2012 *O Serviço de Proteção aos Índios e localização de trabalhadores nacionais e a política na primeira república: grupos agrários, projetos e disputas no maranhão (1910-1918)*. Dissertação (mestrado de história social da Universidade Federal Fluminense – Rio de Janeiro).
- MAUSS, Marcel. [1935] 2003. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify.
- MELATTI, Júlio Cesar 2001. *Áreas Etnográficas da América Indígena*. Disponível: <http://www.juliomelatti.pro.br/areas/00areas.pdf>.
- MELLO-LEITÃO, Cândido de. *História das expedições científicas no Brasil*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1941.
- MELO, Joaquim Rodrigues de. 2007. *A política indigenista no Amazonas e o Serviço de Proteção aos Índios: 1910-1932*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Ciências Humanas e Letras.
- _____. “O SPI no Amazonas: 1910-1932” In: Freire, Carlos Augusto da Rocha (Org.). *Memória do SPI. Textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)*. Rio de Janeiro. Museu do Índio – FUNAI, p. 403-418.
- MENEZES, E. P. M. 1980. *Retalhos para a História de Rondônia*. Manaus, Imprensa Oficial do Estado do Amazonas.

- MERE, Gleice. 2013. "*Emil-Heinrich Snethlage (1897-1939): nota biográfica, expedições e legado de uma carreira interrompida*". Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 8, n. 3, p. 773-804, set.-dez.
- MINDLIN, Betty. 1982. Demarcações paradas, prossegue a BR-364. In: *Povos Indígenas no Brasil 1982*. Aconteceu Especial 12. São Paulo, CEDI.
- MOSER, Lilian. 1993. *Os Karitiana e a colonização recente em Rondônia. Monografia de bacharelado*, Universidade Federal de Rondônia.
- NÓBREGA, Renata da Silva. 2008. *Contra as invasões bárbaras, a humanidade: a luta dos Arara (Karo) e dos Gavião (Ikólóehj) contra os projetos hidrelétricos do rio Machado, em Rondônia*. Dissertação de mestrado, UNICAMP.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. 1988. *Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia*. Campinas: papiros.
- OLIVEIRA, Humberto de. 1947. *Coletânea de leis, atos e memoriais referentes ao indígena brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- OLIVEIRA, Priscila Enrique de. 2011. "Transformar o índio em um índio melhor": saúde e doença no contexto do indigenismo (1910-1967)". In: Freire, Carlos Augusto da Rocha (Org.). *Memória do SPI. Textos, imagens e documentos sobre Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)*. Rio de Janeiro. Museu do Índio – FUNAI, p 192-200.
- OIT. Organização Internacional do Trabalho. 2011. *Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT*. Brasília: OIT.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. 1983. "Terras Indígenas no Brasil: uma tentativa de abordagem sociológica". *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, n. 44, out. 1983. (Série Antropologia).
- _____. 1988. *O nosso governo: Os Ticuna e Regime Tutelar*. São Paulo: Marco Zero; Brasília.
- _____. 1998. (Org.). *Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- _____. 1999. *Ensaio em antropologia histórica*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- _____. & SANTOS, Flávia Moreira. 2003. *Reconhecimento étnico em exame: dois estudos sobre Caxixó*. Rio de Janeiro: Contra capa Livraria/ LACED
- _____. & FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. 2006. *A presença indígena na formação do Brasil*. Edições MEC/Unesco: Brasília.
- _____. 2011. "O paradoxo da tutela e a produção da indianidade: ação indigenista no Alto Solimões (1920-1970)". In: Freire, Carlos Augusto da Rocha (Org.). *Memória do SPI. Textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)*. Rio de Janeiro. Museu do Índio – FUNAI, p. 427-442.
- _____. 2016. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: "pacificação", regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- OTT, Ari Miguel Teixeira. 2002. *Dos projetos de desenvolvimento ao desenvolvimento dos projetos: o Planaflo em Rondônia*. 2002. 177 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.
- PARESCHI, A. C. 2002. *Desenvolvimento sustentável e pequenos projetos: entre o projetismo, a ideologia e as dinâmicas sociais*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília.

- PERES, Sidnei. 1992 *Arrendamento e Terras Indígenas. Análise de Alguns Modelos de Ação Indigenista no Nordeste (1910-1960)*. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social Universidade Federal do Rio de Janeiro
- RABELLO, Antônio Cláudio Barbosa. 2004. *Inventando o outro: Representações do Desenvolvimento e da Fronteira amazônica*. Tese Doutorado. Programa De Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido.
- RIBEIRO, Darcy. 1962. *A política indigenista brasileira*. Rio de Janeiro: MA & SIA.
- PINTO, Nicole Soares. 2009. *Do poder do sangue e da chicha: os Wajuru do Guaporé (Rondônia)*. Dissertação de mestrado, UFPR.
- PINTO, E. P. 1986. *Caiari: Lendas, Proto História e História de Rondônia*. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura.
- _____. 1993. *Rondônia Evolução Histórica: A Criação do Território de Guaporé, Fator de Integração Nacional*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura.
- PRICE, David. 1972. *Nambiquara Society*. University of Chicago. (Tese de doutorado)
- ROCHA, Leandro Mendes. 2003. *A política indigenista no Brasil: 1930-1967*. Goiânia, Editora UFG.
- RODRIGUES, Ayrton dall'Ígna. 1986. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Lyola.
- ROLIM DE MOURA, Antônio. [1752] 1964. "Correspondência do governador de Mato Grosso". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileira*. Volume 263. p. 178-202.
- RONDON, Cândido Mariano da Silva. 1910. "Ofício nº 54, de 10/02/1910". In: Brasil. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Relatório do Ministério da Agricultura Indústria e Comércio. Rio de Janeiro: imprensa Nacional.
- _____. 1940. "Etnografia". *Revista brasileira de Geografia*. 1940. Vol. 2 Nº 4, p. 594-621.
- _____. 1953. *Índios do Brasil: do centro ao noroeste e sul de Mato-Grosso*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- RONDON, Frederico Augusto. 1938. *Na Rondônia Ocidental*. Companhia Editoria Nacional: São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre.
- RONDON, Ten. Cel. Joaquim. 1949. *O Índio como sentinela das nossas fronteiras*. Conferência realizada no Colégio Militar. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional.
- ROQUETTE-PINTO, Edgar. 1935. *Rondônia*. 3 Ed. Biblioteca pedagogia brasileira, série V. Brasileira, Vol. XXIX.
- _____. 1975. *Rondônia*. 6 Ed. São Paulo: Ed. Nacional. Biblioteca pedagogia brasileira, série V. Brasileira, Vol. XXIX.
- RYDÉN, Stig & Sanguinés, Carlos Ponce. 1958. *Los Índios Moré: notas etnográficas*. La Paz: Ministerio de Educación, Departamento de Arqueología, Etnografía y Folklore.
- RIBAS, J. B. C. 1990. *O Brasil é dos brasileiros: medicina, antropologia e educação na figura de Roquette-Pinto*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Departamento de Antropologia, Universidade Federal de Campinas, Campinas.
- SAMPAIO, Wany. 1997. *Os povos indígenas de Rondônia*. Porto Velho: Edufro.
- SCHETTINO, Marco Paulo Fróes. 2005. "Áreas etnográficas: proposta de reestruturação do Departamento de Identificação e Delimitação da FUNAI com base na atuação em áreas etnográficas". IN: Barreto Filho, Henyo Trindade & Souza Lima, Antonio Carlos.

- (org.), 2005. *Antropologia e identificação: os antropólogos e a definição de terras indígenas no Brasil, 1977-2002*.
- SANTOS, Rita de Cássia Melo. 2011. *No "Coração do Brasil": Roquette Pinto e a Expedição à Serra do Norte (1912)*. Dissertação (mestrado) UFRJ/Museu Nacional/Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.
- SANTOS, Ana Flávia Moreira. 2009. *Conflitos fundiários, territorialização e disputas classificatórias*. Tese – Universidade Federal do Rio de Janeiro – MN/PPGAS. Rio de Janeiro.
- SANTOS, Ricardo Ventura. 2002. "Mestisagem, degeneração e a viabilidade de uma nação: debates em antropologia física no Brasil (1870-1930)". In: PENNA, Sérgio D. J. (Org.). *Homo brasilis: aspectos genéticos, lingüísticos, históricos e socioantropológicos da formação do povo brasileiro*. São Paulo: Editora Funpec. p. 113-129.
- _____. 2008. "Os debates sobre mestiçagem no Brasil no início do século XX: os sertões e a medicina-antropologia do Museu Nacional". LIMA, Nísia Trindade e Sá, DOMINICHI Miranda de. (Org.). In: *Antropologia brasiliana: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- SERRA, Ricardo Franco de Almeida.
- _____. [1781]. 1857. "Roteiro corographico da viagem que se costuma fazer do forte do Principe da Beira a Villa-Bella, capital de Matto-Grosso". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileira*. Volume XX. Rio de Janeiro. p. 390-396.
- _____. [1786]. 1857. "Diario da diligencia do reconhecimento do Paraguay desde o lugar do marco da boca do Jauru até abaixo do pareisi de Nova Coimbra". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileira*. Volume XX. Rio de Janeiro. p. 293-329.
- _____. [1790]. 1857. "Diario do Rio da Madeira. Viagem que a expedição destinada a demarcação de limites fez no rio Negro até Villa-Bella, capital de Matto-Grosso". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileira*. Volume XX. Rio de Janeiro. p. 397-432.
- _____. [1797]. 1844. "Extracto da descrição geogrifica da provincia de Matto-Grosso". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileira*. Volume VI. Rio de Janeiro. p. 156-196.
- _____. [1797]. 1857. "Descrição geographica da capitania de Matto-Grosso". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileira*. Volume XX. Rio de Janeiro. p. 185-292.
- SEYFERTH, Geralda. 1985. "A Antropologia e a teoria do branqueamento da raça no Brasil: a tese de João Batista de Lacerda". *Revista do Museu Paulista, São Paulo, Nova Série, (XXX)*, p. 81-92.
- _____. 2008. "Roquette-Pinto e o debate sobre Raça e Imigração no Brasil". In: *Antropologia brasiliana: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. Lima, Nísia Trindade e Sá, Dominichi Miranda de. (Org.). Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- SEVERINO CASSUPÁ. 2000. *Severino Cassupá*. In: MACIEL, Márcia Nunes. *A Construção de uma identidade: História Oral com os Cassupá*. Porto Velho: Monografia.
- SOUZA LIMA, Antônio Carlos de Souza. 1985. *Os fetichistas, ordem e progresso um estudo do campo indigenista no seu estado de formação*. Rio de Janeiro: PPGAS / Museu Nacional. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social.
- _____. 1987. Sobre indigenismo, autoritarismo e nacionalidade: considerações sobre a constituição do discurso e da prática da "proteção fraternal" no Brasil. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). *Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil*. Rio de Janeiro : Marco Zero : Ed. UFRJ. p. 149-204.

- _____. 1990. *O SANTO SOLDADO: Pacificador, Bandeirante, Amansador de Índios, Civilizador dos Sertões, Apóstolo da Humanidade, uma leitura de Rondon conta sua vida, de Esther de Viveiros*. PPGAS/Museu Nacional e Fundação Ford, Rio de Janeiro.
- _____. 1992. *O governo dos índios sob a gestão do SPI*. In: Carneiro da Cunha, Emanuela. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, FAPESP.
- _____. 1995. *Um Grande Cerco de Paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- _____. 2005. Os povos indígenas na invenção do Brasil: na luta pela construção do respeito à pluralidade. In: Carlos Lessa. (Org.). *Enciclopédia da brasilidade: auto-estima em verde amarelo*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra Produção Editorial, v., p. 218-231.
- _____. 2011. “Reconsiderando poder tutelar e formação do Estado no Brasil: notas a partir da criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais”. In: Freire, Carlos Augusto da Rocha (Org.). *Memória do SPI. Textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)*. Rio de Janeiro. Museu do Índio – FUNAI, p. 201-212.
- SOUZA, Vanderlei Sebastião de. 2011. *Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935)*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz.
- TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues. 2004. *Campesinato negro de Santo Antônio do Guaporé: identidade e sustentabilidade*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido/ Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém. Tese de Doutorado em História – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis. ‘VIDA e idéias de Francisco Meireles’. *Revista de Atualidade Indígena*, Brasília, n. 21, p. 54- 59, jul.–ago. 1981.
- TILLY, Charles. 2002. “How do relations store histories?” *Annual Review of Sociology*, Vol. 26: 721-723.
- TIMÓTEO DA CUNHA, Eliaquim. 2009. Cotidiano Familiar no Processo de Colonização em Rondônia: PIC Ouro Preto. *Primeira Versão* (UFRO), v. 27, p. 7-17, 2009.
- _____. 2010. A construção do espaço em ouro preto do oeste RO. *Revista Zona de Impacto*. ISSN 1982-9108, vol. 14, jan/jun, ano XII.
- _____. 2012. *Indigenização da Modernidade: os cassupá e as mudanças sociais induzidas*. In: 28 Reunião Brasileira de Antropologia.
- _____. 2013. *Em busca da “vida de índio”:* notas sobre as reivindicações étnicas dos cassupá em Porto Velho. In: IV Reunião equatorial de antropologia e XIII reunião de antropólogos do norte nordeste.
- _____. 2014. *Em busca da “vida de índio”:* Um estudo sobre mudanças sociais pensadas pelo grupo Cassupá em Rondônia. Trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2014, Natal/RN
- THÉRY, Hervé. 2005. “Situações da Amazônia no Brasil e no continente”. *Estudos Avançados* 19 (53).
- TOMEI, Manuela & SEWPSTON, Lee. 1999. *Povos indígenas e tribais. Guia para a aplicação da convenção n 169 da OIT*. Brasília, OIT.
- VANDER VELDEN, Felipe. 2010. “Os Tupí em Rondônia: diversidade, estado do conhecimento e propostas de investigação”. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*. Vol. 2 , n. 1, Jul.

- VERDUM, Ricardo. 2007. *Infra-estrutura e políticas territoriais do Brasil no contexto da integração sul*. ADITAL, 21 nov. < <http://www.adital.com.br>>
- VILAÇA, Aparecida. 2006. *Quem somos nós. Os Wari' encontram os Brancos*. Rio de Janeiro. Editora da UFRJ.
- VIVEIROS, Esther de. 1969. *Rondon conta sua vida*. Rio de Janeiro, Livraria São José.
- WAHRLICH, Beatriz de Souza. 1983. *Reforma administrativa na era Vargas*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas.
- WEBER, Max. 1964. *Economía y Sociedad. Esbozo de sociología comprensiva*. México. Fondo de cultura Económica.
- _____. 1983. *Economía y sociedad*. Mexico: Fondo de Cultura Económica.

Bibliografia Consultada

- ABRAMS, Philip. 1988. “Notes on the difficulty of studying the state”. *Journal off historical Sociology*, Vol. 1 No. 1 March.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. 1994 *Carajás: A guerra dos Mapas*. Belém: seminário consulta. 2ª Ed.
- ANONBY, Stan. 2009. *Language Use on the Tubarão-Latundê Reserve, Rondônia, Brazil*. SIL International.
- ARRUDA, Lucybeth Camargo de. 2013. *Naturalmente Filmados: como atuar e viver nos postos indígenas do SPI em Mato Grosso*. IN: XVII simpósio nacional de história. Conhecimento histórico e diálogo social, Natal RN 22 a 26 de junho.
- ASAD, Talal. 1991. *El concepto de la tradición cultural en la antropología social británica*. Barcelona: Júcar.
- BACELAR, Laercio Nora. 2004. *Gramática da língua Kanoê: descrição gramatical de uma língua isolada e ameaçada de extinção, falada ao sul do estado de Rondônia, Brasil*. Katholike Universiteit Nijmegen.
- BACHELARD _____. [1938] 1996. *A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- _____. [1971]. 2006. *A epistemologia*. Lisboa: Edições 70.
- _____. [1949]. 1994. *A psicanálise do fogo*. São Paulo: Martins fontes.
- BASTOS, Aurélio Wander. “As terras indígenas no direito constitucional e na jurisprudência brasileira”. In: SANTOS, Silvio Coelho dos (org.). *Sociedades indígenas e o direito: uma questão de direitos humanos*. Florianópolis: Ed. da UFSC/CNPq, 1985, p. 85-98.
- BENJAMIN, W. 1987. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense. v. 1.
- BESSA FREIRE, José Ribamar (Coord.). 1995. *Os índios em arquivos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ.
- _____. 2002 Vozes indígenas na documentação do SPI. In: COQUEIRO, Sonia Otero. *Povos indígenas no Sul da Bahia: Posto Indígena Caramuru–Paraguaçu (1910–1967)*. Rio de Janeiro: Museu do Índio. p. 13-17.
- BORGES, Águeda Aparecida da Cruz. 2011. *O Corpo indígena enredado no corpo da cidade: efeitos discursivos da rede de “proteção”*. V Seminário de estudos em Análise do discurso. O acontecimento do discurso: filiações e rupturas Porto Alegre, de 20 a 23 de setembro.
- BORGES, Paulo Humberto. 2011. *A narrativa fotográfica e o serviço de proteção ao índio: a representação do indígena integrado*. Comunicação & Sociedade, Ano 33, n. 56, p. 31-59, jul./dez.
- BRANDÃO, Cristina de Jesus Botelho. 2011. “A comemoração do Dia do Índio: das cerimônias oficiais do SPI às celebrações na TV”. In: Freire, Carlos Augusto da Rocha (Org.). *Memória do SPI. Textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)*. Rio de Janeiro. Museu do Índio – FUNAI, p. 267-274.

- BRITO, Carolina Arouca Gomes de. 2011. *Saúde e demografia indígena: Uma análise no âmbito do Serviço de Proteção aos Índios (1947-1967)*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho.
- BUKER, Hélio Jorge & BUKER Ivete Bastos. 2005. *Nas pegadas de Rondon*. Cuiabá: entrelinhas.
- CALDAS, Alberto Lins. 1999. *Oralidade, texto e história: para ler a história oral*. Loyola, São Paulo.
- CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. 1988. *A presença do autor e a pós-modernidade em antropologia*. Novos Estudos CEBRAP, n. 21, p. 133-157, jul.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 1976. *Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terena*. Rio de Janeiro: Francisco Alves,.
- CARDOSO DE OLIVEIRA _____. 1986. *Entre o estruturalismo e a hermenêutica antropológica*. Anuário Antropológico 85, Rio de Janeiro, p. 289-295.
- CASTILHO, Mariana Moreno. 2011. *José Veríssimo e o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN): os limites da permeabilidade do indígena no corpo nacional*. Simpósio Temático “Os Índios e o Atlântico”, XXVI Simpósio Nacional de História da ANPUH, São Paulo, 17 a 22 de julho.
- CLIFFORD, James. 1998. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- _____. & MARCUS, George. 1991. *Retóricas de La Antropologia*. Ediciones Júcar.
- CORRÊA, José Gabriel Silveira. 2003. A proteção que faltava: o Reformatório Agrícola Indígena Krenak e a administração estatal dos índios. *Arquivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v.61, n.2, p.129-146, abr./jun.
- COSTA, Anna Maria R. F. M. 2011. “‘Como formigas’: os Nambiquara na gestão do Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)” In: Freire, Carlos Augusto da Rocha (Org.). *Memória do SPI. Textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)*. Rio de Janeiro. Museu do Índio – FUNAI, p. 373-382.
- COUTO, Ione Helena Pereira. 2011. “A Seção de Estudos do Serviço de Proteção aos Índios – SPI”. In: Freire, Carlos Augusto da Rocha (Org.). *Memória do SPI. Textos, imagens e documentos sobre o serviço de proteção aos índios (1910-1967)*. Rio de Janeiro. Museu do Índio – FUNAI, p. 223-232.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves & Ferreira, Jorge. 2008. *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- DERRIDA, Jacques. 1971. A estrutura, o signo e o jogo no discurso das ciências humanas. In: A escritura e a diferença. São Paulo: Perspectiva.
- ERTHAL, Regina. 2011. “A ciência e o sertão: um projeto de população”. In: Freire, Carlos Augusto da Rocha (Org.). *Memória do SPI. Textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)*. Rio de Janeiro. Museu do Índio – FUNAI, p. 180-191.
- FAULHABER, Priscila. 2011. “O indigenismo militar no Amazonas como veículo de incorporação dos índios Miranha à nacionalidades”. In: Freire, Carlos Augusto da Rocha (Org.). *Memória do SPI. Textos, imagens e documentos sobre Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)*. Rio de Janeiro. Museu do Índio – FUNAI, p. 419-426.
- FELDMAN-BIANCO, B. (Orgs). 1987. *Antropologia das Sociedades Contemporâneas: Métodos*, Global, S.Paulo,

- FIRTH, Raymond. [1936] 1998. *Nós, os Tikopias: um estudo sociológico do parentesco na Polinésia primitiva*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo;
- FISCHER, Michael & MARCUS, George E. 1986. *Anthropology as Cultural Critique: an experimental moment in the Human Sciences*. Chicago and London, The University of Chicago Press.
- FISCHER. 1991. *El etnicismo y las artes postmodernas de la memoria*. Barcelona: Júcar.
- FONSECA, Dante Ribeiro da. 2014. *Estudos de História da Amazônia*. Vol I. Porto Velho: Nova Rondoniana.
- FORTES, M. & Evans-Pritchard. (Orgs.). 1981. *Sistemas Políticos Africanos*. Lisboa: Fundação C. Gulbenkian.
- FOUCAULT, Michel. 1979. *A Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda.
- _____. 2004. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete; 29ª ed. Petrópolis, Vozes.
- _____. 2006. *A Hermenêutica do Sujeito*. Curso dado no College de France (1981-1982). Tradução Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes.
- FREIRE, José Ribamar e Libânio, Pedro. 2011. “Rondon, o Brasil dos sertões e o projeto de nação”. In: Freire, Carlos Augusto da Rocha (Org.). *Memória do SPI. Textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)*. Rio de Janeiro. Museu do Índio – FUNAI, - p. 170-179.
- GARFIELD, Seth. 2011. “A política indigenista do SPI e seus limites entre os Xavante, 1946-1961”. In: Freire, Carlos Augusto da Rocha (Org.). *Memória do SPI. Textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)*. Rio de Janeiro. Museu do Índio – FUNAI, p. 341-350.
- GEERTZ, Clifford. 1991. *Negara. O Estado-teatro no século XIX*. Lisboa: Difel;
- GLEICE, Mere. 2013. *Emil-Heinrich Sneathlaga (1897-1939): nota biográfica, expedições e legado de uma carreira interrompida*. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum, Belém, v. 8, n. 3, p. 773-804, set.-dez.
- GRUPIONI, L. D. B. 1998. *Os etnólogos no conselho de fiscalização das expedições artísticas e científicas no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec,
- HALBWACHS, Maurice. 2006. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro.
- LEACH, Edmund R. [1954]. 1995. *Sistemas Políticos da Alta Birmânia*. São Paulo: Edusp.
- LEVI-STRAUSS, Claude. 1948. Tribes of the Right Bank of the Guaporé River. In: STEWARD, Julian (org.) *Handbook of South American Indians*, V. 3, Washington: Smithsonian Institution, Bulletin 143, pp: 371-379. em um capítulo do *Handbook of South Americans Indians* (1948, v.3: 371-178.
- _____. 1994. *Saudades do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- LIMA, Fabiana. 2010. O pessoal aqui é danado na copaíba”: uma experiência etnográfica com os índios Gavião (Ikolen) de Rondônia. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Sociais). Instituto de Ciência Sociais. Universidade De Brasília – UnB, Brasília, 2010.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Um diário no sentido estrito do termo*. São Paulo, Ed. Record.
- _____. 1976. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo, Abril Cultural, Pensadores, Atica.
- _____. 1986. *Baloma, o espírito dos mortos nas Ilhas Trobriand*, In *Magia, Ciência e Religião*. Portugal, Edições 70.

- MAMEM, Alexandre Machado. 1996. *Relato de dois Processos Migratórios entre Indígenas Brasileiros*. Revista Textos & Debates N°2- pp. 47-52.
- MARTINS, Fernanda Santa Roza Ayala. 2012 *O Serviço de Proteção aos Índios e localização de trabalhadores nacionais e a política na primeira república: grupos agrários, projetos e disputas no maranhão (1910-1918)*. Dissertação (mestrado de história social da Universidade Federal Fluminense – Rio de Janeiro).
- MATTOS, André Luís Lopes Borges de. 2007. *Darcy Ribeiro: uma trajetória (1944-1982)*. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
- MATTOS, André Luís Lopes Borges de. 2011. “Darcy Ribeiro e o Serviço de Proteção aos Índios”. In: Freire, Carlos Augusto da Rocha (Org.). *Memória do SPI. Textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)*. Rio de Janeiro. Museu do Índio – FUNAI, p. 213-222.
- MATTOS, Izabel Missagia de. 2011. “O indigenismo na transição para a república: fundamento do SPI/STN”. In: Freire, Carlos Augusto da Rocha (Org.). *Memória do SPI. Textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)*. Rio de Janeiro. Museu do Índio – FUNAI, p. 157-169.
- MELO, Joaquim Rodrigues de. 2011. “O SPI no Amazonas: 1910-1932” In: Freire, Carlos Augusto da Rocha (Org.). *Memória do SPI. Textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)*. Rio de Janeiro. Museu do Índio – FUNAI, p. 403-418.
- MENDES, Marcos de Souza. 2011. “Heinz Förthmann: fotografia e cinema no SPI – 1942/1959”. In: Freire, Carlos Augusto da Rocha (Org.). *Memória do SPI. Textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)*. Rio de Janeiro. Museu do Índio – FUNAI, p. 233-254.
- MISSÃO RONDON: apontamentos sobre os trabalhos realizados pela Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas/ sob a direção do Coronel de Engenharia Cândido Mariano da Silva Rondon, de 1907 a 1915. -- Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003. 284 p. – (Edições do Senado Federal, v. 8)
- MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. Centro de Documentação Etnológica da FUNAI. *Arquivo e Administração*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 12-15, 1979.
- NEVES, Josélia G.. 2009. *Cultura escrita em contexto indígena*. 2009. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara. Araraquara– SP.
- OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. 1988. *Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia*. Campinas: papirus.
- OLIVEIRA, Humberto de. *Coletânea de leis, atos e memoriais referentes ao indígena brasileiro*. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1947.
- OLIVEIRA, Priscila Enrique de. 2011. “‘Transformar o índio em um índio melhor’: saúde e doença no contexto do indigenismo (1910-1967)”. In: Freire, Carlos Augusto da Rocha (Org.). *Memória do SPI. Textos, imagens e documentos sobre Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)*. Rio de Janeiro. Museu do Índio – FUNAI, p 192-200.
- PALITOT, Estêvão Martins. 2011. “A multidão Potiguara: poder tutelar e conflito na Baía da tradição ao longo do século XX”. In: Freire, Carlos Augusto da Rocha (Org.). *Memória do SPI. Textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)*. Rio de Janeiro. Museu do Índio – FUNAI, p. 285-298.

- PERES, Sidnei C. 2011. “SPI, etnicidade e indigenismo no Nordeste: cotidianidade e historicidade do poder tutelar”. In: Freire, Carlos Augusto da Rocha (Org.). *Memória do SPI. Textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)*. Rio de Janeiro. Museu do Índio – FUNAI, p. 321-330.
- RAMOS, André Raimundo Ferreira. 2011. “O SPI na Amazônia: o caso exemplar da ação indigenista entre os Munduruku”. In: Freire, Carlos Augusto da Rocha (Org.). *Memória do SPI. Textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)*. Rio de Janeiro. Museu do Índio – FUNAI, p. 389-402.
- RIBEIRO, Darcy. 1979. *Os índios e a civilização*. Petrópolis, RJ : Vozes.
- ROZO, Esteban. 2010. *Los archivos del Estado: dominación y colonización en el noroeste amazónico, 1963-1979*. Revista Colombiana de Antropología Volumen 46 (2), julio-diciembre. pp. 307-326.
- SAID, Edward. 1990. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SCHIJMAN, Emília. 2010. *Etnografía de archivos administrativos. un corpus de demandas y quejas menores en un barrio de vivienda social*. Revista Colombiana de Antropología Volumen 46 (2), julio-diciembre, pp. 279-305.
- SILVA JÚNIOR, Aldemir Barros da. 2007. *Aldeando Sentidos: Os Xucuru-Kariri e o Serviço de Proteção aos Índios no Agreste Alagoano*. Dissertação (Mestrado em História Social da Universidade Federal da Bahia)
- SILVA, Ana Rosa Clochet da. 1999. *Construção da nação e escravidão no pensamento de José Bonifácio 1783-1823*. Campinas: Editora da Unicamp.
- SILVA, Edson. 2011. “Xukuru: a conquista do posto. O início da atuação do SPI entre os xukuru do Ororubá (Pesqueira - PE)”. In: Freire, Carlos Augusto da Rocha (Org.). *Memória do SPI. Textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)*. Rio de Janeiro. Museu do Índio – FUNAI, p. 275-284.
- SILVA, Giovani José da. 2011. “A reserva indígena Kadiwéu e o Serviço de Proteção aos Índios: notas de uma pesquisa sobre o indigenismo brasileiro”. In: Freire, Carlos Augusto da Rocha (Org.). *Memória do SPI. Textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)*. Rio de Janeiro. Museu do Índio – FUNAI, p 363-372.
- SIQUEIRA, Eranir Martins de. 2005. *O Serviço de Proteção aos Índios e as Políticas De Desenvolvimento na Reserva Kaiowá e Guarani no Posto Indígena Benjamin Constant, 1940- 1960*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local Mestrado Acadêmico Campo Grande / MS)
- SOUZA, Valdir. *Rondônia, Uma Memória em Disputa*. 2011.
- SWARTZ, Marc J (ed). 1972. Introduction. In *Local-level Politics: social and cultural perspectives*. Chicago.
- VALLE, Carlos Guilherme. 2011. “Índios em microfilme: caminho particulares de uma antropologia histórica”. In: Freire, Carlos Augusto da Rocha (Org.). *Memória do SPI. Textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)*. Rio de Janeiro. Museu do Índio – FUNAI, p. 297-306.
- VARGAS, Vera Lúcia Ferreira. 2011. “O SPI sob a perspectiva Terena”. In: Freire, Carlos Augusto da Rocha (Org.). *Memória do SPI. Textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)*. Rio de Janeiro. Museu do Índio – FUNAI, p. 383-388.

- VASCONCELOS, Ione P. 2002. *Aspectos da fonologia e morfologia da língua Aikanã*. Tese de Doutorado, Maceió.
- VOORT, Hein van der. 2000. *A Grammar of Kwaza: a description of an endangered and unclassified indigenous language of Southern Rondonia, Brazil*. Tese de Doutorado. Amsterdam.
- WITTMANN, Luisa Tombini. 2011. “Visões da pacificação: o Serviço de Proteção aos Índios em terras Xokleng”. In: Freire, Carlos Augusto da Rocha (Org.). *Memória do SPI. Textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)*. Rio de Janeiro. Museu do Índio – FUNAI, p. 331-340.
- WITTMANN, Luisa Tombini. s/d. *Paraíso dos trabalhadores, inferno dos vadios: Os Xokleng e o SPI no Posto Indígena Duque de Caxias (1914-1926)*.
- WOLF, Eric. 2003. *Antropologia e Poder: Contribuições de Eric Wolf*. FELDMAN-BIANCO, B. & RIBEIRO, G.L. (Org.) Editoras UnB, Unicamp e Imprensa Oficial.
- ZURUR, George. 1996. *Etnia e Nação na América Latina*, Washington, D.C.: OEA Imprint.

Documentação citada

- SPI. 1918. Mistério da Agricultura, indústria e comércio. SPI/IAMAC. 1918. Relatório do Inspetor referente aos trabalhos realizados no exercício de 1917 na Inspeção do SPI no Amazonas e Acre. 31/05/1918. Elaborado por Bento Martins Pereira de Lemos. Acervo do SPI/Museu do Índio, Microfilme 32, Planilha 394.
- _____. 1922. Ministério da Agricultura. SPI/Diretoria. *Minuta de documento contendo arazoado de defesa da atuação de Bento Lemos à frente da Inspeção do SPI no Amazonas e Acre, com correções à mão e visto do Diretor*. Datada de 28/01/1922. Acervo SPI/Museu do Índio, Microfilme 31, Planilha 383.
- _____. 1920. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Relatório apresentado ao Presidente da República pelo Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, Idelfonso Simões Lopes. Rio de Janeiro: Papelaria e Tipografia Vilas Boas & C. Edição digitalizada disponível no sítio do Projeto de Imagens de Publicações Oficiais Brasileiras do Center for Research Libraries e Latin American Microform Project.
- _____. 1921. Relatório do Inspetor referente aos trabalhos realizados no exercício de 1920 na Inspeção do Amazonas e Acre. Elaborado por Bento Martins Pereira de Lemos. Acervo do SPI/Museu do Índio, Microfilme 32, Planilha 394.
- _____. 1923. Relatório do Inspetor referente aos trabalhos realizados no exercício de 1922 na Inspeção do Amazonas e Acre. Elaborado por Bento Martins Pereira de Lemos. Acervo da Administração Regional da FUNAI em Manaus. Microfilme 32, Planilha 394.
- _____. 1925. Relatório do Inspetor referente aos trabalhos realizados no exercício de 1924 na Inspeção do Amazonas e Acre. Elaborado por Bento Martins Pereira de Lemos. Acervo do SPI/Museu do Índio, Microfilme 33, Planilha 396.
- _____. 1928. Relatório do Inspetor referente aos trabalhos realizados no exercício de 1927 na Inspeção do Amazonas e Acre. Elaborado por Bento Martins Pereira de Lemos. Acervo do SPI/Museu do Índio, Microfilme 33, Planilha 396.

- _____. 1929. Relatório do Inspetor referente aos trabalhos realizados no exercício de 1928 na Inspetoria do Amazonas e Acre. Elaborado por Bento Martins Pereira de Lemos. Acervo do SPI/Museu do Índio, Microfilme 33, Planilha 396.
- _____. 1929. Ministério da Agricultura. Serviço de Inspeção e Fomento Agrícola.. *Acordo estabelecido entre Pancrácio Ferreira Nobre e o Inspetor Agrícola do 1º Distrito, para a cooperação agrícola em sua propriedade, denominada “São José”,* sita no Paraná do Mamori. Em 10/05/1929. Acervo do SPI/Museu do Índio, Microfilme 32, Planilha 389, Documento nº. 24.
- _____. 1930. Relatório do Inspetor referente aos trabalhos realizados no exercício de 1929 na Inspetoria do Amazonas e Acre. Elaborado por Bento Martins Pereira de Lemos. Acervo do SPI/Museu do Índio, Microfilme 33, Planilha 396.
- _____. 1930. Ofício no. 239, de 28/04/1930. *Do Diretor Interino do SPI para Bento Lemos, Inspetor do SPI no Amazonas e Acre.* Encaminha o ofício no. 786, da Diretoria Geral de Estatística do MAIC, desaprovando o plano para a realização do censo indígena, elaborado pelo Inspetor Bento Lemos. Acervo SPI/Museu do Índio, Microfilme 290, Fotogramas 68, 69, 69ª.
- _____. 1932. Relatório do Inspetor referente aos trabalhos realizados nos exercícios de 1930 e 1931, na Inspetoria do Amazonas e Acre. Elaborado por Bento Martins Pereira de Lemos. Acervo do SPI/Museu do Índio, Microfilme 33, Planilha 396.
- _____. 1941. Sobre a “Primeira expedição ao rio Madeira realizada de cinco de janeiro a 22 de março de 1941. Pelo Sr. Ajudante Francisco Ferreira Barroncas”, encontra-se em NUBARQ/SPI. Microfilme 032_00107 a 032_00142.
- _____. 1942 Carlos Eugenio Chauvin O Relatório produzido por Carlos Eugenio Chauvin, sobre as atividades da IR – 1 nos anos de 1940 e 1941, encontra-se nos Microfilmes 034_0005 a 034_00290. Acervo NUBARQ/SPI
- _____. 1943. Relatório da Inspetoria do estado do Amazonas e Território do Acre sobre as atividades do ano de 1943, elaborado por Alberto Pizarro Jacobina, Chefe da Inspetoria, destinado ao Ministério da Agricultura no ano de 1944. NUBARQ/SPI. Microfilme 034_00291 a 034_00551.
- _____. 1945. Relatório da Inspetoria do Território Federal do Guaporé sobre as atividades de 1945, encaminhado ao Ministério da Agricultura. Elaborado pelo Chefe da Inspetoria Sebastião Moacyr de Xerez. NUBARQ/SPI. Microfilmes 045_00244 1945 ao 045_00317.
- _____. 1946. *Relatório da Inspetoria do Território Federal do Guaporé sobre as atividades de 1946,* encaminhado ao Ministério da Agricultura. Elaborado pelo Chefe da Inspetoria Luiz Accioly Lopes. NUBARQ/SPI. Microfilmes 045_00364 a 045_00432.
- _____. 1947. *Relatório da Inspetoria do Território Federal do Guaporé sobre as atividades de 1947,* encaminhado ao Ministério da Agricultura. Elaborado pelo Chefe da Inspetoria Luiz Accioly Lopes. NUBARQ/SPI. Microfilmes 045_00433 a 045_00486.
- _____. 1948. *Relatório da Inspetoria do Território Federal do Guaporé sobre as atividades de 1948,* encaminhado ao Ministério da Agricultura. Elaborado pelo Chefe da Inspetoria Luiz Accioly Lopes. NUBARQ/SPI. Microfilmes 045_00487 a 045_00499.
- _____. 1949. *Relatório da Inspetoria do Território Federal do Guaporé sobre as atividades de 1949,* encaminhado ao Ministério da Agricultura. Elaborado pelo Chefe da Inspetoria Fernando Claro de Campos. NUBARQ/SPI. Microfilmes 045_00500 a 045_00520.

- _____. 1942. Relatório do Inspetor referente aos trabalhos realizados nos exercícios de 1941, na Inspetoria do Amazonas e Acre e parte do Mato Grosso. Elaborado por Carlos Eugenio Chauvin. Acervo do SPI/Museu do Índio, Microfilme 34, Planilha 396.
- _____. 1944. Relatório do Inspetor referente aos trabalhos realizados nos exercícios de 1943 na Inspetoria do Amazonas e Acre e parte do Mato Grosso. Elaborado Alberto Pizarro Jacobina. Acervo do SPI/Museu do Índio, Microfilme 34, Planilha 396.
- _____. 1945. Relatório do Inspetor referente aos trabalhos realizados nos exercícios de 1944 na Inspetoria do Amazonas e Acre e parte do Mato Grosso. Elaborado Alberto Pizarro Jacobina. Acervo do SPI/Museu do Índio, Microfilme 34, Planilha 396.
- _____. 1946. Relatório do Inspetor referente aos trabalhos realizados nos exercícios de 1945 na Inspetoria do Amazonas e Acre e parte do Mato Grosso. Elaborado Alberto Pizarro Jacobina. Acervo do SPI/Museu do Índio, Microfilme 34, Planilha 396.
- _____. 1947. Ministério da Agricultura. Conselho Nacional de Proteção aos Índios. *Coletânea de Leis, Atos e Memoriais referentes ao indígena brasileiro* (CNPI, publicação nº 94,).
- _____. 1949. Relatório do Inspetor referente aos trabalhos realizados nos exercícios de 1949 na Inspetoria do Amazonas e Acre e parte do Mato Grosso. Elaborado M. Rocha Vianna. Acervo do SPI/Museu do Índio, Microfilme 34, Planilha 396.
- _____. Ministério da Agricultura. SPI[SPLITN]/IAMAC. sd. Ofício s/nº. De Júlio César de Carvalho Lobo, encarregado do Posto Indígena Manoel Miranda, para o Inspetor do Serviço de Proteção aos Índios no Amazonas e Acre. Contém informações sobre a aldeia Paca. SPI/Museu do Índio, Microfilme 30, Planilha 356.
- _____. 1954. Relatório do Inspetor referente aos trabalhos realizados nos exercícios de 1953 na Inspetoria do Amazonas e Acre e parte do Mato Grosso. Elaborado Alípio Edmundo Lage. Acervo do SPI/Museu do Índio, Microfilme 34, Planilha 396.

BARRONCAS, Francisco Ferreria. 1941. *Primeira expedição ao rio madeira realizada de cinco de janeiro a 22 de março de 1941*. Pelo Sr. Ajudante Francisco Pereira Barroncas. Microfilme 032, planilha 389. Inspetor da IR 1 Major. Carlos Eugenio Chauvin.

CAMPOS, Fernando Claro de. Relatório da Inspetoria do Território Federal do Guaporé sobre as atividades de 1949, encaminhado ao Ministério da Agricultura. Elaborado pelo Chefe da Inspetoria Fernando Claro de Campos. NUBARQ/SPI. Microfilmes 045_00500 a 045_00520.

CAVALCANTE, J. B. 1933 Exposição sobre Serviço de Proteção aos Índios, 5/07/1933.

CHAUVIN, C. E. 1941 Relatório apresentado ao Cel. Vicente de Paulo T. da F. Vasconcelos, diretor do SPI, por Carlos Eugenio Chauvin, chefe da Inspetoria no estado do Amazonas e Acre, referente às atividades da 1ª IR no segundo semestre de 1940, 27/01/41.

CHAUVIN, C. E. 1941 Carta de Chauvin para Solon, 01/03/41.

CHAUVIN, C. E. 1941 Carta de Chauvin 13/4/41.

CHAUVIN, C. E. 1941 Carta de C. E. Chauvin, inspetor chefe do SPI no estado do Amazonas e Acre, a Antonio M. V. Estigarribia, 15/04/41.

CHAUVIN, C. E. 1941 Carta de C. E. Chauvin, inspetor chefe do SPI no estado do Amazonas e Acre, ao Cel. Vicente de Paulo T. da F. Vasconcelos, diretor do SPI, 13/05/41.

- CHAUVIN, C. E. 1942 Relatório apresentado ao Cel. Vicente de Paulo T. da F. Vasconcelos, diretor do SPI, por Carlos Eugenio Chauvin, inspetor chefe do SPI no estado do Amazonas e Acre, referente às atividades da 1ª IR em 1941.
- FIÚZA, J. G. 1943 Relatório do segundo trimestre, apresentado a Sebastião Moacir Xerez, inspetor respondendo pelo expediente do SPI no estado do Amazonas e Acre, pelo inspetor José Gomes Fiúza, sobre inspeção no Marienê, 15/01/43.
- JACOBINA, A. P. 1944 Relatório apresentado ao Cel. Vicente de Paulo T. da F. Vasconcelos, diretor do SPI, por Alberto Pizarro Jacobina, inspetor chefe do SPI no estado do Amazonas e Acre, referente às atividades da 1ª IR em 1943, 15/03/44.
- JACOBINA, A. P. 1945 Relatório apresentado a José Maria de Paula, diretor do SPI, por Alberto Pizarro Jacobina, inspetor chefe do SPI no estado do Amazonas e Acre, referente às atividades da 1ª IR em 1944, 14/02/45.
- LOPES, Luiz Accioly. Relatório da Inspeção do Território Federal do Guaporé sobre as atividades de 1946, encaminhado ao Ministério da Agricultura. Elaborado pelo Chefe da Inspeção Luiz Accioly Lopes. NUBARQ/SPI. Microfilmes 045_00364 a 045_00432.
- LOPES, Luiz Accioly Relatório da Inspeção do Território Federal do Guaporé sobre as atividades de 1947, encaminhado ao Ministério da Agricultura. Elaborado pelo Chefe da Inspeção Luiz Accioly Lopes. NUBARQ/SPI. Microfilmes 045_00433 a 045_00486.
- LOPES, Luiz Accioly. Relatório da Inspeção do Território Federal do Guaporé sobre as atividades de 1948, encaminhado ao Ministério da Agricultura. Elaborado pelo Chefe da Inspeção Luiz Accioly Lopes. NUBARQ/SPI. Microfilmes 045_00487 a 045_00499.
- MALCHER, J. M. G. 1950 Representação do chefe do SOA, Serviço de Orientação e Assistência, José Maria da Gama Malcher ao Diretor do SPI, 15/02/50.
- MOURÃO, A. 1917 Ofício dirigido a Bento Pereira de Lemos, inspetor do SPILTN, por Hamilton Mourão, da Secretaria do Estado do Amazonas, 05/12/1917.
- PEREIRA DE LEMOS, B. 1912 Relatório de Viagem ao Inauini de Bento Pereira de Lemos, ajudante da 1ª Inspeção Regional, SPI, 03/10/12. PEREIRA DE LEMOS, Bento 1921 Relatório apresentado a L. B. Barbosa, diretor do SPI, por Bento Pereira de Lemos, inspetor do SPI no estado do Amazonas e Acre, referente às atividades da 1ª IR em 1920, 17/01/21.
- PEREIRA DE LEMOS, Bento 1925 Relatório apresentado a José Bezerra Cavalcanti, diretor do SPI, por Bento Pereira de Lemos, inspetor do SPI no estado do Amazonas e Acre, referente às atividades da 1ª IR em 1924, 02/03/25.
- PEREIRA DE LEMOS, Bento 1928 Relatório apresentado a José Bezerra Cavalcanti, diretor do SPI, por Bento Pereira de Lemos, inspetor do SPI no estado do Amazonas e Acre, referente às atividades da 1ª IR em 1927, 3/01/28.
- PEREIRA DE LEMOS, Bento 1929 Relatório apresentado a José Bezerra Cavalcanti, diretor do SPI, por Bento Pereira de Lemos, inspetor do SPI no estado do Amazonas e Acre, referente às atividades da 1ª IR em 1928, 01/29.
- PEREIRA DE LEMOS, Bento 1930 Relatório apresentado a José Bezerra Cavalcanti, diretor do SPI, por Bento Pereira de Lemos, inspetor do SPI no estado do Amazonas e Acre, referente às atividades da 1ª IR em 1929, 08/02/30.

- PEREIRA DE LEMOS, Bento 1932 Relatório apresentado ao Diretor do Departamento Nacional de Povoamento por Bento Pereira de Lemos, inspetor do SPI no estado do Amazonas e Acre, referente às atividades da 1ª IR em 1930/31, 18/04/32.
- SANT'ANNA DE BARROS, J. 1934 Relatório de José Sant'Anna de Barros, inspetor substituto do SPI no estado do Amazonas e Acre, das atividades da 1ª IR em 1933, 06/02/34.
- SERPA, H. 1945 Postos Indígenas do SPI. Seção de Estudos do SPI.
- SOLON, Leonardo 1919 Carta de Solon, Encarregado do Posto Indígena Marienê, a Bento Pereira de Lemos, inspetor do SPI no estado do Amazonas e Acre, 31/12/19.
- SOLON, Leonardo 1922 Carta de Leonardo Solon, Encarregado do Posto Indígena Marienê, a Bento Pereira de Lemos, inspetor do SPI no estado do Amazonas e Acre, 30/10/22
- SOLON, Leonardo 1930 Carta de Leonardo Solon, encarregado do Posto Indígena Marienê, a Bento Pereira de Lemos, inspetor do SPI no estado do Amazonas e Acre, 31/12/30.
- SOLON, Leonardo 1932 Relação dos nomes e idades dos índios residentes no Posto Marienê no rio Seruini, 31/12/32.
- SOLON 1941 Carta de Leonardo Solon, encarregado do Posto Indígena Marienê, a Carlos Eugênio Chauvin, inspetor chefe da 1ª IR, 10/01/41.
- SPI 1911 Decreto n.º 9214, 15 de dezembro de 1911.
- SPI 1912 Resumo do Relatório da 1ª IR referente 1911.
- SPI 1913 Relatório da Diretoria do SPILTN referente a 1912.
- SPI 1914 Carta do Diretor Interino do SPI ao Diretor Geral da Diretoria Geral da Agricultura, 9/09/14.
- SPI 1918 Fragmento de relatório da Diretoria do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais.
- SPI 1919 Fragmento de Relatório de Atividades do SPI.
- SPI 1930 Mapa de Postos e Delegacias do SPI.
- SPI 1931 Memorial Justificativo das Medidas Patrocinadas pelo Cel. Manuel Rabelo a favor do Serviço de Proteção aos Índios.
- SPI 1933 Exposição Relativa ao Serviço de Proteção aos Índios. Extrato do Processo n.º 3.414/33.
- SPI 1947 Documentos do processo contra Ballalai, funcionário da 1ª IR do SPI, 03/47.
- SPI 1951 Relatório das Realizações do SPI, SOA – Serviço de Orientação e Assistência.
- SPI 1955/56 Documento Incompleto.
- SPI 1961 Mapa dos Postos e Inspetorias, 5/6/61.

Relatórios Ministeriais

- BRASIL. 1910. Mistério da Agricultura, indústria e comércio. Atividades do Mistério da Agricultura, indústria e comércio em 1909 e 1910. Rio de Janeiro: Mistério da Agricultura, indústria e comércio. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2000/contents.html>. Acessado em: 01/02/2014.
- _____. 1911. Mistério da Agricultura, indústria e comércio. Atividades do Mistério da Agricultura, indústria e comércio em 1910 e 1911. Rio de Janeiro: Mistério da Agricultura, indústria e comércio. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2001/contents.html>. Acessado em: 01/02/2014.
- _____. 1912. Mistério da Agricultura, indústria e comércio. Atividades do Mistério da Agricultura, indústria e comércio em 1911 e 1912. Rio de Janeiro: Mistério da Agricultura, indústria e comércio. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2002/contents.html>. Acessado em: 01/02/2014.
- _____. 1912. Mistério da Agricultura, indústria e comércio. Atividades do Mistério da Agricultura, indústria e comércio em 1911 e 1912. Rio de Janeiro: Mistério da Agricultura, indústria e comércio. Vol. II. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2003/contents.html>. Acessado em: 01/02/2014.
- _____. 1913. Mistério da Agricultura, indústria e comércio. Atividades do Mistério da Agricultura, indústria e comércio em 1912 e 1913. Rio de Janeiro: Mistério da Agricultura, indústria e comércio. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2004/contents.html>. Acessado em: 01/02/2014.
- _____. 1914. Mistério da Agricultura, indústria e comércio. Atividades do Mistério da Agricultura, indústria e comércio em 1913. Rio de Janeiro: Mistério da Agricultura, indústria e comércio Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2005/contents.html>. Acessado em 02/02/2014.
- _____. 1915. Mistério da Agricultura, indústria e comércio. Atividades do Mistério da Agricultura, indústria e comércio em 1914. Rio de Janeiro: Mistério da Agricultura, indústria e comércio Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2006/contents.html>. Acessado em 02/02/2014.
- _____. 1932. Mistério da Agricultura. Atividades do Mistério da Agricultura 1930 e 1931, apresentado pelo ministro J. F. de Assis. Rio de Janeiro: Mistério da Agricultura. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2011/contents.html>. Acessado em 03/02/2014.
- _____. 1933. Mistério da Agricultura. Atividades do Mistério da Agricultura em 1930 a 1933, apresentado pelo Ministro Juarez Tavora. Rio de Janeiro: Mistério da Agricultura. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2012/contents.html>. Acessado em 03/02/2014.
- _____. 1935. Mistério da Agricultura. Atividades do Mistério da Agricultura em 1933 e 1934, apresentado pelo ministro Apolonio Jorge F. Salles. Rio de Janeiro: Mistério da Agricultura. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2014/000001.html>. Acessado em 03/02/2014.
- _____. 1938. Mistério da Agricultura. Atividades do Mistério da Agricultura durante o período de julho de 1934 a dezembro de 1935, apresentado pelo Ministro Odilson Braga. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2015/000001.html>. Acessado em: 03/02/2014.
- _____. 1939. Mistério da Agricultura. Atividades do Mistério da Agricultura durante no ano de 1938, apresentado pelo Ministro Fernando Costa. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2026/000001.html>. Acessado em: 04/02/2014.

- _____. 1940. Ministério da Agricultura. Atividades agrícolas do Brasil em 1939. Vol. I Apresentado pelo Ministro Fernando Costa. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2027/000001.html>. Acessado em: 04/02/2014.
- _____. 1940. Ministério da Agricultura. Atividades agrícolas do Brasil em 1939. Vol. II Apresentado pelo Ministro Fernando Costa. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2028/000001.html>. Acessado em: 04/02/2014.
- _____. 1941. Ministério da Agricultura. Atividades agrícolas do Brasil em 1940. Vol. I Apresentado pelo Ministro Fernando Costa. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2029/000002.html>. Acessado em: 04/02/2014.
- _____. 1941. Ministério da Agricultura. Atividades agrícolas do Brasil em 1940. Vol. II Apresentado pelo Ministro Fernando Costa. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2030/000001.html>. Acessado em: 04/02/2014.
- _____. 1945. Ministério da Agricultura, indústria e comércio. Atividades do Ministério da Agricultura em 1930 a 1944. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, indústria e comércio Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2013/contents.html>. Acessado em 04/02/2014
- _____. 1952. Ministério da Agricultura. Atividades realizada em 1951. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2033/contents.html>. Acessado em: 05/02/2014.
- _____. 1953. Ministério da Agricultura. Atividades realizada em 1951. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2034/contents.html>. Acessado em: 05/02/2014.
- _____. 1954 *Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. SPI/1954. Relatório das atividades do Serviço de Proteção aos Índios durante o ano de 1954. Rio de Janeiro: Serviço de Proteção aos Índios.*
- _____. 1956. Ministério da Agricultura. Atividades realizada em 1954 e 1955. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2035/contents.html>. Acessado em: 05/02/2014.
- _____. 1957. Ministério da Agricultura. Atividades realizada em 1956. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2036/contents.html>. Acessado em 05/02/2014.

Legislação

- DECRETO Nº 8.072 Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILT) (BRASIL, 1918)
- DECRETO Nº 24.700, de 12/07/1934. Transfere do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio para o da Guerra o Serviço de Proteção aos Índios e dá outras providências.
- DECRETO-LEI Nº 1.736 de 3/11/1939. Subordina ao Ministério da Agricultura o Serviço de Proteção aos Índios.
- DECRETO-LEI Nº 1.886 de 15/11/1939. Organiza o Serviço de Proteção aos Índios no Ministério da Agricultura e dá outras Providências.
- DECRETO-LEI Nº 1.794 de 22/11/1939. Cria no Ministério da Agricultura, o Conselho Nacional de Proteção aos Índios e dá outras Providências.

- DECRETO Nº 10.652, de 16/12/1942. Aprova o Regimento do Serviço de Proteção aos Índios, do Ministério da Agricultura.
- DECRETO-LEI Nº 12.318 de 27/04/1943. Modifica o Regimento do Serviço de Proteção aos Índios.
- Decreto-Lei nº 5.812, de 13/09/1943. Cria os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú.
- DECRETO-LEI Nº 5.839, de 21/09/1943. Dispõe sobre a administração dos Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú.
- DECRETO Nº 17.684 de 26/1/1945, tendo como o primeiro Inspetor o agente Sebastião Moacyr de Xerez
- DECRETO Lei Nº 9.760, 1946 (período de atuação do SPI), Brasil 1946. Terra Devoluta.
- DECRETO Nº 1.110, de 9 de julho de 1970, atualmente o Incra está implantado em todo o território nacional por meio de 30 superintendências regionais. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Incra, é uma autarquia federal cuja missão prioritária é executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional.
- DECRETO Nº 88.351, de 1/06/1983, com a redação dada pelo Decreto nº 91.305, de 03 de junho de 1985. Considerando que a estratégica do Programa POLONOROESTE é manter um razoável equilíbrio social e ambiental na Região Noroeste do País, e considerando a necessidade de se compatibilizar as atividades desse Programa com as diretrizes do Conselho Nacional do Meio Ambiente, Resolve: I - Criar uma Comissão Especial com o objetivo de compatibilizar as atividades do Programa POLONOROESTE relativas a preservação ambiental com as diretrizes do CONAMA.
- DECRETO Nº 99.170, de 13/03/1990. Homologa a demarcação da Terra Indígena que menciona, no Estado de Rondônia. Art. 1º Fica homologada, para os efeitos do art. 231 da Constituição Federal, a demarcação administrativa promovida pela Fundação Nacional do Índio- FUNAI da Área Indígena Tubarão Latundê, localizada no Município de Vilhena, Estado de Rondônia, caracterizada como de ocupação tradicional e permanente indígena, habitada pelos grupos tribais Sabanê, Aikanã e Latundê, com superfície de 116.613,3671 hectares e perímetro de 177.380,98 metros.

ANEXOS

Quadro demonstrativo das terras indígenas localizadas em Rondônia⁸⁹

| TERRA INDÍGENA | ETNIA | UF | MUNICÍPIO | SUPERFÍCIE (hectares) | FASE DO PROCEDIMENTO | MODALIDADE |
|---------------------------|--------------------|-----------|--|------------------------------|-----------------------------|----------------------------|
| Igarapé Lage | Pakaa Nova | RO | Guajará-Mirim, Nova Mamoré | 107.321,1789 | Regularizada* | Tradicionalmente ocupada** |
| Igarapé Lourdes | Gavião de Rondônia | RO | Ji-Paraná | 185.533,5768 | Regularizada | Tradicionalmente ocupada |
| Igarapé Ribeirão | Pakaa Nova | RO | Nova Mamoré | 47.863,3178 | Regularizada | Tradicionalmente ocupada |
| Tanaru (restrição de uso) | Isolados | RO | Corumbiara, Chupinguaia, Parecis, Pimenteiras do Oeste | 8.070,0000 | Em Estudo***** | Interditada*** |
| Karipuna | Karipuna | RO | Nova Mamoré, Porto Velho | 152.929,8599 | Regularizada | Tradicionalmente ocupada |
| Karitiana | Karitiana | RO | Porto Velho | 0,0000 | Em Estudo | Tradicionalmente ocupada |
| Kaxarari | Kaxarari | AM/RO | Porto Velho, Lábrea | 145.889,9849 | Regularizada | Tradicionalmente ocupada |
| Kaxarari - AM RO | Kaxarari | AM/RO | Porto Velho, Lábrea | 0,0000 | Em Estudo | Tradicionalmente ocupada |

⁸⁹ O quadro foi elaborado a partir das informações encontradas no site da Fundação Nacional do Índio. <http://www.funai.gov.br/index.php/índios-no-brasil/terras-indigenas>. Último acesso 26/08/2016. As conceituações citadas na tabela são as utilizadas oficialmente pela FUNAI. Ao que se refere as “Terras Tradicionalmente ocupada” Cf. (ALMEIDA, 2008), discussão que abrange inúmeras temáticas além da indígena.

* Terras que, após o decreto de homologação, foram registradas em Cartório em nome da União e na Secretaria do Patrimônio da União.

** São as Terras Indígenas de que trata o art. 231 da Constituição Federal de 1988, direito originário dos povos indígenas, cujo processo de demarcação é disciplinado pelo Decreto n.º 1775/96.

*** Áreas Interditadas, com restrições de uso e ingresso de terceiros, para a proteção de povos indígenas isolados. São áreas interditadas pela Funai para proteção dos povos e grupos indígenas isolados, com o estabelecimento de restrição de ingresso e trânsito de terceiros na área. A interdição da área pode ser realizada concomitantemente ou não com o processo de demarcação, disciplinado pelo Decreto n.º 1775/96.

**** Realização dos estudos antropológicos, históricos, fundiários, cartográficos e ambientais, que fundamentam a identificação e a delimitação da Terra Indígena.

| | | | | | | |
|------------------------|-----------------------------------|-----------|---|--------------------|--------------|--------------------------|
| Kwazá do Rio São Pedro | Kwazá, Aikanã | RO | Parecis | 16.799,8763 | Regularizada | Tradicionalmente ocupada |
| Massaco | Isolados | RO | Alta Floresta D'Oeste, São Francisco do Guaporé | 421.895,0769 | Regularizada | Tradicionalmente ocupada |
| Pacaas Novas | Pakaa Nova | RO | Guajará-Mirim | 279.906,3833 | Regularizada | Tradicionalmente ocupada |
| Parque do Aripuanã | Cinta Larga | MT/ RO | Juína, Vilhena | 1.603.245,980 6 | Regularizada | Tradicionalmente ocupada |
| Puruborá | Puroborá | RO | Seringueiras, São Francisco do Guaporé | 0,0000 | Em Estudo | Tradicionalmente ocupada |
| Rio Branco | Tupaiu, Makurap | RO | Alta Floresta D'Oeste, São Miguel D'Oeste, São Francisco do Guaporé | 236.137,1100 | Regularizada | Tradicionalmente ocupada |
| Rio Cautário | Kanoé, Kujubim, Djeoromtxi-Jabuti | RO | Costa Marques, Guajará-mirim | 0,0000 | Em Estudo | Tradicionalmente ocupada |
| Rio Guaporé | Makuráp | RO | Guajará-Mirim | 115.788,0842 | Regularizada | Tradicionalmente ocupada |
| Rio Mequens | Sakurabiat | RO | Alto Alegre dos Parecis | 107.553,0101 | Regularizada | Tradicionalmente ocupada |
| Rio Negro Ocaia | Pakaa Nova | RO | Guajará-Mirim | 235.070,0000 | Declarada | Tradicionalmente ocupada |
| Rio Negro Ocaia | Pakaa Nova | RO | Guajará-Mirim | 104.063,8114 | Regularizada | Tradicionalmente ocupada |
| Rio Omerê | Kanoé, Akuntsu | RO | Chupinguaia, Corumbiara | 26.177,1864 | Regularizada | Tradicionalmente ocupada |
| Roosevelt | Cinta Larga | MT/ RO | Espigão D'Oeste, Rondolândia, Pimenta Bueno | 230.826,3008 | Regularizada | Tradicionalmente ocupada |

| | | | | | | |
|------------------|-------------------|-----------|---|--------------------|--------------|--------------------------|
| Sagarana | Pakaa Nova | RO | Guajará-Mirim | 18.120,0636 | Regularizada | Tradicionalmente ocupada |
| Sete de Setembro | Suruí de Rondônia | MT/ RO | Cacoal, Espigão D'Oeste, Rondolândia | 248.146,9286 | Regularizada | Tradicionalmente ocupada |
| Tubarão Latunde | Aikanã, Laiana | RO | Chupinguaia | 116.613,3671 | Regularizada | Tradicionalmente ocupada |
| Uru-Eu-Wau-Wau | Uru-Eu-Wau-Wau | RO | Alvorada D'Oeste, Cacaúlândia, Campo Novo de Rondônia, Costa Marques, Governador Jorge Teixeira, Guajará-mirim, Jaru, Mirante da Serra, Monte Negro, Nova Mamoré, São Miguel do Guaporé, Seringueiras | 1.867.117,800 0 | Regularizada | Tradicionalmente ocupada |